

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 040/2021

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE
MEDICAMENTOS INJETAVEIS PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DO
HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO,
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.**

PASTA 002103



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 246
M
RUBRICA

EDITAL DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 040/2021
TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM”

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETAVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.

JUINA/2021



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 247
M
RUBRICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2021
TIPO "MENOR PREÇO POR ITEM"

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.

PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria Municipal n.º 720/2021, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar na sede do Poder Executivo de Juína-MT, precisamente, no Departamento de Compras, Materiais e Licitações, sito na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Bairro Centro, no Município de Juína-MT, LICITAÇÃO sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO "MENOR PREÇO POR ITEM" - PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, segundo disposições da legislação vigente, em especial do art. 37, § 1.º, da Constituição da República Federativa do Brasil, normas legais da Lei Federal n.º 10.520/2002, da Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas posteriores alterações, da Lei Federal n.º 10.406/2002, da Lei Federal n.º 8.078/1990, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, da Lei complementar Federal n.º 147/2014, do Decreto Municipal n.º 488/2006, do Decreto Municipal n.º 085/2021, do Decreto Municipal n.º 088/2017 (Regulamenta o Procedimento a ser adotado e a aplicação dos Institutos de Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos e instrumentos congêneres celebrados com o Poder Executivo do Município de Juína-MT) e do Decreto Municipal n.º 204/2018 (Regulamenta o procedimento a ser adotado, no âmbito do Poder Executiva Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, pelos servidores públicos nos casos de inadimplemento de Contratos Administrativos e congêneres, e para fins de rescisões de contratuais, em conformidade com as disposições das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, e da outras providências), além das demais normas pertinentes e das condições estabelecidas no presente Edital e seus ANEXOS.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.bllcompras.org.br; e www.juina.mt.gov.br.

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 248
M
RUBRICA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: À Partir do dia 15/12/2021;

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 19 de JANEIRO de 2022 às 06:00 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 19 de JANEIRO de 2022, às 09:00 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 19 de JANEIRO de 2022, às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

1.1.3. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes;

2. DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem como objeto a PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETAVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, do presente Edital, desse passando a ser parte integrante.

2.2. Os itens objetos deste edital deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se a Licitante, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Federal n.º 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor – CDC.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

3.1. As especificações estão contidas no TERMO DE REFERÊNCIA que segue no ANEXO I, do presente Edital.

3.2. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS:

3.2.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser transmitidas (devendo mencionar o número do pregão, o ano), pelo Fone/Fax: (66) 3566-8302, ou protocolado junto a, no endereço, o Município de Juína – Setor de Licitação; situado na Travessa Emmanuel, 33N, centro – Juína – Mato Grosso. CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas e pelo e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 02 (dois) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 249
M
RUBRICA

inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citadas no Preâmbulo deste Edital, em caso de impugnação sendo obrigatória a vinculação da mesma no sistema online do pregão, no site: www.bllcompras.org.br.

3.2.2 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, enviado no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

3.2.3 **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 4º, inciso V da Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 21, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.2.4 **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.2.5 Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

3.2.6 Em caso de dúvidas decorrentes deste pregão, a licitante deverá encaminhar requerimento com pedido de esclarecimento, somente podendo ser feito na forma eletrônica (E-mail: licitacao@juina.mt.gov.br), podendo usar o campo de esclarecimentos do próprio sistema BLL.

3.2.7 Eventuais contatos via telefone, a respeito de informações sobre o presente Pregão, fica ciente que os servidores da Comissão de Licitação, bem como o Pregoeiro(a), se resguardaram do direito de não informar, garantindo assim um procedimento justo e isonômico, no momento da licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante Do Termo de Referência- ANEXO I do presente Edital.

4.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 250
RUBRICA

4.3. A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e Leis aplicáveis.

4.4. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Juína/MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.5. É vedada a participação de empresa:

- a) declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera de Governo da Federação e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93;
- b) suspensão de licitar junto ao Município de Juína/MT;
- c) reunida em consórcio ou coligação;
- d) cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- e) estrangeiras que não funcionem no País;
- f) que possuam em seu quadro as pessoas de que tratam o artigo 9º da Lei 8.666/93.

4.6. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br;

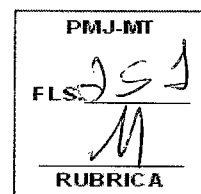
5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA:

5.3.1 Apresentar juntamente com as exigências da proposta de preços deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br;

5.3.2 Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto (exemplos: Carteira de motorista, Carteira de Trabalho), e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



instrumento particular (com firma reconhecida em Cartório), esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3 Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada em cartório ou por servidor do Departamento de Licitação do contrato social ou equivalente, que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de Documento Oficial de identificação (RG, Carteira de Motorista ou outros) em cópia autenticada em cartório, ou por servidor do Departamento de Licitação.

5.3.3.1 Em se fazendo representar por procuração privada, é obrigatório a apresentação da cópia autenticada em cartório ou por servidor do Departamento de Licitação do contrato social (1ª e última alteração ou contrato social consolidado) ou equivalente, e documentos de identidade do sócio-gerente e do procurador;

5.3.4. Apresentar juntamente com os documentos de Credenciamento e Proposta de Preços, Contrato Social, em vigor, com todas alterações ou consolidado, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no edital deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente, quando se tratar de empresa não localizada na cidade de Juína, sendo de Juína os membros do Departamento de Licitação podem autenticar;

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Pregoeiro(a) e aceitas pelas licitantes presentes;

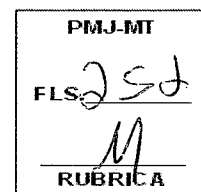
5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e Lei complementar 147/2014;



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



5.7.1. A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 Lei complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. APÓS A DIVULGAÇÃO DO EDITAL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO **WWW.BLLCOMPRAS.ORG.BR**, OS LICITANTES DEVERÃO REGISTRAR SUAS PROPOSTAS DE PREÇOS COM A DESCRIÇÃO E MARCA DO OBJETO OFERTADO ATÉ A DATA E HORA MARCADA PARA O FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTA, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á, AUTOMATICAMENTE, A FASE DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA.

6.1.1. Até a data determinada para encerramento do recebimento de propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

6.1.2. Fica vedado ao licitante qualquer tipo de identificação, no sistema eletrônico, quanto ao registro de sua proposta de preços (planilha ou outros anexos), sob pena de desclassificação da empresa no certame, pelo Pregoeiro(a).

6.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.bllcompras.org.br e as especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital prevalecerão as últimas;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 253
M
RUBRICA

6.5. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

6.6. Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;

6.6.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

6.7. Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Entidade de Licitação será elegível para participar deste processo licitatório;

6.8. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.8.1. Preço unitário de cada Item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERENCIA do presente edital; sendo aceito apenas valores abaixo ou igual ao estimado, no preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as impostos, ICMS, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.8.2. Deverão estar de acordo as especificações do objeto, conforme Anexo II – MODELO DE PROPOSTA, incluindo marca, modelo e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

6.8.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, exceto quando determinar o edital.

6.8.4. Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível, bem como prazo e local de entrega sob pena de desclassificação.

6.9. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.10. O Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 254
M
RUBRICA

6.11. É obrigatório a apresentação da MARCA do objeto a não apresentação causará a desclassificação.

6.11.1. É obrigatório a apresentação de MODELO do objeto (quando expressamente solicitado no descritivo do item), a não apresentação causará a desclassificação.

6.12. Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo VALOR UNITARIO DE CADA ITEM no sistema em acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.

6.13. A simples participação neste certame implica em:

6.14. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

6.15. Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os materiais, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

7. DA SESSÃO PÚBLICA:

7.1. A sessão ocorrerá em data marcada conforme o item 1.1.2 do edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o edital, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.bllcompras.org.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o pregoeiro (a) não atenderá o telefone para responder questões inerentes ao presente Pregão.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO:

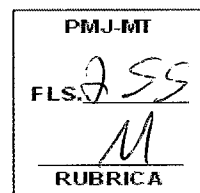
8.1. Somente as licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o edital, poderão apresentar lances para o(s) item (s) cotado(s), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.1.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo MENOR PREÇO POR ITEM;

9



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



8.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital.

8.2. A abertura e fechamento da fase de lances “via internet”, será feito pelo Pregoeiro(a).

8.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.7.1. O Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.bllcompras.org.br.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

8.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances:

8.8.2. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro (a) se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, observado o mesmo tempo de até 30 (trinta) minutos.

8.9. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 256
M
RUBRICA

8.10. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante, na etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentada, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8.11. Após etapa de lances, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPAS DE LANCES E NEGOCIAÇÃO:

9.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar, quanto a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação.

9.1.1. Caso não ocorra lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

9.1.2. A entidade licitante poderá não aceitar e não adjudicar o item cujo preço total seja superior ao estimado para contratação, constante do anexo I (estimativa e especificação dos itens).

9.2. Cumprida as etapas anteriores, o Pregoeiro (a) verificará a(s) Proposta(s) de Preços e os Documentos de Habilitação da(s) empresa(s) classificada(s) com menor(es) lances, conforme disposições contidas no presente Edital.

9.3. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequentes e, assim sucessivamente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.5. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) lote (s).

9.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativa à Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10. CRITERIO DE JULGAMENTO:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 257
<i>M</i>
RUBRICA

10.1. O critério de julgamento das propostas será de MENOR PREÇO POR ITEM, e o tipo da licitação será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o Pregoeiro (a), realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor por Item.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

10.3. O resultado do julgamento estará à disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o Pregoeiro(a) poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para que apresentem outras, escoimadas das causas das quais decorreram a inabilitação ou desclassificação, conforme disposto no § 3º, do art. 48, da Lei 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

10.5. É facultada ao Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.6. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

**11. DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S)
DE MENOR(ES) LANCES (ENVELOPE I)**

11.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO I (ESTIMATIVA E DESCRIÇÃO);

11.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma impressa ou datilografada, redigida em Língua Portuguesa, em 01 (uma) via sem ressalva, rasuras,



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 298
M
RUBRICA

emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinada na última, pelo responsável ou procurador da licitante;

11.2.1. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressas essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação da exigência do Local de entrega, prazo de entrega, deste edital.

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto ofertado (caso seja exigido), constando os quantitativos e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo (caso seja exigido), conforme modelo contido no ANEXO II deste Edital;

11.4.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote.

11.4.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.5. Preço unitário e total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irredutível, de acordo com a legislação em vigor), conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no TERMO DE REFERÊNCIA – Anexo I do presente edital;

11.4.6. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.7. O licitante deverá incluir no preço do objeto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, o Município de Juína, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

11.6. Serão considerados inadequados e desta forma desclassificados os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 259
RUBRICA

11.7. O envio da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser anexada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) minutos, sob pena de desclassificação, no sistema online do pregão, no site: www.bllcompras.org.br ou através do e-mail licitacao@juina.mt.gov.br, com vistas a todo e qualquer interessado.

11.8.1 Caso a plataforma apresente problemas técnicos que inviabilize a postagem dos documentos exigidos o licitante deverá enviar no mesmo prazo determinado no item 11.8. por e-mail a proposta de preços, contendo as exigências deste edital, atualizada com o último lance, sob pena de desclassificação.

11.9. É PLENA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES TOMAREM CONHECIMENTO DETODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

11.10. O original da proposta de preços, contendo as exigências deste edital, devidamente atualizada com o último lance, deverá ser enviados no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis e recebidos (Data de chegada dos documentos no Departamento de Licitação) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da indicação da(s) licitante(s) vencedora(s), na sede do Departamento de Licitação, localizada no Município de Juína – Setor de Licitação; com o endereço na Travessa Emmanuel, nº 33 N - Centro, – Juína – Mato Grosso. CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas, e a mesma deverá encaminhar o comprovante de despacho do envelope no e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br.

11.10.1. Caso a empresa envie o original da proposta de preços via “CORREIOS”, solicitamos que a mesma dê preferência para o envio de “SEDEX”, e ainda identificar o envelope com o número do referido Pregão, para que esta CPL possa transmitir ao Pregoeiro(a) correspondente, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão de Licitação

Município de Juína/MT

Pregão eletrônico nº. 040/2021

(Razão Social da Proponente e CNPJ)

Abertura dia.../.../...

11.10.1.1. Considera-se tempestivo os documentos enviados em conformidade com o itens 11.10. e 11.10.1., desde que enviados dentro dos prazos determinados e informados a Comissão o código de rastreio para acompanhamento através do e-mail licitacao@juina.mt.gov.br.

11.10.1.2. Caso os documentos originais enviados (Data de chegada dos documentos no Departamento de Licitação) não cheguem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da indicação da(s) licitante(s) vencedora(s), por motivo de força maior, fica a critério da Comissão a concessão de prazo.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 260
RUBRICA

11.10.2. Os documentos da proposta de preços exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em envelope lacrado, indevassável, distinto e separado, endereçados ao Pregoeiro(a) desta Comissão de Licitação, indicação clara e visível do procedimento licitatório a qual se dirigem, e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza do correspondente conteúdo;

11.10.3. Nenhum dos documentos de propostas de preços (envelope I) poderão conter rasuras ou entrelinhas, não sendo permitido palavras ou algarismos manuscritos.

11.10.4. Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10.5. As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto conforme edital, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.

11.10.6. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO (ENVELOPE II)

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do MENOR PREÇO POR ITEM deverão enviar no sistema online do pregão (sob pena de inabilitação), no site: www.bllcompras.org.br a documentação de CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO, a seguir elencada, juntamente com os demais requisitos exigidos no edital.

12.1.1 A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar, sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados, em 01 (uma) via, em original ou cópia autenticada, no cartório competente ou cópia autenticada por servidor do Departamento de Licitação, devidamente atualizados e redigidos em Língua Portuguesa, em envelope separado da Proposta de Preços, na data e horário estabelecidos no edital.

12.2.1. É PLENA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES TOMAREM CONHECIMENTO DE TODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

12.3. DO CREDENCIAMENTO

12.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br;

12.3.2 Apresentar juntamente com as exigências da proposta de preços deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 261
<i>M</i>
RUBRICA

12.3.3 Contrato Social, em vigor, com todas alterações ou consolidado, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;

12.3.4. Tratando-se de titular ou sócio administrador deve estar munido de instrumento que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, estando munido da cópia da carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto, autenticado em cartório ou por servidor público designado, em todas as páginas;

12.3.5. Se representante legal, deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, da qual deverá constar ainda a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública, com firma reconhecida em cartório, acompanhada do ato constitutivo da empresa, que comprove a legitimidade do outorgante. Obrigatória a apresentação de cópia do documento de identidade ou outro documento equivalente com foto, autenticado em cartório ou por servidor público designado;

12.3.6. Todas as licitantes deverão apresentar a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de que conhece e aceita inteiro teor do edital, e se for o caso declarar que a empresa está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com a Lei Complementar nº123/06, e Lei complementar 147/2014).

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins licitatórios do Pregão Eletrônico nº 040/2021, que a empresa....., inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº....., possui todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital deste Pregão, ressalvado o direito recursal, (bem como que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e Lei complementar 147/2014)(quando couber), que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação, que

DECLARANDO, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará aplicação de penalidade à declarante.

Juína/MT, ____ de _____ de 2021.

(nome e assinatura do declarante)
(número da cédula de identidade do declarante)



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 262
RUBRICA

12.3.7. CERTIDAO SIMPLIFICADA, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte da empresa junto a Junta Comercial, ou DECLARAÇÃO firmada por contador.

12.3.8. À licitante que for declarada vencedora de algum ITEM do presente PREGÃO ELETRÔNICO, deverá enviar a documentação de CREDENCIAMENTO e HABILITAÇÃO no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) minutos (sob pena de inabilitação), no sistema online do pregão, no site: www.bllcompras.org.br, e o mesmo deverá ser enviados no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis em original ou cópia autenticada em cartório e recebidos (Data de chegada dos documentos no Departamento de Licitação) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis em original ou cópia autenticada em cartório, na sede do Departamento de Licitação, localizada no Município de Juína – Setor de Licitação; com o endereço na Travessa Emmanuel, nº 33N – Bairro Centro, – Juína – Mato Grosso. CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas, e a mesma deverá encaminhar o comprovante de despacho do envelope no e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br.

12.4. HABILITAÇÃO (Envelope 2) RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Os documentos para habilitação, a seguir relacionados, deverão ser postados junto a plataforma da BLL no prazo determinado neste edital e apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão de imprensa oficial. Os prazos de validade previstos e expressos neste Edital prevalecem caso os Órgãos expedidores não estabelecem outro no documento. Não será aceito nenhum protocolo referente à solicitação às repartições competentes, em substituição aos documentos relacionados neste Edital, bem como não serão aceitos documentos rasurados ou fotocopiados via *fac-símile*.

a) Declaração de que a empresa licitante cumpre plenamente o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V da Lei 8.666/93, declaração na forma do art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93, e declaração na forma do art. 32 § 2º da Lei 8.666/93 (modelo sugerido – **ANEXO VI**).

b) Declaração, sob as penas das Lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório mencionado acima, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal (modelo sugerido – **ANEXO VI**).

c) Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame (modelo sugerido – **ANEXO VI**).

d) “TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O E-MAIL ATUALIZADO DURANTE A CONTRATUALIDADE”, consoante Modelo estabelecido pelo **ANEXO VII**, deste Edital.

12.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 263
M
RUBRICA

Conforme do Artigo 29, da Lei 8666/93;

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ), podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br;

12.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Alvará, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal - Conjunta Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (CPEND) relativa a Contribuições Federais e INSS, expedidas pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br

12.4.4. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual, (Expedida para Fins Gerais ou para Participação em Licitações Públicas); podendo ser retirada no site www.sefaz.mt.gov.br ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;

12.4.5. Certidão Negativa de Débito Municipal do domicílio da licitante;

12.4.6. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF;

12.4.7. Certidão Negativa de Débito Trabalhista emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho(www.tst.jus.br);

12.4.8. Contrato Social, em vigor, com todas alterações ou consolidado, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;

12.5. RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.5.1. **Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento similares ao objeto desta licitação.

12.6. RELATIVO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.6.4. **Certidão Negativa de Falência, Concordata e/ou Recuperação Judicial (ações movidas e em desfavor)** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com validade de 30 (trinta) dias após a expedição, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

12.7. Os documentos exigidos, conforme o artigo 32 da Lei 8.666/1993 deverão ser apresentados, em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 264
RUBRICA

processo de cópia autenticada em cartório competente ou pelo servidor do Departamento de Licitação.

12.7.1 Toda a documentação deverá ser apresentada em nome do estabelecimento licitante, ou seja, se matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, salvo aqueles que somente são emitidos em nome da matriz.

12.7.2. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, ressalvado o item 12.6. "I".

12.7.3. Documentos apresentados com a validade expirada, passíveis de obtenção pelos meios eletrônicos, o Pregoeiro ou Equipe de Apoio fará a verificação no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade fiscal, será juntado aos autos o respectivo documento.

12.7.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.7.5. A regularidade fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte, só será exigida para efeito de contratação, que se dará com a emissão da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, mas a mesma deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal na fase de habilitação, mesmo que esta apresente restrição.

12.7.6. À microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal na fase de habilitação será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Lei complementar 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.7.7. À licitante que for declarada vencedora de algum ITEM do presente PREGÃO ELETRÔNICO, deverá enviar a documentação de HABILITAÇÃO no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) minutos (sob pena de inabilitação), no sistema online do pregão, no site: www.bllcompras.org.br, e o mesmo deverá ser enviados no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis em original ou cópia autenticada em cartório (sob pena de inabilitação), na sede do Departamento de Licitação, localizada no Município de Juína – Setor de Licitação; com o endereço na Travessa Emmanuel, nº 33N – Bairro Centro, – Juína – Mato Grosso. CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas, e a mesma deverá encaminhar o comprovante de despacho do envelope no e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 265
RUBRICA

12.7.8. Caso a empresa envie o original do CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO via "CORREIOS", solicitamos que a mesma dê preferência para o envio de "SEDEX", e encaminhar o comprovante de despacho do mesmo no e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br, e ainda identificar o envelope com o número do referido Pregão, para que esta Comissão de Licitação possa transmitir ao Pregoeiro(a) correspondente, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE 02: CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO
À Comissão de Licitação
Município de Juína/MT
Pregão eletrônico nº. 040/2021
(Razão Social da Proponente e CNPJ)
Abertura dia.../.../...

12.7.8.1. Devido as distancias e logística, considera-se tempestivo os documentos enviados em conformidade com o item 12.7.7 desde que enviados dentro dos prazos determinados e informados a Comissão o código de rastreio para acompanhamento através do e-mail licitacao@juina.mt.gov.br.

12.7.8.1.1. Fixa o prazo máximo de 10 dias para recebimento em dos documentos de classificação e habilitação em suas vias originais no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Juína, sob pena de desclassificação ou inabilitação, salvo por motivo de força maior.

12.7.9 Os documentos de habilitação exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em envelope lacrado, indevassável, distinto e separado, endereçados ao Pregoeiro (a) desta Comissão de Licitação, indicação clara e visível do procedimento licitatório a qual se dirigem, e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza do correspondente conteúdo;

12.7.10. Nenhum dos documentos de CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO (envelope II) poderão conter rasuras ou entrelinhas, não sendo permitido palavras ou algarismos manuscritos.

12.7.11. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou cópia autenticada por servidor do Departamento de Licitação.

12.7.12. Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

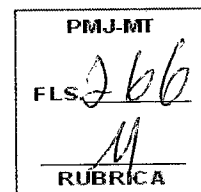
12.7.13. Os documentos de habilitação apresentados fora da data e horário previsto no edital, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



12.7.14. Envio da documentação de habilitação, vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12.7.15. O não atendimento de quaisquer condições aqui previstas provocará a inabilitação da licitante.

12.7.16. Para efeito de remessa pelos correios, via "SEDEX", os envelopes I e II, poderão ser acondicionados em um único invólucro, desde que no sobrescrito venha expresso seu conteúdo, identificando a licitação a que se refere data e horário para abertura.

13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

13.1. Nos casos em que o Pregoeiro (a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes do quantitativo do objeto e os preços unitários, o Pregoeiro(a) procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro (a) declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro (a), devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Pregoeiro(a) e publicação da referida no site;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 267
RUBRICA

14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar a Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Pregoeiro(a), a remessa dos autos à autoridade superior, para:

15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;

15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;

15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;

15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, todos os julgamentos de recursos, contrarrazão, deferimento e etc, serão feito on-line através do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro (a) ao vencedor;

16.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, os quais serão mencionados em campo próprio no site mensagens, a entidade promotora da licitação adjudicará o objeto e submeterá à autoridade competente para homologar o resultado da licitação para determinar a contratação.

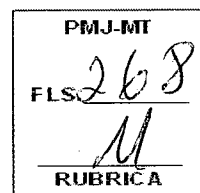
16.5. De todos os atos e decisões do Pregoeiro(a), relacionados com o Pregão Eletrônico, cabe recurso;

16.6. Cabe ainda, recurso contra a decisão que:

a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

16.6.1. Os recursos que tratam este edital, deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

16.6.2. A intimação dos atos referidos no edital serão feitas mediante publicação na imprensa oficial e pelo site oficial da licitação <http://www.bllcompras.org.br>

16.6.3. Interpostos os recursos de que tratam o edital, serão publicados no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br às demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 dias úteis;

16.6.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.6.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

16.7. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo.

1641.03.130.10.302.0015.2318.339030000000 – Hospital Municipal;

18. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.1. Adjudicado o objeto e homologada a licitação, a Administração convocará, por escrito, a adjudicatária para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.2. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado, a pedido fundamentado da adjudicatária, aceito pela Administração, uma única vez e por igual período.

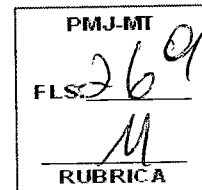
18.3. Decorrido o prazo de assinatura da Ata sem manifestação da adjudicatária, é facultado ao Poder Executivo do Município de Juína-MT convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

18.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes deste edital, caberão respectivamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

19.2. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

19.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pelo Contratado, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

19.4. O Fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto do Contrato.

19.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do Contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

20. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DECORRENTES:

20.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, incluída eventual prorrogação.

20.2. A Licitante vencedora é obrigada a fornecer e prestar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos em lei que ficar liberada do compromisso ou houver cancelamento ou revogação da mencionada Ata.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 270
M
RUBRICA

20.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderão ser celebrados sucessivos Contratos Administrativos decorrentes da mesma.

20.4. A vigência dos Contratos Administrativos poderão ter prazos superiores aos da Ata de Registro de Preços, desde que celebrados dentro do prazo de vigência dessa, caso verificado saldo no quantitativo dos serviços registrados, ou ainda, quando o objeto licitado tratar-se de serviços de natureza continuada, a teor do Decreto Municipal n.º 109/2017, cujo prazo estará limitado a 60 (sessenta) meses.

20.5. O fornecedor registrado não está obrigado a celebrar Contratos Administrativos decorrentes da Ata, cujos prazos excedam ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

21.1. São obrigações do órgão contratante:

- a) gerenciar a Contrato;
- b) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- c) emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Contrato;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;
- h) a fiscalização exercida pelo Órgão Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Contratado pela completa e perfeita execução da Contrato.

22. DA ENTREGA E PRAZO

- 22.1 Os itens deverão ser entregues mediante REQUISIÇÃO, nas quantidades nela especificadas.
- 22.2 O prazo de entrega dos materiais é de **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS** após solicitação da secretaria.
- 22.3 O INÍCIO DO PRAZO DE ENTREGA - começa a correr após solicitação e Autorização expedida pela Secretaria solicitante, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional.
- 22.4 Os medicamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, estando sujeito a conferência e aceite pelo funcionário responsável.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 271
M
RUBRICA

- 22.5 Caberá ao responsável receber ou rejeitar os itens após verificar a qualidade e as quantidades dos mesmos, podendo rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.
- 22.6 LOCAL DE ENTREGA - as entregas deverão ser efetuadas nos locais indicados pelas Secretaria, no horário normal de expediente, conforme especificações e quantidades solicitadas.
- 22.7 Os itens deverão ter a data de validade igual ou superior a 12 (doze) meses, na data de recebimento destes, sendo que **esta obrigação é somente para os itens que demonstram prazo de validade;**
- 22.8 A CONTRATADA, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 22.9 O aceite dos produtos pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. É concedido um prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

23.2. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento que acontecerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente a entrega dos produtos.

23.2.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

23.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

23.4. Para a efetivação do pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar comprovante da sua regularidade fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e CNDT, certidão de débitos trabalhistas.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 272
RUBRICA

23.5. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

23.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Ficar impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

24.1.1. MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 30% (trinta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

24.2. MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado para contratação, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

24.3. SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

24.4. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.

24.5. Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

24.6. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal.

24.7. A empresa que promover a declaração indicada no item 10.9. e não comprovar por ocasião de diligência a existência de estoque razoável, ficará sujeita a multa de R\$ 5.000,



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 273

RUBRICA

00 (cinco mil reais), sem prejuízo de responder administrativa, civil e penalmente em razão da falsa declaração.

25. DA REVOGAÇÃO DO CONTRATO

25.1. O contratado poderá ter o seu CONTRATO revogado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.2. A revogação do seu registro poderá ser:

25.2.1. A pedido do próprio CONTRATADO, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

25.2.2. Por iniciativa do Órgão Contratante, quando:

- a) o contratado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) o contratado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) o contratado não cumprir as obrigações decorrentes da Contrato;
- e) o contratado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Contrato;
- f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Contrato ou nas solicitações dela decorrentes.

25.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Contratante fará o devido apostilamento na Contrato e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, nos termos do § 3º do Art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

26.2. Fica assegurado ao Município de Juína/MT, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Administração, revogar a presente licitação no todo ou em parte.

26.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.4. Após a finalização da fase de lances não caberá desistência da proposta.

26.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Município de Juína/MT.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 274
M
RUBRICA

26.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, salvo disposição em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente do Município de Juína/MT.

26.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão.

26.8. A reunião de abertura da presente licitação poderá ser adiada ou transferida para outra data, mediante prévio aviso.

26.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.11. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

26.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.13. Exigências formais não essenciais, são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos processuais, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento das demais.

26.14. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições da licitação, acréscimos ou supressões devidamente justificadas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, Lei nº 8.666/93.

26.15. A Administração poderá, até a assinatura da ata ou recebimento da Nota de Empenho, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

26.16. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 279

RUBRICA

26.17. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências do edital ou contrariar qualquer de seus dispositivos e Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada, em qualquer fase do processo.

26.18. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias após a emissão, ressalvado o item 12.6.1 do presente edital.

26.19. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, conforme art. 63 da Lei, 8.666/1993.

26.20. Os termos dispostos neste edital, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais anexos completam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões. Dessa forma, todos os anexos integram o edital, como se nele transcrito fosse, valendo suas condições e estipulações como normas para o procedimento e para a execução do objeto contratual.

26.21. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

26.22. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, à Pregoeiro, no Departamento de Licitações, com endereço na Travessa Emmanuel, 33N, Centro, Juína/MT.

26.23. A Secretaria Municipal de Administração, através de servidor designado por Portaria, é o responsável pela fiscalização da Contrato resultante dessa licitação.

26.24. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Assessoria Jurídica deste Órgão.

26.25. A publicidade de atos pertinentes à licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação em Diário de grande circulação, diário eletrônico do TCE, no site www.bllcompras.org.br, e www.juina.mt.gov.br, e comunicado via e-mail, quando for o caso.

26.26. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato de Fornecimento do objeto vinculado a este Pregão, as empresas licitantes devem se subordinar ao foro da Justiça Comum, do Foro da Comarca de Juína/MT, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 276
M
RUBRICA

26.27. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital de PREGÃO ELETRÔNICO e seus respectivos ANEXOS, que terá sua cópia publicada no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, e afixada no Quadro de Avisos do Poder Executivo do Município de Juína-MT, pelo prazo de 08 (oito) dias úteis, anteriores a data designada para a sessão de abertura dos Envelopes, sendo que o ato convocatório para participar do certame fica estendido a todos os interessados do ramo da especialidade, estando o Pregoeiro Designado e a respectiva Equipe de Apoio à disposição dos mesmos, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre as 07:00 às 13:00 horas, no Departamento de Compras, Materiais e Licitações da Administração Pública Municipal, sito na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Bairro Centro, no Município de Juína-MT; ou, pelo e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br.

27. Constitui parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
Anexo III – Minuta da Ata;
Anexo IV – Minuta Contrato;
Anexo V – Dados do Representante legal (modelo)
Anexo VI – Modelo de Declarações obrigatórias.
Anexo VII – Modelo de Termo de Compromisso de e-mail atualizado.

Juína-MT, 14 de dezembro de 2021.

DAYANA KARINA ARANTES ONORIO
Pregoeira Designada
Comissão Permanente de Licitação - CPL
Poder Executivo – Juína-MT



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 277
M
RUBRICA

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 040/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão(s) Solicitante(s):	Descrição de categoria de investimento:
- Secretaria Municipal de Saúde;	(X) Aquisição () Contratação de Serviços

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	Tipo de Licitação:
() Concorrência - Art. 22 § 1º, Art. 23 incisos I e II alínea c da Lei nº 8.666/93.	
() Tomada de Preço - Art. 22 § 2º, Art. 23 incisos I e II alínea b da Lei nº 8.666/93.	
() Convite - Art. 22 § 3, Art. 23 incisos I e II alínea a da Lei nº 8.666/93.	Art. 45, incisos I ao IV, da Lei nº 8.666/93:
() Concurso - Art. 22 § 4º da Lei nº 8.666/93.	() Menor Preço Global.
() Leilão - Art. 22 § 5º da Lei nº 8.666/93.	(X) Menor Preço por item.
() Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei nº 8.666/93.	() Menor Preço Lote.
() Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 da Lei nº 8.666/93.	() Melhor Técnica.
() Pregão Eletrônico – SRP - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93.	() Técnica e Preço.
() Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93.	() Maior Lance ou Oferta.
() Pregão Presencial – SRP - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93.	() Maior Desconto por Item.
() Pregão Presencial – Tradicional - Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93.	() Tabela de preço.
	() Não se enquadra.
	() Credenciamento.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 278
M
RUBRICA

3 DO OBJETO

3.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA O RESSUPRIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.**

4 DA MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1 O Presente procedimento se instaura com a finalidade de contratar empresa especializada no fornecimento de medicamentos injetáveis, destinados aos pacientes do Hospital Municipal Dr. Hideo Sakuno do município de Juína – Estado de Mato Grosso, haja vista que os itens objeto deste feito resultaram frustrados em processo anterior, a saber: Pregão Eletrônico sob o nº 031/2021).

4.2 De início, se faz pertinente ressaltar que as demandas oriundas ao Hospital Municipal Dr. Hideo Sakuno são voltadas, dentre outras, à realização de procedimentos cirúrgicos emergenciais - os quais, por sua vez, são decorrentes de acidentes e casos graves envolvendo a pessoa ocorrido no âmbito social (em sentido amplo). Este último, na maioria das vezes são encaminhados pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA, deste município – onde se promove o atendimento inicial do(a) paciente.

4.3 É cediço que, diante do presente cenário evidenciado no âmbito social ocasionado pela pandemia do novo Corona Vírus (Covid-19), as demandas no campo da saúde vêm crescendo gradativamente, seja ela decorrente de contaminação viral ou de fatores diversos a esta. Por conseguinte, o ressuprimento de medicamento junto aos os hospitais, onde os cuidados são executados, se faz primordialmente necessário.

4.4 Ademais, no tocante aos(as) pacientes atendidos(as) pelo Hospital em comento, nos(as) quais serão ministrados(as) os fármacos objeto deste procedimento licitatório, conforme as necessidades de cada qual, estão presentes: procedimentos cirúrgicos emergenciais, as gestantes em estágio final de grávidas, e demais usuários com necessidades peculiares. Tais pacientes variam desde os residentes e domiciliados neste município, quantos aqueles vindos de outras localidades.

4.5 Por derradeiro, é de se ressaltar, que o município de Juína/MT está, aproximadamente, 745,2 km (setecentos e quarenta e cinco vírgula dois quilômetros) do município de Cuiabá/MT (capital do Estado de Mato Grosso) e, por tal fator, é considerada cidade polo. Comumente, como é sabido, cidades-polo exercem grande influência em seu entorno, prestando atendimento, quando solicitado, à população destes núcleos menores, seja eles urbanos ou rurais.

4.6 Com isso, pode-se ter em consideração que os usuários das unidades de saúde do município de Juína/MT não se fazem apenas de domiciliados neste local, mas também de



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 279
RUBRICA

peessoas que migram daqueles pequenos núcleos (urbano/rural) a este, em busca de melhores condições no atendimento a sua saúde.

4.7 É de se destacar que as ações e serviços desempenhados no âmbito da saúde pública percebem assistências de cunho coletivo e visam, em especial, a promoção de políticas voltadas, dentre outras, à prevenção da saúde. Primado, este, garantindo e assegurado constitucionalmente;

4.8 Nesse sentido, conveniente trazer à baila o que dispõe o texto constitucional vigente, precisamente em seu artigo 196, veja: "[...] A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos [...]";

4.9 Em derradeiro, considerando o que preconiza a norma constitucional, bem como as necessidades da população deste município, no tocante ao trato com a saúde, torna-se indispensável ao município a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais, insumos e equipamentos odontológicos.

5 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MODALIDADE LICITATÓRIA

5.1 A contratação, objeto deste Termo de Referência, deverá ocorrer por intermédio de Pregão, cujo tipo poderá ser eletrônico ou presencial desde que devidamente justificado pelo pregoeiro designado para o certame.

5.2 Ademais tem amparo legal, integralmente, nas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas no Edital e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

6 DA QUANTIDADE, DETALHAMENTO E VALOR DE REFERÊNCIA DO OBJETO (CÁLCULO POR MEDIANA)

6.1 O quantitativo, a descrição do produto e valor unitário e total, estão descritos no quadro abaixo:

Item	Código	Descrição	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	860	ALFENTANILA CLORIDRATO 0,544 MG/ML 5 ML AMP	UNIDADE	1.000	R\$ 31,49	R\$ 31.490,00
2	2003	NEOCAINA 0,5 % C/V C/EPINEFRINA (CLOR BUPIVACAÍNA) FRASCO AMPOLA	UNIDADE	1.200	R\$ 10,59	R\$ 12.708,00
3	2251	EFEDRINA SULF. 50 MG 1 ML - INJ.	UNIDADE	1.200	R\$ 2,97	R\$ 3.564,00
4	2389	CLORPROMAZINA 25 MG INJ 5ML	UNIDADE	1.200	R\$ 2,05	R\$ 2.460,00
5	2420	MORFINA SULF. 1,0 MG/ML 2 ML INJ(USO IM,IV, e ESPINHAL) SEM CONSERVANTES	UNIDADE	600	R\$ 9,34	R\$ 5.604,00



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 280
M
RUBRICA

6	2538	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1 ML INJETAVEL	UNIDADE	1.000	R\$ 1,63	R\$ 1.630,00
7	2607	AMINOFILINA 10ML INJ	UNIDADE	10.000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00
8	8751	FENILEFRINA 10MG/ML 1ML INJETAVEL	UNIDADE	1.200	R\$ 16,24	R\$ 19.488,00
9	45515 7	PENTOXIFILINA 20MG/ML 5ML INJ	UNIDADE	500	R\$ 4,91	R\$ 2.455,00
10	45518 5	PETIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2ML - INJ.	UNIDADE	300	R\$ 3,17	R\$ 951,00
11	45519 4	NALOXONA CLOR 0,4MG/ML 1 ML INJ	UNIDADE	200	R\$ 12,58	R\$ 2.516,00
12	45520 3	AMICACINA 100 MG 2ML INJ	UNIDADE	600	R\$ 1,93	R\$ 1.158,00
13	45520 9	AMICACINA 500MG 2ML INJ	UNIDADE	6.000	R\$ 5,25	R\$ 31.500,00
14	46782 8	TENECTEPLASE 40MG PO INJETAVEL COM SERINGA PRE- CARREGADA - FRASCO/AMPOLA	UNIDADE	2	R\$ 6.137,80	R\$ 12.275,60
15	47234 7	CETOPROFENO 50M/ML 2 ML INJETAVEL I.M	UNIDADE	12.000	R\$ 2,20	R\$ 26.400,00
16	47237 8	INIBINA - CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA - 5 MG/ML 2 ML INJETAVEL	UNIDADE	300	R\$ 16,73	R\$ 5.019,00
17	47802 5	ALPROSTADIL ALFACICLODEXTRINA 20 MCG INJETAVEL FRASCO/AMPOLA	UNIDADE	30	R\$ 105,50	R\$ 3.165,00
18	47802 8	SULFATO DE MAGNESIO 50% 10 ML INJ	UNIDADE	2.400	R\$ 10,92	R\$ 26.208,00
19	47802 9	TRAMADOL 100 MG 2 ML INJETAVEL	UNIDADE	20.000	R\$ 1,97	R\$ 39.400,00
					Valor total:	R\$ 247.691,60

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3 Para tanto, os FORNECEDOR(ES) VENCEDOR(ES) poderá(ão) ser excluídos do processo licitatório, mesmo com o menor preço, caso o seu produto não atenda às especificações descritas no edital, que se espera ser idêntica à do TERMO DE REFERÊNCIA.

7 DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

7.1 Os itens deverão ser entregues mediante REQUISIÇÃO, nas quantidades nela especificadas.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 281
RUBRICA

7.2 O prazo de entrega dos materiais é de **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS** após solicitação da secretaria.

7.3 O INÍCIO DO PRAZO DE ENTREGA - começa a correr após solicitação e Autorização expedida pela Secretaria solicitante, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional.

7.4 Os medicamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, estando sujeito a conferência e aceite pelo funcionário responsável.

7.5 Caberá ao responsável receber ou rejeitar os itens após verificar a qualidade e as quantidades dos mesmos, podendo rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

7.6 LOCAL DE ENTREGA - as entregas deverão ser efetuadas nos locais indicados pelas Secretaria, no horário normal de expediente, conforme especificações e quantidades solicitadas.

7.7 Os itens deverão ter a data de validade igual ou superior a 12 (doze) meses, na data de recebimento destes, sendo que **esta obrigação é somente para os itens que demonstram prazo de validade;**

7.8 A CONTRATADA, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

7.9 O aceite dos produtos pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

8.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, computadas neste as eventuais prorrogações.

8.2 Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecendo, o disposto no art. 57, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 282
RUBRICA

9.1 São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE;

9.1.2 Entregar material(is) conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

9.1.3 Entregar material(is) no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do(s) material(is) fornecido(s), que deverá(ão) ser novo(s) e de primeira qualidade;

9.1.5 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.7 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.1.8 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

9.1.9 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da CONTRATANTE;

9.1.10 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

9.1.12 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

9.1.13 Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

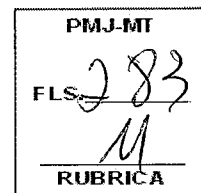
9.1.14 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



9.1.15 Qualquer dano causado ao patrimônio da CONTRATANTE na entrega do(s) material(is), será(ão) ressarcido(s) pela licitante vencedora, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho;

9.1.16 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

10 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) material(is);

10.1.2 Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega do(s) material(is) e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

10.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, relacionados com o objeto pactuado;

10.1.4 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) material(is), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

10.1.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos na formalização do contrato;

10.1.6 Efetuar os pagamentos devidos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Saúde;

10.1.7 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia;

10.1.7.1 Outras previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993;

10.2 Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 DA FORMA DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 284
RUBRICA

11.1 Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre o 20.º (vigésimo) e 30.º (trigésimo) dia do mês subsequente em que os materiais, produtos e/ou equipamentos foram efetivamente fornecidos pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE;

11.2 No corpo da Nota Fiscal o contratado deverá indicar os dados bancários para o recebimento do valor;

11.3 A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação;

11.4 Em existindo documento com o prazo de validade vencido ou irregular, a contratada será notificada pelo fiscal de contrato para proceder à regularização;

11.4.1 A CONTRATADA, depois de notificada, terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fiscal de contrato certificará o fato e submeterá o assunto ao Núcleo Administrativo.

12 DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por Fiscal do contrato, Sr. LEVI LOPES RIBEIRO designado pelo órgão solicitante, observando-se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93.

12.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do produto adquirido, de forma assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa efetuada pelo objeto do presente Termo será paga conforme as seguintes dotações orçamentárias:

1641.03.130.10.302.0015.2318.339030000000 – Hospital Municipal;

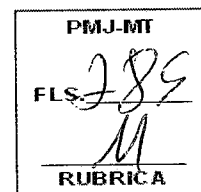
15 DAS SANÇÕES/PENALIDADES

15.1 Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) e Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

16 DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



16.1 HABILITAÇÃO JURIDICA: Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) e Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

16.2 REGULARIDADE FISCAL: Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) e Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

16.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) e Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

16.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURIDICA: Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) e Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

17 DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

17.1 Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, e legislação em vigor.

MARCELA ADRIANA AMERICO ORTOLAN
PODER PÚBLICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 286
M
RUBRICA

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 040/2021

PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2021.

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no endereço (rua, n.º, Bairro, cidade, Estado, CEP), para atendimento do objeto destinado à município de Juína/MT, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 040/2021.
Para tanto, oferecemos a esse órgão o preço para os itens a seguir indicados, observadas as especificações de que trata seus ANEXO I:

ITE M	CÓDIG O	CÓDIG O TCE	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO/R\$	VALOR TOTAL/R\$

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93.
Entregaremos os produtos conforme as exigências dos Anexos I e a minuta do Contrato, bem como as demais condições.
Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

a) Fone/Fax: _____ E-mail: _____

b) Banco _____ Agência n.º: _____ Conta n.º: _____

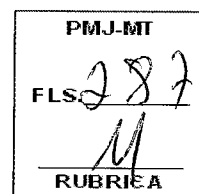
De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF n.º _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta de preços.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO III

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º ____/2021.
que fazem o Município de Juína-MT e _____:

PREÂMBULO:

MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.359.201/0001-57, com Sede Administrativa na Travessa Emmanuel, n.º 233-N, Bairro Centro, no Município de Juína-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 10590692 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n.º 927.601.121-87, residente e domiciliado na Estrada Comunidade Verdan, s/n - Comunidade Verdan, no Município de Juína-MT, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 040/2021, publicado no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, na data de ____/____/2021, **RESOLVE** registrar os preços dos serviços, materiais, produtos e/ou equipamentos da empresa, _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, n.º _____, Bairro _____, no Município de _____, neste ato representada por seu Representante Legal, _____, brasileiro/a, _____, portador/a da Cédula de Identidade n.º _____, SSP/_____, e inscrito/a no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado/a no Município de _____, doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**, indicados e caracterizados na presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, nas disposições Editalícias do Pregão Eletrônico n.º 040/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**, Pregão Eletrônico n.º 040/2021, assim como a Proposta vencedora, vencedora, independentemente de transcrição,



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 288
RUBRICA

conforme preços, especificações e quantitativos constantes da Cláusula Segunda, da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, são as que seguem:

ITEM	CÓDIGO	CÓDIGO TCE	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

4.1. São obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO:

4.1.1. manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021;

4.1.2. comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

4.1.3. atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos na execução de obras e no fornecimento de serviços, materiais, produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

4.1.4. abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

4.1.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 289
<i>M</i>
RUBRICA

4.1.6. responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do Pregão eletrônico n.º 040/2021 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

4.1.7. promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021 e da presente Ata de Registro de Preços;

4.1.8. retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, sito na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Bairro Centro, no Município de Juína-MT;

4.1.9. aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta Ata de Registro de Preços, nos limites fixados no art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93;

4.1.10. proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021;

4.1.11. credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimento de serviços, materiais, produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, *fax*, *e-mail* e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

4.1.12. fornecer os serviços, materiais, produtos e/ou equipamentos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021;

4.1.13. celebrar tantos Contratos Administrativos for necessários e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstos no art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93; e,

4.1.14. cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.1.1. gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 290
RUBRICA

5.1.2. prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos serviços, materiais, produtos e equipamentos for atestados pelo Fiscal do Contrato;

5.1.3. emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

5.1.4. assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

5.1.5. assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

5.1.6. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

5.1.7. fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

5.2. a fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

5.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do serviço, material, produto e/ou equipamento registrado.

CLÁUSULA SEXTA

DA REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

6.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do *caput*, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 291

RUBRICA

REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

6.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

6.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do serviço, material, produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

6.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

6.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

6.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput*, do art. 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal n.º 10.520/2002.

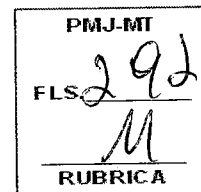
6.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1., 6.6.2. e 6.6.4. da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

6.8.1. Por razão de interesse público; ou,



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



6.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

7.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021, realizada pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA OITAVA
DAS OMISSÕES E DÚVIDAS DAS CLÁUSULAS E DISPOSIÇÕES

8.1. Nos casos de omissões e dúvidas, prevalecem às disposições Editalícias do Pregão Eletrônico n.º 040/2021 sobre as da presente Ata de Registro de Preços, salvo se de forma diversa for, expressamente, disposto no Edital, e as legais sobre ambas, em especial, as constantes da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da Lei Federal n.º 10.520/2002, e suas alterações posteriores, sendo que as normas e cláusulas do Edital de Licitação e da presente da Ata de Registro de Preços, coexistem, completando-se e conformando-se, uma a outra, como norma a ser seguida por ambas as partes e serão sempre interpretadas em favor do interesse público do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DA ATA DE REGISTRO

9.1. A publicação do extrato resumido da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial de Contas, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT será providenciada até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia, a teor do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, correndo as despesas às custas do ÓRGÃO GERENCIADOR.

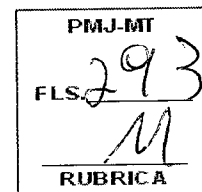
CLÁUSULA DÉCIMA
DO FORO

10.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



11.1. As condições gerais do fornecimento dos serviços, materiais, produtos e/ou equipamentos, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações do Poder Executivo Municipal e do FORNECEDOR REGISTRADO, sanções, rescisão e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º 040/2021, em especial, no seu ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, e na Minuta do Contrato Administrativo.

11.2. Os quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços poderão ser objeto de acréscimos ou de supressões, nos limites fixados no art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.3. As partes DECLARAM que esta Ata de Registro de Preços corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do concerto entre elas celebrado, sendo que, por estarem de pleno e comum acordo, foi mandado elaborar e digitar o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, revestindo o presente Contrato Administrativo com eficácia título executivo extrajudicial nos termos da lei civil e de processo civil, bem como da legislação vigente.

Juína-MT, ____ de ____ de 20 ____.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
ÓRGÃO GERENCIADOR
Paulo Augusto Veronese
Prefeito Municipal

CNPJ/MF N.º _____
FORNECEDOR REGISTRADO

Representante Legal/Preposto

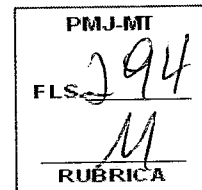
TESTEMUNHAS:

CPF/MF n.º _____

CPF/MF n.º _____



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO IV

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE

N.º ____/2021

que fazem o Município de Juína-MT e _____:

PREÂMBULO:

MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.359.201/0001-57, com Sede Administrativa na Travessa Emmanuel, n.º 233-N, Bairro Centro, no Município de Juína-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 10590692 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n.º 927.601.121-87, residente e domiciliado na Estrada Comunidade Verdan, s/n - Comunidade Verdan, no Município de Juína-MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, n.º _____, Bairro _____, no Município de _____, neste ato representada por seu Representante Legal, _____, brasileiro/a, _____, portador/a da Cédula de Identidade n.º _____, SSP/_____, e inscrito/a no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado/a no Município de _____, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Fornecimento de _____, com base no Pregão Eletrônico n.º 040/2021 e na Ata de Registro de Preços n.º ____/2021, segundo disposições da legislação vigente, em especial, do art. 37, § 1.º, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e Lei Federal n.º 9.648/98, da Lei Federal n.º 10.406/02, que instituiu o Código Civil, da Lei Federal n.º 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Municipal n.º 088, de 07 de agosto de 2017 (Regulamenta o Procedimento a ser adotado e a aplicação dos Institutos de Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos e instrumentos congêneres celebrados com o Poder Executivo do Município de Juína-MT), demais leis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

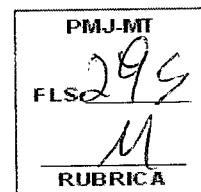
CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, DA QUANTIDADE E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente Contrato Administrativo _____, MUNICIPIO DE JUINA – ESTADO DE MATO GROSSO, especificados nos itens do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, com preços registrados na Ata de Registro de Preços n.º ____/2021, conforme a especificação dos itens, quantidades e preços que seguem na tabela abaixo:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



ITEM	CÓDIGO	CÓDIGO TCE	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$
						R\$	R\$

1.2. Os materiais, produtos e/ou equipamentos constantes da tabela acima deverão, a critério do CONTRATANTE, ser entregues de forma parcelada, ou ainda, programada de acordo com a necessidade do Poder Executivo Municipal, mediante solicitação/requisição do CONTRATANTE, observado a quantidade estabelecida.

1.3. As quantidades dos itens, objeto deste Contrato poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), a teor do art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante Termo de Aditamento ao presente Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

2.1. O fornecimento do objeto do presente Contrato Administrativo deverá ser efetuado por solicitação/requisição, mediante a expedição pelo CONTRATANTE de Ordem de Compras.

2.2. A entrega deverá acontecer **em conformidade com os prazos estipulados no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico N° 040/2021**, conforme solicitação das secretarias, e após a emissão da Ordem de Compra, nas quantidades estipuladas e no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.

2.3. A Ordem de Compras poderá ser enviada via endereço eletrônico *e-mail* da CONTRATADA, que deverá ser imediatamente confirmado o seu recebimento, conforme obrigação assumida no certame do Pregão Eletrônico nº 040/2021.

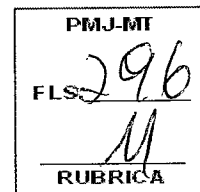
2.4. Decorrido o prazo previsto no subitem 2.2, desta Cláusula, sem que a CONTRATADA efetue a entrega dos materiais, produtos e/ou equipamentos, começará a correr o prazo de mora.

2.5. As solicitações/requisições para efeitos da aquisição dos materiais, produtos e/ou equipamentos, poderão ser realizadas de forma parcelada, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

2.6. Quando o CONTRATANTE não aceitar os serviços, por não atender as especificações do ajustado, será encaminhado notificação para o endereço eletrônico *e-mail* da CONTRATADA, ficando sujeita as sanções administrativas previstas no Edital do Certame e no presente Contrato Administrativo.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



2.7. Os serviços deverão ser prestados conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada no Processo de Licitação, assim como no Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021, e serão avaliados no ato de cada entrega.

2.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste Contrato Administrativo, estão condicionados as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021, observado no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PREÇO E VIGENCIA

3.1. Pelo fornecimento total do objeto do presente Contrato Administrativo o CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA a importância de R\$ _____ (_____).

3.2 O prazo estipulado para este contrato é de ____/____/2021 A ____/____/2021, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, conforme Artigo 57 da Lei 8.666/93, limitado a sessenta meses, ou em conformidade com a garantia mínima do equipamento adquirido.

Parágrafo único - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o interesse ou não na prorrogação deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado entre o 20.º (vigésimo) e 30.º (trigésimo) dia do mês subsequente em que os materiais, produtos e/ou equipamentos foram efetivamente fornecidos pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas, emitidas por aquela.

4.2. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 4.1, desta Cláusula, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente, retificada e corrigida.

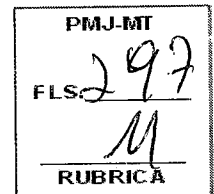
4.4. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com as Nota Fiscal/Fatura, comprovantes de sua regularidade fiscal, com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



4.5. As Notas Fiscais/Faturas expedidas pela CONTRATADA deverão conter o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, o qual constou nos documentos de habilitação do Certame Licitatório, assim como no presente Contrato Administrativo, sob pena de ficar impedida a realização do ato de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

5.1. No caso de ocorrer atraso no pagamento, considerado o prazo previsto no 4.1., da Cláusula Quarta, do presente Contrato, o valor da Nota Fiscal/Fatura ou parcela deverá ser atualizada monetariamente pelo CONTRATANTE, tendo como base a Taxa Referencial - TR, *pro rata tempore*, calculada da data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + TR/100) N30 - 1] \times VP$$

Onde:

TR	=	Percentual atribuído à Taxa Referencial - TR
EM	=	Encargos moratórios
VP	=	Valor da parcela a ser paga
N	=	Número de dias entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO

6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1.1. A forma, a instrução e processamento do reajuste e da revisão do Contrato (reequilíbrio econômico e financeiro/realinhamento de preços), obedecerão às disposições do Decreto Municipal n.º 088, de 07 de agosto de 2017, sob pena de não conhecimento do Requerimento.

6.1.2. Caso verificado pelo CONTRATANTE a procedência dos Requerimentos que trata o subitem anterior, do presente Contrato, a concessão do direito da CONTRATADA retroagirá a data do protocolo do requerimento.

6.1.3. O protocolo de Requerimento de Correção e Atualização monetária, de Reajuste de Preços e de Revisão Contratual (realinhamento de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro), não é causa ou fundamento que autoriza ou justifique a interrupção ou o descumprimento das obrigações neste Contrato contraídas, em especial, do fornecimento de produtos, materiais, serviços e paralisação de obras e serviços de engenharia, respondendo a CONTRATADA como infratora, nos termos da legislação vigente e do presente Edital.

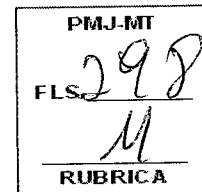
6.1.4. No caso de interrupção ou do descumprimento das obrigações neste Contrato Administrativo, as multas previstas em lei serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da rescisão contratual por ato unilateral da Administração ou judicialmente,



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



bem como de outras sanções e penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, assim como do ajuizamento de ações judiciais de ressarcimento e/ou cobrança, caso constatados danos e prejuízos ao erário público municipal, direta ou indiretamente, advinda de eventuais de condenações judiciais por dano moral, dano material e lucros cessantes, com base em situação que ocasionaram prejuízo ou comprometeram a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

6.2. DA REVISÃO DO CONTRATO (REALINHAMENTO DE PREÇOS OU REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO):

6.2.1. A revisão do presente Contrato (realinhamento ou reequilíbrio econômico-financeiro), pode ser concedida a qualquer tempo, mas está condicionada a hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

6.2.2. A revisão do Contrato deverá ser requerida pela CONTRATADA, mediante requerimento escrito e devidamente instruído com a prova da hipótese citada no subitem 6.2.1., deste Contrato, sob pena não conhecimento do pedido, e será promovida por Termo de Aditamento ao Contrato, após Despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas para o pagamento deste Contrato Administrativo correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária, do Orçamento Vigente do Município, a seguir especificada:

1641.03.130.10.302.0015.2318.339030000000 – Hospital Municipal;

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA, além das previstas na Ata de Registro de Preços e no Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021:

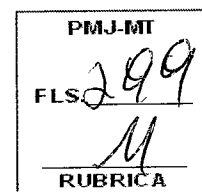
8.1.1. Efetuar o fornecimento dos materiais, produtos e/ou equipamentos de acordo com as especificações e condições estipuladas no presente Contrato Administrativo;

8.1.2. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais, produtos e/ou equipamentos, em que se verifiquem quaisquer desconformidade com as especificações ou danos, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 03 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

8.1.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes dos materiais, produtos e/ou equipamentos a ser fornecidos;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



8.1.4. Assumir totalmente os custos de entrega materiais, produtos e/ou equipamentos no local especificado neste Contrato.

8.1.5. Obedecer rigorosamente às especificações descritas no Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021;

8.1.6. manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame do Pregão Eletrônico nº 040/2021;

8.1.7. manter o *e-mail* eletrônico atualizado e em funcionamento diuturno junto ao Departamento de Compras Materiais e Licitações, do CONTRATANTE;

8.1.8. aceitar a prorrogação do presente Contrato Administrativo ou firmar novo contrato, a critério do CONTRATANTE, com os preços registrados na Ata de Registro de Preço n.º ____/2021, durante o prazo de vigência da mencionada Ata;

8.1.9. Outras previstas na Lei Federal n.º 10.520/2002, na Lei Federal n.º 8.666/1993, no Edital Pregão Eletrônico nº 040/2021, na Ata de Registro de Preços n.º ____/2021 e no presente Contrato Administrativo.

CLÁUSULA NONA
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas na Ata de Registro de Preços e no Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021:

9.1.1. Assegurar-se do bom fornecimento dos materiais, produtos e/ou equipamentos, verificando sempre o bom atendimento e a qualidade dos mesmos.

9.1.2. Assegurar-se de que os preços apresentados são os preços contratados e ofertados pela CONTRATADA.

9.1.3. Fiscalizar, através do Fiscal do Contrato, o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

9.1.4. Prestar esclarecimentos necessários, atinentes ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

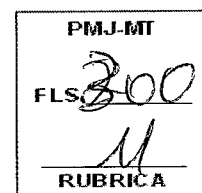
9.1.5. Designar formalmente o Fiscal de Contrato.

9.1.6. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Contrato Administrativo.

9.1.7. Proceder ao pagamento à CONTRATADA após atesto do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, nas condições estabelecidas no presente Contrato.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



9.1.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia.

9.1.9. Outras previstas na Lei Federal n.º 10.520/2002, na Lei Federal n.º 8.666/1993, no Edital Pregão Eletrônico nº 040/2021, na Ata de Registro de Preços n.º ____/2021 e no presente Contrato Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.6. Em caso de atraso, paralisação e inexecução no fornecimento dos serviços, materiais, produtos e equipamentos; erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou prestação de informações inverídicas, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções, garantido em todos os casos, o devido processo legal, o contraditório e a prévia defesa:

10.7. MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 30% (trinta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

10.8. MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado para contratação, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

10.9. SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.10. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.

10.11. Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

10.12. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal.

10.13. A empresa que promover a declaração indicada no item 10.9. e não comprovar por ocasião de diligência a existência de estoque razoável, ficará sujeita a multa de R\$ 5.000,



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 301

RUBRICA

00 (cinco mil reais), sem prejuízo de responder administrativa, civil e penalmente em razão da falsa declaração.

10.14. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será imposta enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem inciso 10.6.6., do presente Contrato Administrativo.

10.15. As multas previstas neste Contrato Administrativo poderão ser aplicadas juntamente, exceto as dispostas nos subitens 10.7. e 10.8, as quais não são cumuláveis.

10.16. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver.

10.17. Se as multas forem de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.18. Se não houver garantia prestada ou o valor das multas forem superior ao valor da mesma, ou ainda, se não houver pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, o total do valor ou o seu remanescente serão lançados em nome da mesma e, caso não pago voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, será inscrito em dívida ativa do Município.

10.19. As sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.20. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Finanças e Administração, em grau único, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do art. 109, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.21. As sanções administrativas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificados e comprovados, em processo administrativo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A Rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

11.1.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, quando verificado:



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 302
<i>[Signature]</i>
RUBRICA

- 11.1.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 11.1.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 11.1.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 11.1.1.4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- 11.1.1.5. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 11.1.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no contrato;
- 11.1.1.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 11.1.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1.º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666/93;
- 11.1.1.9. a decretação de falência, recuperação judicial ou a instauração de insolvência civil;
- 11.1.1.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- 11.1.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do presente Contrato;
- 11.1.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 11.1.1.13. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente Contrato.
- 11.1.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 11.1.3. judicial, nos termos da legislação;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 303
<i>M</i>
RUBRICA

11.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal.

11.2. Se não verificada a culpa da CONTRATADA, será a mesma ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão e pelo custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer com base:

11.2.1. em razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.2.2. supressão, por parte do CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do presente Contrato além do limite permitido no § 1.º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

11.2.3. suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.2.4. atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, a contar do vencimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.2.5. na não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

11.2.6. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente Contrato.

11.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do presente Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.4. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93:

11.4.1. assunção imediata do objeto do presente Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 304
M
RUBRICA

11.4.2. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do presente Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V, do art. 58, da Lei Federal n.º 8.666/93;

11.4.3. execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

11.4.4. retenção dos créditos decorrentes do presente Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.6 É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

11.7. Na hipótese de rescisão amigável, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal de Finanças e Administração, devidamente, ratificada pelo Prefeito Municipal.

11.8. A rescisão com base no atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento permite à assunção imediata do objeto do presente Contrato, no estado e local em que se encontrar, a critério e por ato próprio da Administração Municipal.

11.9. Constitui também motivo de rescisão do presente Contrato o fato da CONTRATADA manter em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7.º, da CF/88, com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99.

11.10. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.11. Após o 10.º (décimo) dia de inadimplência, o CONTRATANTE terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à CONTRATADA a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Contrato Administrativo, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento Convocatório.

11.12. A inadimplência da CONTRATADA, independentemente do transcurso do prazo estipulado no subitem 11.11, deste Contrato Administrativo, em quaisquer dos casos, observado o interesse do CONTRATANTE e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, independentemente, da instauração de processo administrativo para fins da rescisão.

11.13. Ocorrida à rescisão pelo motivo disposto no subitem 11.12, deste Contrato Administrativo, o CONTRATANTE poderá contratar o remanescente do fornecimento, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que atendida a ordem de classificação do presente Certame e aceitas as mesmas



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 305
M
RUBRICA

condições oferecidas pela Licitante Vencedora, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, a contar da data da apresentação das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

12.1. Integram o presente Contrato Administrativo, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2021 que o originou, referido no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS OMISSÕES E DÚVIDAS CONTRATUAIS

13.1. Nos casos de omissões e dúvidas oriundas do presente Contrato Administrativo, prevalecem às disposições editalícias sobre as contratuais - salvo se de forma diversa for, expressamente, disposto no Edital do Processo de Licitação - e as legais sobre aquelas, em especial, as constantes da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da Lei Federal n.º 10.520/2002, e suas alterações posteriores, e demais legislações em vigor, sendo que as normas e cláusulas do Edital, do presente Contrato e da legislação em vigor coexistem, completando-se e conformando-se, uma a outra, como norma a ser seguida por ambas as partes e serão sempre interpretadas em favor do interesse público do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DO CONTRATO

14.1. A publicação do extrato do presente Contrato Administrativo no Diário Oficial de Contas, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT será providenciada até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, que é condição indispensável para sua eficácia, a teor do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, correndo as despesas às custas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes do presente Contrato Administrativo, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 306
M
RUBRICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela CONTRATADA, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

16.2. A inadimplência da CONTRATADA, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste Contrato Administrativo, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato Administrativo.

16.3. Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

16.4. As partes se obrigam a manter, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no processo licitatório.

16.5. A Administração Municipal, ora CONTRATANTE, poderá revogar o presente Contrato Administrativo com base no interesse público, devendo anulá-lo de ofício ou mediante provocação de terceiros, caso constatado vício de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade.

16.6. As partes DECLARAM que este Contrato Administrativo corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do concerto entre elas celebrado, sendo que, por estarem de pleno e comum acordo, foi mandado elaborar e digitar o presente Instrumento Contratual, assinando-o em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, revestindo o presente Contrato Administrativo com eficácia título executivo extrajudicial nos termos da Lei Civil e Processo Civil, bem como da legislação civil vigente.

Juína-MT, ____ de ____ de 2021.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º ____
CONTRATANTE

NOME/RAZÃO SOCIAL
CNPJ/CPF/MF N.º ____
CONTRATADA

Prefeito Municipal

Representante Legal
CPF/MF N.º ____

TESTEMUNHAS:

CPF/MF N.º ____;

CPF/MF N.º ____;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

PMJ-MT
FLS. 307
M
RUBRICA

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2021

A (Empresa).....apresenta, a seguir, os dados de (Nome completo representante)..... seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura da eventual ata de registro:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

ESTADO CIVIL:

RG:

CPF:

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J Nº

FONE:

FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/ Av.:

N.º

Município:

Estado:

CEP.:

Conta Corrente:

Cód.

Agência:

Banco:

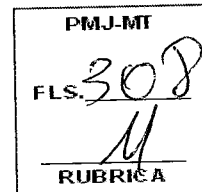
Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

..... de de 2021.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO VI

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

MODELO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Ao
Poder Executivo Municipal;
Município de Juína – Mato Grosso;
Pregão Eletrônico n.º 040/2021:

A Signatária _____, CNPJ/MF n.º _____, por seu Representante Legal/Preposto abaixo assinado, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para efeitos do **Pregão Eletrônico n.º 040/2021**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4.º, inciso VII, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, estando ciente das penalidades cabíveis. DECLARA ainda que conhece e aceita o inteiro teor do edital mencionado acima, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

DECLARA para todos os que para fins do inciso XXXIII, do art. 7.º, da Constituição Federal de 1998, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis anos).
(Ressalva: se empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.)

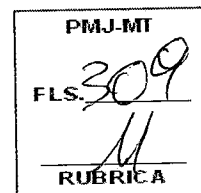
DECLARA, sob as penas da Lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório mencionado acima, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame.

Local e data
Nome e assinatura da Licitante
Representante Legal/Preposto



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO VII

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

**MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O
E-MAIL ATUALIZADO DURANTE A CONTRATUALIDADE**

Ao
Pregoeiro Designado;
Poder Executivo Municipal;
Município de Juína – Mato Grosso;
Pregão Eletrônico n.º 040/2021:

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O E-MAIL
ATUALIZADO DURANTE A CONTRATUALIDADE**

A Signatária _____, CNPJ/MF _____, neste ato representada pelo Sr. _____, RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, pelo presente Termo de Compromisso, e na melhor forma de direito, para efeitos do Pregão Eletrônico n.º 040/2021, COMPROMETE-SE A MANTER O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE E-MAIL INFORMADO, SEMPRE ATUALIZADO E DISPONÍVEL DURANTE TODA A CONTRATUALIDADE, para fins de receber da Administração Pública Municipal o envio de notificação por inexecução contratual, prazos em geral, abertura de processos administrativos, decisões de requerimentos, imposições de multas, inscrição em dívida ativa e todas as demais pertinentes a execução contratual, estando plenamente ciente que, o não recebimento de tais atos, em razão da desatualização ou indisponibilidade do endereço eletrônico de e-mail informado, é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, inclusive, por eventuais preclusões de prazos procedimentais pertinentes a execução do contrato, salvo se de forma expressa a legislação vigente prever outro meio para cientificação.
EMAIL: _____@_____

Sem mais, firmamos a presente.

Local e data

Nome e assinatura da Licitante
Representante Legal

Ano 10 Nº 2346

Divulgação quarta-feira, 15 de dezembro de 2021

- Página 108

Publicação quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

JÉSSICA DOS SANTOS BENITES
Assistente Social

ELVES APARECIDO DE JESUS AGOSTINI
Fiscal de Obras

RELAÇÃO ANEXA
RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO
Processo REURB nº 001/SMP/2021

RELAÇÃO NOMINAL DE OCUPANTES DA ÁREA ISOLADA DO
NÚCLEO INFORMAL CONSOLIDADO

NOME DO(A) OCUPANTE	CPF/MFIRG	QUADR	LOTE	TIPO	CLASSIF.
AUTO POSTO ABL LTDA	05.156.188/0001-94	AV 43	09	CONTORNO	COMERCIAL REURB-E

ALESSANDRO BARBOSA
Secretário Municipal de Assistência Social
Presidente da Comissão

ANDRÉIA CRISTINA SECCKI WOLLMANN
Agente Administrativo II
Secretária da Comissão

LINCOLN MARCOS DE OLIVEIRA
Assessor Jurídico da PGM

JÉSSICA DOS SANTOS BENITES
Assistente Social

ELVES APARECIDO DE JESUS AGOSTINI
Fiscal de Obras

DECISÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E JULGAMENTO

Pelo presente, fica notificado(a) **ELMAR ANTONIO DA ROSA**, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 29.871.813/0001-39, de que na data de 13/12/2021 foi julgado procedente o Auto de Infração Sanitária nº 0541/2021, Processo nº 002/2013, e aplicada(s) a(s) penalidade(s) de **MULTA DE 10 UFM**, correspondente ao valor de R\$1.309,30 (um mil e trezentos e nove reais e trinta centavos), tendo redução de 20% se paga no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação deste edital, conforme art. 318 da Lei Federal nº 1.528/2017, ficando ciente de que terá prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste para, querendo, apresentar o recurso a autoridade superior, conforme disposição do art. 318, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a ser protocolado na sede da Vigilância Sanitária Municipal (VISA) no endereço: Rua dos Lírios, nº 42-N, módulo 04, na cidade de Juína/MT.

Registre-se;
Publique-se;
Notifique-se;
Cumpra-se.

Juína-MT, 14 de dezembro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN
Secretária Municipal de Saúde
Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E JULGAMENTO

Pelo presente, fica notificado(a) **JOSE DIVINO DE SOUZA**, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 13.241.031/0001-86, de que na data de 13/12/2021 foi julgado procedente o Auto de Infração Sanitária nº 2921/2021, Processo nº 001/2017, e aplicada(s) a(s) penalidade(s) de **MULTA DE 15 UFM**, correspondente ao valor de R\$1.963,95 (um mil e novecentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos), tendo redução de 20% se paga no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação deste edital, conforme art. 309 da Lei Federal nº 1.528/2017, ficando ciente de que terá prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste para, querendo, apresentar o recurso a autoridade superior, conforme disposição do art. 318, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a ser protocolado na sede da Vigilância Sanitária Municipal (VISA) no endereço: Rua dos Lírios, nº 42-N, módulo 04, na cidade de Juína/MT.

Registre-se;
Publique-se;
Notifique-se;
Cumpra-se.

Juína-MT, 14 de dezembro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN
Secretária Municipal de Saúde
Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 040/2021 - SISTEMA DE

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juína, através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 720/2021, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, Estando a sessão pública para o dia **19 DE JANEIRO DE 2022 ÀS 09:00 HORAS**, (Horário de Brasília-DF), onde será presidida pelo Pregoeiro e equipe de apoio, através do endereço eletrônico www.bllcompras.org.br. O Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico acima citado ou pelo site www.juina.mt.gov.br, em transparência, agenda de licitação. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados no Departamento de Licitações, situado à Travessa Emmanuel, nº 33N, Centro em Juína/MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo Telefone: (66) 3566-6302 ou e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br. Juína/MT, 14 de dezembro de 2021.

DAYANA KARINA ARANTES ONORIO
Pregoeira Designada
Poder Executivo

PORTARIA

PORTARIA Nº 1.732/2021.

Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal nº 1.908/2019,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS, regulamentares ao servidor público municipal, **ANTONIO CARVALHO NETO, mat. 1259**, investido no cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem - 40 HS/SUS, referente ao período de 13/07/2018 a 12/07/2019, com início em 01/12/2021 e retorno em 31/12/2021.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 09 de novembro de 2021.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

PORTARIA Nº 1.734/2021.

Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal nº 1.908/2019,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS, regulamentares ao servidor público municipal, **JESUSMARIO AURELIANO, mat. 4763**, investido no cargo de provimento efetivo Motorista I - 40 HS, referente ao período de 01/12/2016 a 30/11/2017, com início em 01/12/2021 e retorno em 31/12/2021.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 09 de novembro de 2021.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

PORTARIA Nº 1.786/2021.

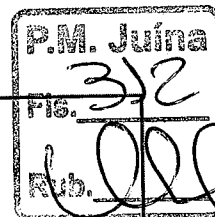
Concede Licença Prêmio a Servidora que menciona, e dá outras



Empresas INABILITADAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.759.433/0001-86 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/10/2001
NOME EMPRESARIAL FERNAMED LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FERNAMED	PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.89-3-02 - Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados 47.29-6-01 - Tabacaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R CASSIANO JORGE FERNANDES	NÚMERO 2058	COMPLEMENTO *****
CEP 85.802-240	BAIRRO/DISTRITO VILA TOLENTINO	MUNICÍPIO CASCABEL
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/10/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

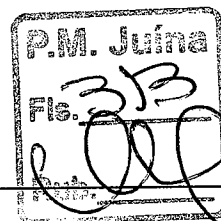
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/01/2021** às **10:00:52** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



GOVERNO MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RECEITA



CADASTRO Nº 5935800

RAZÃO SOCIAL: FERNAMED LTDA			
NOME FANTASIA: FERNAMED			
CPF/CNPJ: 04.759.433/0001-86		PROTOCOLO: 13765/2003	
FONE: (45) 5225-1210			
ENDEREÇO: RUA CASSIANO JORGE FERNANDES, 2058 LOJA 01 - NEVA			
QUADRA: 0003	LOTE: 010A	LOTEAMENTO: JARDIM PIO XII	IMOBILIÁRIO: 148859000
ATIVIDADE PERMITIDAS COMERCIO MEDICAMENTOS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES *** Continuam as descrições das atividades no verso deste ***			
OBSERVAÇÕES: *** Continuam as observações no verso deste ***			
COMPLEMENTO RESTRIÇÕES:			
INÍCIO DAS ATIVIDADES: 15/10/2001		CÓDIGO DA ATIVIDADE: 0000.0/15.69	

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FORNECIDO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOE O CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2001, PARA A SUA LOCALIZAÇÃO NO ENDEREÇO ACIMA.

CONTADOR: ILDO FORCELINI	CRC: PR-042758/O-8
--------------------------	--------------------

Nº de Empregados: 6	P. de Serviço: 32,50	Comércio: 70,00
Telheiro:	Depósito: 0,00	Pátio: 0,00
Área Indústria: 0,00		
Data Emissão: 17/09/2021		

IMPORTANTE:

Em caso de encerramento, mudança de endereço, paralisação ou qualquer outra alteração, procurar com urgência a divisão de Alvará para as providências legais cabíveis evitando, em consequência, problemas futuros.

Emitido através do portal do cidadão por: FERNAMED LTDA Código de autenticidade: WIS031202-53224-PPBJFYGRMBWM-6

O presente Alvará deverá ser afixado em lugar visível, conforme artigo 188 da Lei nº. 2027/89.

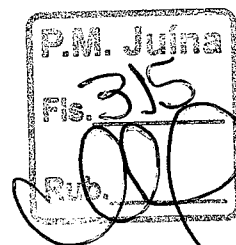
CONTINUAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES:

314

l



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FERNAMED LTDA
CNPJ: 04.759.433/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:42:10 do dia 06/12/2021 <hora e data de Brasília>.

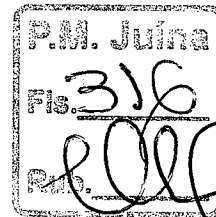
Válida até 04/06/2022.

Código de controle da certidão: **2070.D808.5A0F.3865**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Positiva
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
com Efeitos de Negativa
(Art. 206 do CTN)
Nº 025749461-50

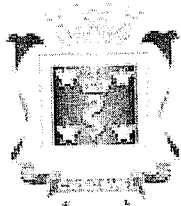
Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.759.433/0001-86**
Nome: **FERNAMED LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou VI, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

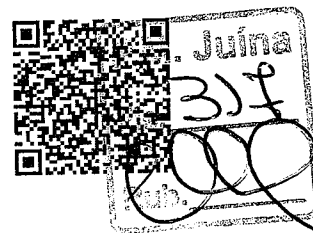
Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias

Válida até 19/02/2022 / Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 154204/2021

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	687731
Nome/Razão:	FERNAMED LTDA
CNPJ/CPF:	04.759.433/0001-86
Endereço:	RUA CASSIANO JORGE FERNANDES, 2058
Complemento:	loja 01
Bairro:	NEVA
Cidade:	Cascavel - PR
CEP:	85.802-240

[REQUERENTE]

Código:	687731
Nome/Razão:	FERNAMED LTDA
CNPJ/CPF:	04.759.433/0001-86

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

--

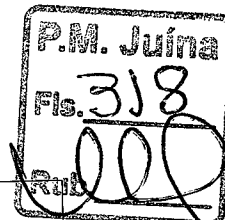
Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 3 de novembro de 2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0>
Código de Autenticidade: WGT211202-22979-PDGJKWTEXZJY-9

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 04.759.433/0001-86
Razão Social: FERNAMED LTDA
Endereço: R CASSIANO JORGE FERNANDES 2058 / VILA TOLENTINO / CASCAVEL / PR / 85802-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2021 a 27/01/2022

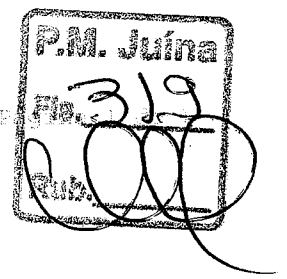
Certificação Número: 2021122901122128412706

Informação obtida em 11/01/2022 08:31:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FERNAMED LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.759.433/0001-86

Certidão n°: 46422228/2021

Expedição: 01/11/2021, às 11:39:58

Validade: 29/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FERNAMED LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.759.433/0001-86, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

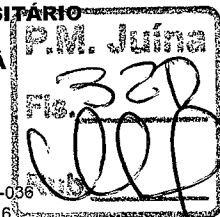
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**TJPR**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO
PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ**RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICOAVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-036
FONE: (45) 3326-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16**CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA**

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E
RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

FERNAMED LTDA
CNPJ: 04.759.433/0001-86

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 22 dia(s) do mês de novembro do ano de 2021. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

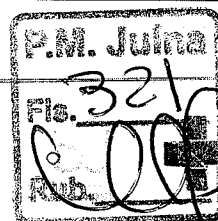
Assinado Digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
CPF/CNPJ:
78642485949
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>





HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ

Rua 22 de Dezembro, s/nº. Telefone (45) 3287-1552 CEP: 85780-000 - Boa Vista da Aparecida - PR



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FERNAMED LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.759.733/0001-86, estabelecida na Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2059, Vila Tolentino, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, é nossa fornecedora de MEDICAMENTOS, tendo cumprindo satisfatoriamente com seus compromissos, com plena capacidade técnica, com produtos de alta qualidade e pontual com as entregas, considerando que sempre atendeu-nos com todos os serviços contratados.

Segue abaixo itens e quantidades fornecidas pela referida empresa ref. Contrato de Aquisição de medicamentos nº 221/2019 – Pregão 067/2019.

10.000 Ampola Agua destilada p/injeção 10ml
3.000 Ampola Bromoprida 5mg/ml 2ml injetável
8.000 Frasco Ceftriaxona sódica 1g injetável
2.000 Ampola Cimetidina 150mg/ml 2ml injetável
3.000 Ampola Complexo B 2ml c/100 (Polivitaminico) injetável
3.000 Ampola Dexametasona inj. 4mg/ml 2,5ml injetável
2.000 Ampola Dimenidrinato + piridoxina 50mg + 50mg/ml (Dramin) IM injetável
3.500 Ampola Escopolamina + dipirona 4mg + 500mg/ml 5ml injetável
3.000 Ampola Furosemida 10mg/ml 2ml injetável
5.000 Ampola Glicose 50% injetável 10ml
3.000 Ampola Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável
3.000 Frasco Metronidazol 5mg/ml injetável 100ml
3.000 Ampola Diazepam inj. 10mg/ml 1ml

Sendo a expressão da verdade, firmamos a presente.

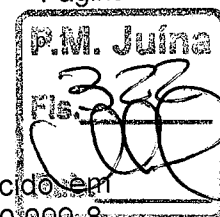
Validade do Atestado: 06 (seis) meses.

Atenciosamente,

Boa Vista da Aparecida, 24 de Agosto de 2021

Pablo Zuco
ONGIPR 18760

FERNAMED LTDA
CNPJ 04.759.433/0001-86
DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



GELSON MARTINS TEIXEIRA, brasileiro, divorciado, nascido em 21/04/1967, portador da cédula de identidade RG 4.170.099-8 SSP/PR e do CPF 575.171.509-87, residente e domiciliado em Cascavel-PR, na Rua Pato Branco, nº 1552, Residencial Golden Garden, Região do Lago, CEP 85816-510, único sócio componente da sociedade empresaria limitada, que gira com o nome empresarial de **FERNAMED LTDA**, com sede em Cascavel, Paraná, na Rua Cassiano Jorge Fernandes, n.º 2058, Vila Tolentino, CEP 85802-240, com Contrato Social registrado sob n.º 41204679358 em 17/10/2001, e ultima alteração contratual, registrada sob n.º 20180854895 em data de 21/02/2018, ambas da Junta Comercial do Paraná, resolve por este instrumento particular de alteração de Contrato Social, alterar novamente o contrato primitivo e posteriores alterações contratuais, de acordo com as clausulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o ramo de atividade para o comércio de medicamentos e produtos médicos hospitalares, materiais odontológicos, e equipamentos para laboratórios de análises clínicas, importação, distribuição e comércio atacadista de fios e fibras beneficiados e tabacaria.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

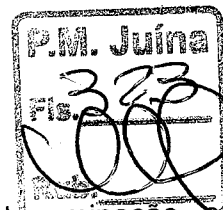
Em razão da modificação ora ajustada, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, em conformidade com a Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

FERNAMED LTDA
CNPJ 04.759.433/0001-86
NIRE 41204679358 DE 17/10/2001

GELSON MARTINS TEIXEIRA, brasileiro, divorciado, nascido em 21/04/1967, portador da cédula de identidade RG 4.170.099-8-SSP/PR e do CPF 575.171.509-87, residente e domiciliado em Cascavel-PR, na Rua Pato Branco, nº 1552, Residencial Golden Garden, Região do Lago, CEP 85816-510, único sócio componente da sociedade empresaria limitada, que gira com o nome empresarial de **FERNAMED LTDA**, com sede em Cascavel, Paraná, na Rua Cassiano Jorge Fernandes, n.º 2058, Vila Tolentino, CEP 85802-240, com Contrato Social registrado sob n.º 41204679358 em 17/10/2001, e ultima alteração contratual, registrada sob n.º 20180854895 em data de 21/02/2018, ambas da Junta Comercial do Paraná, resolve por este instrumento particular consolidar o seu contrato social e posteriores alterações de acordo com as clausulas seguintes:

A large, stylized handwritten signature in the bottom right corner of the page.

FERNAMED LTDA
CNPJ 04.759.433/0001-86
DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob a denominação social de **FERNAMED LTDA**, com sede em Cascavel, Paraná, na Rua Cassiano Jorge Fernandes, n.º 2058, Vila Tolentino, CEP 85802-240.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objetivo o comércio de medicamentos e produtos médicos hospitalares, materiais odontológicos, e equipamentos para laboratórios de análises clínicas, importação, distribuição e comércio atacadista de fios e fibras beneficiados e tabacaria.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e iniciou suas atividades no dia 01 de outubro de 2001.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentos mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado, fica assim distribuído:

SÓCIO	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
GELSON MARTINS TEIXEIRA	500.000	100,00	500.000,00
TOTAIS	500.000	100,00	500.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas e respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme o artigo 1.052 do Código Civil de 2.002.

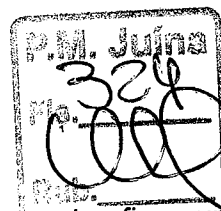
CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade caberá ao sócio **GELSON MARTINS TEIXEIRA**, na qualidade de administrador, ao qual compete, isoladamente, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo proibido o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto social, como a prestação de garantias fidejussória e real, avais, endossos, fianças e cauções de favor. O administrador fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição pelo valor patrimonial na data da negociação.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

FERNAMED LTDA
CNPJ 04.759.433/0001-86
DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, ~~fixar uma retirada~~ mensal, a título de "Pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os Administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a Administração, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, República, ou a propriedade.

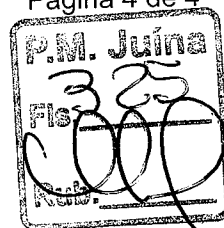
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios Administradores declaram sob as penas da lei, que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena veda o acesso a atividade mercantil nos termos do artigo 1.011, parágrafo 1º do Código Civil do ano de 2002.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Declaram para todos os fins, que a sociedade empresaria se enquadra nas condições de Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito, de comum acordo entre os sócios, o foro da Comarca de Cascavel, Paraná, para resolução dos casos que possam surgir na sociedade.

Cascavel, 03 de novembro de 2020.

GELSON MARTINS TEIXEIRA
Assinado de forma digital



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FERNAMED LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
57517150987	GELSON MARTINS TEIXEIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/11/2020 09:56 SOB N° 20206883480.
PROTOCOLO: 206883480 DE 06/11/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12005617979. CNPJ DA SEDE: 04759433000186.
NIRE: 41204679358. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/11/2020.
FERNAMED LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: FERNAMED LTDA		Protocolo: PRC2109274640			
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41204679358	CNPJ 04.759.433/0001-86	Data de Ato Constitutivo 17/10/2001	Início de Atividade 01/10/2001		
Endereço Completo Rua CASSIANO JORGE FERNANDES, Nº 2058, VILA TOLENTINO - Cascavel/PR - CEP 85802-240					
Objeto Social COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES, MATERIAIS ODONTOLOGICOS, E EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS DE ANALISES CLINICAS EM GERAL, IMPORTACAO, DISTRIBUICAO E COMERCIO ATACADISTA DE FIOS E FIBRAS BENEFICIADOS E TABACARIA.					
Capital Social R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) Capital Integralizado R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)		Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Prazo de Duração Indeterminado		
Dados do Sócio Nome GELSON MARTINS TEIXEIRA	CPF/CNPJ 575.171.509-87	Participação no capital R\$ 500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador Nome GELSON MARTINS TEIXEIRA		CPF 575.171.509-87	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento Data 24/11/2020	Número 20202855260	Ato/eventos 902 / 916 - INDISPONIBILIDADE DE COTAS	Situação ATIVA Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL		
Observações: PROTOCOLO SIARCO:202855295, 202855287, 202855279, 202855260, 203541480, 203541472 PROTOCOLO EMPRESA FÁCIL: PRC2004744880 AUTOS Nº: 5008658-12.2020.4.04.7005/PR 2ª VARA FEDERAL DE CASCAVEL PROCEDER ANOTAÇÃO ACERCA DA INDISPONIBILIDADE DE COTAS EM NOME DE FRANCISCO CELIOMAR DA SILVA (CPF Nº 815.670.149-68), ODAIR JOSÉ SARTOR (CPF Nº 020.887.939-09), ALESSANDRO JEFERSON PADILHA (CPF N. 040.269.629-89), GELSON MARTINS TEIXEIRA (CPF Nº575.171.509-87), FÁBIO DI CASTRO ALVES (CPF Nº 881.345.049-49), NAS EMPRESAS: VILSON J HERMES & CIA LTDA (CNPJ 02.087.550/0001-15), ALVES E SARTOR LTDA - EPP (CNPJ 07.724.523/0001-20), GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP (CNPJ 03.411.908/0001-86), FERNAMED LTDA (CNPJ 04.759.433/0001-86), GENESIS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME (CNPJ 23.738.031/0001-40), MG3 COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 02.342.272/0001-03). 24/11/2020 FG					

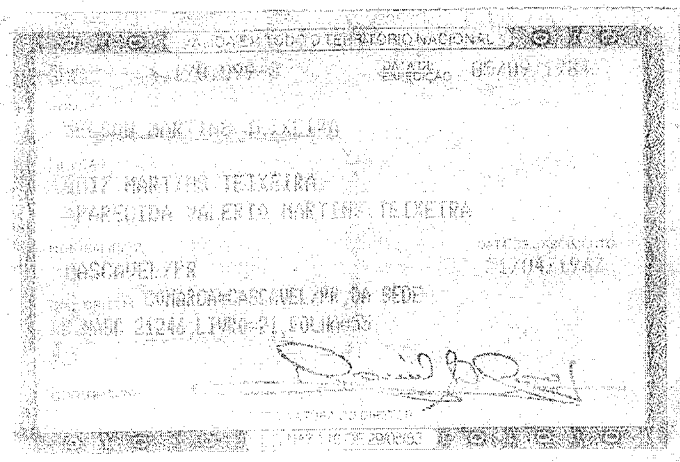
Esta certidão foi emitida automaticamente em 24/11/2021, às 07:42:28 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **BPLSCJUU**.



PRC2109274640

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

327
327
327



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. <https://azevedobastos.not.br/documento/32201101217504766187>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 32201101217504766187-1
Data: 11/01/2021 11:24:07
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AKZ93408-N12Y;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Váiber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJPB
Título



P. M. Juina
Fls 328
C. 000

CIC

NASCIMENTO
21.04.67

INSCRIÇÃO NO CPF
975 171 509 87

CONTRIBUINTE
GELSON MARTINS TEIXEIRA

[Assinatura]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e assinado pelo titular.
O referido é verdade. Dou fé.

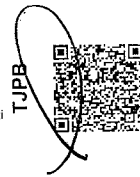


CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 32201101217504766187-2
Data: 11/01/2021 11:24:08
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AKZ93409-JYCY;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

[Assinatura]
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA
PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FERNAMED LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FERNAMED LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **11/01/2021 11:25:12 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FERNAMED LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital..

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 32201101217504766187-1 a 32201101217504766187-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4cbea34dd3c51f4f5f395619026cc16c452c6b9c0df92a815f53b2c045badfc08f5441d08be68e7bbea4dacc179577
325812f92450ccaf17275500841c70924a

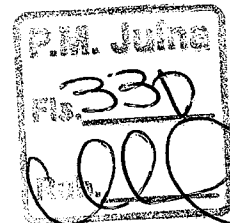


Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





FERNAMED LTDA - EPP
CNPJ 04.759.433/0001-86 I.E.: 902.56959-65
Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Vila Tolentino
Cascavel – PR – CEP: 85802-240 Fone: (45) 3225-8636
E-mail: fernamed.licitacao@hotmail.com



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2021

A Fernamed Ltda apresenta, a seguir, os dados de Gelson Martins Teixeira seu(s) representante (s) legal (is) para assinatura da eventual ata de registro:

NOME(S): Gelson Martins Teixeira

CARGO(S): Socio Proprietário

NACIONALIDADE(S): Brasileiro ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Empresário RG: 4.170.099-8 CPF: 575.171.509-87

RESIDÊNCIA (Domicílio): Rua Pato Branco, 1275 - Cascavel PR

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL: Fernamed Ltda

C.N.P.J Nº 04.759.433/0001-86 FONE: 45 3225-8636 FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL: Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Cascavel PR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Cascavel PR

Rua/ Av.: Rua Cassiano Jorge Fernandes N.º: 2058

Município: Cascavel Estado: Paraná CEP.: 85.812-240

Conta Corrente: 17126-3 Cód. 01 Agência: 1460-5 Banco: Banco do Brasil

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Cascavel, 19 de Janeiro de 2022.

FERNAMED LTDA - CNPJ: 04.759.433/0001-86

Gelson Martins Teixeira - Sócio/Administrador
Rg. 4.170.099-8/SSP-PR - CPF: 575.171.509-87

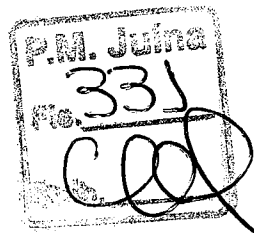
04 759 433 / 0001-86

FERNAMED LTDA

Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058
Vila Tolentino - 85802-240
Cascavel - Paraná



FERNAMED LTDA - EPP
CNPJ 04.759.433/0001-86 I.E.: 902.56959-65
Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Vila Tolentino
Cascavel – PR – CEP: 85802-240 Fone: (45) 3225-8636
E-mail: fernamed.licitacao@hotmail.com



Pregão Eletrônico nº 040/2021
MODELO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Ao

Poder Executivo Municipal;

Município de Juína – Mato Grosso;

Pregão Eletrônico nº 040/2021:

A Signatária Fernamed Ltda, CNPJ/MF n.º 04.759.433/0001-86, por seu Representante Legal/Preposto abaixo assinado, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para efeitos do **Pregão Eletrônico nº 040/2021**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4.º, inciso VII, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, estando ciente das penalidades cabíveis. DECLARA ainda que conhece e aceita o inteiro teor do edital mencionado acima, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

DECLARA para todos os que para fins do inciso XXXIII, do art. 7.º, da Constituição Federal de 1998, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis anos).

(Ressalva: se empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.)

DECLARA, sob as penas da Lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório mencionado acima, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame.

Cascavel, 19 de Janeiro de 2021.

FERNAMED LTDA - CNPJ: 04.759.433/0001-86

Gelson Martins Teixeira - Sócio/Administrador
Rg. 4.170.099-8/SSP-PR - CPF: 575.171.509-87

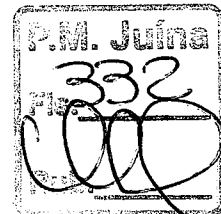
04 759 433 / 0001-86

FERNAMED LTDA

Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058
Vila Tolentino - 85802-240
Cascavel - Paraná



FERNAMED LTDA - EPP
CNPJ 04.759.433/0001-86 I.E.: 902.56959-65
Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Vila Tolentino
Cascavel – PR – CEP: 85802-240 Fone: (45) 3225-8636
E-mail: fernamed.licitacao@hotmail.com



ANEXO VII

Pregão Eletrônico n.º 040/2021
MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O E-MAIL
ATUALIZADO DURANTE A CONTRATUALIDADE

Ao
Pregoeiro Designado;
Poder Executivo Municipal;
Município de Juína – Mato Grosso;
Pregão Eletrônico n.º 040/2021:

TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O E-MAIL ATUALIZADO DURANTE A CONTRATUALIDADE

A Signatária Fernamed Ltda, CNPJ/MF 04.759.433/0001-86, neste ato representada pelo Sr. Gelson Martins Teixeira, RG n.º 4.170.099-8 e do CPF/MF n.º 575.171.509-87, residente e domiciliado na cidade de Cascavel, Estado de Paraná, pelo presente Termo de Compromisso, e na melhor forma de direito, para efeitos do Pregão Eletrônico n.º 040/2021, COMPROMETE-SE A MANTER O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE E-MAIL INFORMADO, SEMPRE ATUALIZADO E DISPONÍVEL DURANTE TODA A CONTRATUALIDADE, para fins de receber da Administração Pública Municipal o envio de notificação por inexecução contratual, prazos em geral, abertura de processos administrativos, decisões de requerimentos, imposições de multas, inscrição em dívida ativa e todas as demais pertinentes a execução contratual, estando plenamente ciente que, o não recebimento de tais atos, em razão da desatualização ou indisponibilidade do endereço eletrônico de e-mail informado, é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, inclusive, por eventuais preclusões de prazos procedimentais pertinentes a execução do contrato, salvo se de forma expressa a legislação vigente prever outro meio para cientificação.

EMAIL: fernamed@uol.com.br

Cascavel, 19 de Janeiro de 2022.

FERNAMED LTDA - CNPJ: 04.759.433/0001-86
Gelson Martins Teixeira - Sócio/Administrador
Rg. 4.170.099-8/SSP-PR - CPF: 575.171.509-87

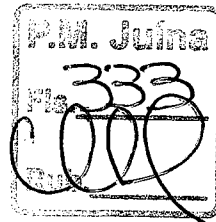
04 759 433 / 0001-86

FERNAMED LTDA

Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058
Vila Tolentino - 85802-240
Cascavel - Paraná

**FERNAMED LTDA - EPP**

CNPJ 04.759.433/0001-86 I.E.: 902.56959-65
Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 – Vila Tolentino
Cascavel – PR – CEP: 85802-240 Fone: (45) 3225-8636
E-mail: fernamed.licitacao@hotmail.com

**FICHA CADASTRAL**

C.N.P.J
04.759.433/0001-86

RAZÃO SOCIAL

FERNAMED LTDA - EPP

INSCRIÇÃO ESTADUAL
902.56959-65

ENDEREÇO
Rua Cassiano Jorge Fernandes, 2058 - Vila Tolentino

CEP
85802-240

MUNICÍPIO
Cascavel

UF
PR

TELEFONE / FAX
(45) 3225-8636

E-MAIL: fernamed@uol.com.br

OBJETO SOCIAL
Comércio de Medicamentos, Produtos Médicos Hospitalares, Materiais
Odontológicos e Equipamentos para Laboratórios de Análises Clínicas em Geral.

CAPTITAL SOCIAL
R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais*****)

BANCO
Banco do Brasil

CIDADE
Cascavel

AGÊNCIA C/C
1460-5 17126-3

CONTATELEFONE
(45) 3222-1009

PROPRIETÁRIO
Gelson Martins Teixeira

RG
4.170.099-8/SSP-PR

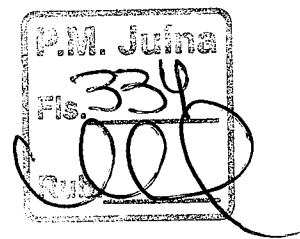
CPF
575.171.509-87

FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL
João Batista Bueno dos Santos

INSCRIÇÃO NO CRF
CRF-PR 5071

REFERÊNCIAS COMERCIAIS
Cristália Prod. Quím. Farm. Ltda.
Prati, Donaduzzi e Cia Ltda.
Hipolabor Farmacêutica Ltda.

TELEFONE
(19) 3863-9500
(45) 3277-1166
(41) 3229-1172

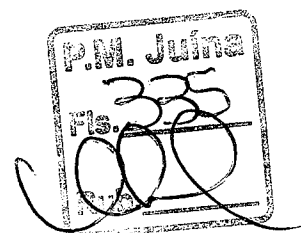


PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
JUÍNA-MT

RESUMO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021
Processo Administrativo Nº 423/2021
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: DAYANA KARINA ARANTES
Data de Publicação: 15/12/2021 10:23:47

TOTAL DO PROCESSO: 182.820,00			
FERNAMED LTDA	04.759.433/0001-86	182.820,00	
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 075	Total: 31.450,00
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: CRISTALIA	Modelo:
Descrição: ALFENTANILA CLORIDRATO 0,544 MG/ML 5 ML AMP			
Quantidade: 1.000	Valor Unit.: 31,45	Total Item: 31.450,00	
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 083	Total: 12.660,00
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: CRISTALIA	Modelo:
Descrição: NEOCAINA 0,5 % C/V C/EPINEFRINA (CLOR BUPIVACAÍNA) FRASCO AMPOLA			
Quantidade: 1.200	Valor Unit.: 10,55	Total Item: 12.660,00	
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 099	Total: 2.448,00
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: HYPOFARMA	Modelo:
Descrição: CLORPROMAZINA 25 MG INJ 5ML			
Quantidade: 1.200	Valor Unit.: 2,04	Total Item: 2.448,00	
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 022	Total: 6.300,00
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: CRISTALIA	Modelo:
Descrição: MORFINA SULF. 1,0 MG/ML 2 ML INJ(USO IM,IV, e ESPINHAL) SEM CONSERVANTES			
Quantidade: 600	Valor Unit.: 10,50	Total Item: 6.300,00	
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 087	Total: 29.000,00
Item: 7	Unidade: UNIDADE	Marca: FARMACE	Modelo:
Descrição: AMINOFILINA 10ML INJ			
Quantidade: 10.000	Valor Unit.: 2,90	Total Item: 29.000,00	
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 072	Total: 948,00
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: UNIAO QUIMICA	Modelo:
Descrição: PETIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2ML - INJ.			
Quantidade: 300	Valor Unit.: 3,16	Total Item: 948,00	
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 032	Total: 2.514,00
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: cristalía	Modelo:
Descrição: NALOXONA CLOR 0,4MG/ML 1 ML INJ			
Quantidade: 200	Valor Unit.: 12,57	Total Item: 2.514,00	

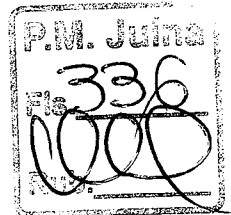


PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA - MT
JUINA-MT

LOTE 12	Quant.: 1	Num: 007	Total: 2.700,00
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: farmace	Modelo:
Descrição: AMICACINA 100 MG 2ML INJ			
Quantidade: 600	Valor Unit.: 4,50	Total Item: 2.700,00	
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 055	Total: 58.800,00
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: farmace	Modelo:
Descrição: AMICACINA 500MG 2ML INJ			
Quantidade: 6.000	Valor Unit.: 9,80	Total Item: 58.800,00	
LOTE 18	Quant.: 1	Num: 087	Total: 36.000,00
Item: 18	Unidade: UNIDADE	Marca: farmace	Modelo:
Descrição: SULFATO DE MAGNESIO 50% 10 ML INJ			
Quantidade: 2.400	Valor Unit.: 15,00	Total Item: 36.000,00	

DOCUMENTOS ANEXADOS

Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Alvará de Funcionamento
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/362935536def40e4a0902cc46d2e70f0.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Atestado de Capacidade Técnica
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/add334e35ad9412c9d4dfb10f53f874a.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/ec9abc54750b40b5a45f99568494c4a0.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Cadastro de CNPJ
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/402643f7240247b083f63a44e3aeb9bd.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Cédula de identidade e CPF dos sócios
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/bfa2a25986bb4cfea6939a71aebf22e6.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/94f84c4a32be438db461352e2b0d94af.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6a8b61f56a984bf6b31d1d0716e1995d.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/70161420236b47c7ba0dc13b1e2b9d9c.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão de regularidade débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/9483d5c0bc1b466da12c01d0976baea0.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão de regularidade débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/81c6a09611e1486292d09906879cd148.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão específica da Junta Comercial
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/a7c3b0dca9ee4b9487b3bb6947eb3713.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/73e570cc1d854ea5b5cd2abd258efd4e.pdf>
Horário: 18/01/2022 17:31 **Documento:** Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/a13a9952d51c44bd93472aa68be6d25d.pdf>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA - MT
JUÍNA-MT

Horário: 18/01/2022 17:31

Documento: Certidão Simplificada da Junta Comercial

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/cd22e92741b24ff4b7f61677be209c8a.pdf>

Horário: 18/01/2022 17:31

Documento: Comprovação de enquadramento em ME/EPP

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/3bfc33a796604e58a76c6980ca167b9b.pdf>

Horário: 18/01/2022 17:31

Documento: Ficha cadastral

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/0d20b02ad274493fb8b10a8b959f9a35.pdf>

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

Lote Item Endereço



1/1

Emitido no dia **08/09/2021** às **16:07:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Nº do Alvará: 2021004965 **Data Concessão:** 27/05/2021 **Data de Validade:** 21/05/2026
Nº do Processo de Concessão: 55.073.611.21-01 **Nº do Protocolo de Solicitação (SIASP):** 0106804-006
SITUAÇÃO: Ativo com taxas diferidas **Responsável** 0845527 - Gerência de Licenciamento de Atividades

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 01.640.262/0001-83 **Inscr. Municipal:** 0.133.256/001-3 **Data de Registro:** 18/02/2021
Razão Social: CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA
Nome Fantasia:
O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

DADOS DO IMÓVEL E DO ALOJAMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 006032 022 0016 **Regional:** CENTRO-SUL - CS1
Endereço: RUA PADRE ROLIM
Número: 531
Bairro: SANTA EFIGENIA
Município: Belo Horizonte **CEP:** 30130-090
Tipo de imóvel constante no IPTU: LOJA
Área utilizada(m²): 492,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias de Caráter Misto - VM
Classificação da via: ARTERIAL **Largura da via:** >= 15M
Zoneamento: OP-3 - Ocupacao Preferencial - 3
Área de Diretrizes Especiais (ADE): ADE Avenida do Contorno
Demais informações urbanísticas do imóvel:
ADE Avenida do Contorno

ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Código Descrição

Subcategoria: COMÉRCIO **Tipologia:** Comércio varejista de artigos e aparelhos de uso pessoal e domiciliar
477170200 COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS COM MANIPULACAO DE FORMULA (Grupo II)

ATIVIDADES DE ACONDICIONAMENTO

Atividade: COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS COM MANIPULACAO DE FORMULA

- Atividade classificada como alto risco sanitário, sendo necessária a obtenção de alvará de autorização sanitária, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação em meio físico do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e projeto das instalações físicas (Decreto 17.012/18 e Portaria SMAS/SUS-BH 0423/2018, artigo 2º, §1º e Anexo I).
- Adotar sistema de tratamento dos efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade, por se tratar de atividade potencialmente geradora de efluentes líquidos especiais (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Adotar procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos, como segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final adequada de acordo com a legislação específica, por se tratar de atividade potencialmente geradora de resíduos sólidos especiais e de saúde (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).



Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br





- Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

- Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.
- Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, o acesso ao empreendimento por via na qual o uso não é permitido é condicionada a parecer favorável da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, nos casos que não se enquadram no art. 1º da Portaria SMPU 028/2020 (Lei 11.181/19, artigo 176, §5º). Informações sobre como solicitar o parecer da SUPLAN podem ser obtidas em servicos.pbh.gov.br, no link <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5f159ffa9d569f7c4d4e29e6>

De posse do parecer favorável ao acesso pela via no qual o uso não é permitido, solicitar o serviço de Consulta prévia manual para que essa informação seja incluída na consulta de viabilidade e consequentemente no Alvará de Localização e Funcionamento.

- O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §3º).

- Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.

- Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.

- O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

- A emissão de ruídos, sons e vibrações, em ambientes confinados ou não, deverão obedecer às determinações da Lei municipal 9.505/2008.

- A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).

- Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d'água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d'água, solicitar avaliação da SMMA.

- Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).

- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).

- Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e>

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c>

- É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei 11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).

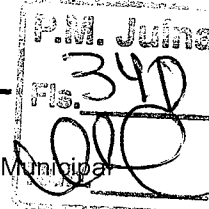
- O município é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).

- O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para



Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br





consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)

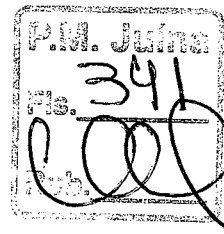
Alvará liberado conforme Certificado de Licença Ambiental - LO nº 0211/21, com a mesma data de validade da referida LO.

Enquanto perdurar a pandemia de COVID-19 (Coronavírus), as atividades exercidas em questão deverão também atender às restrições de horários e exigências de funcionamento descritas no portal <https://prefeitura.pbh.gov.br/reabertura-de-atividades> nos termos dos anexos I e II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, e dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 01.640.262/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 04:19:07 do dia 05/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/03/2022.

Código de controle da certidão: **5078.2B4F.F07B.6055**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS**

17. Julho
342
000

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**Positiva com efeito de negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
21/09/2021CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
20/12/2021

NOME/NOME EMPRESARIAL: CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062673926.00-78

CNPJ/CPF: 01.640.262/0001-83

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA PADRE ROLIM

NÚMERO: 531

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SANTA EFIGENIA

CEP: 30130090

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
062673926.00-78	03.000378294-02	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000417148-19	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000432468-47	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000438708-77	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000440266-20	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000447799-54	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000473164-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000474186-18	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000476999-51	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000478514-01	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000487954-74	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000492268-56	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000493043-18	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000493668-52	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000498251-56	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378298-10	Exigibilidade Suspensa

0

062673926.00-78	03.000417326-39	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000433624-13	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000450780-97	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000473618-45	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000484313-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000493428-48	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000503731-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000427487-17	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000428558-82	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000442188-63	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000455562-66	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000455955-21	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000457727-32	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000475284-30	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000476060-66	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000478860-77	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000482339-64	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000496328-38	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000500432-71	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000504873-82	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378279-14	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000417141-69	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000419576-14	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000430226-80	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000434033-49	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000449323-29	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000449598-98	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000464163-28	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000464923-93	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000480258-06	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000490141-66	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000494167-79	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000500041-61	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378296-58	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000439303-65	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000452677-52	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000463167-49	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000481053-46	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000485626-31	Exigibilidade Suspensa

343
000

Q

062673926.00-78	03.000494686-63	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000497186-43	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378281-71	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378282-52	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000417140-88	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000444164-52	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000446690-75	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000456782-99	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000470820-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000492217-22	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378297-39	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000378299-92	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000436012-64	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000442907-93	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000445749-29	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000453566-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000462487-78	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000468195-03	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000469971-34	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000491225-62	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000516238-08	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000421991-87	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000427061-43	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000435639-74	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000472151-72	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000486959-76	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000488136-00	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000489399-30	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000495316-91	Exigibilidade Suspensa
062673926.00-78	03.000502619-70	Exigibilidade Suspensa

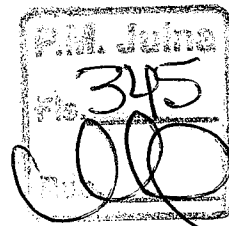
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000493198457

2



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal



DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AJIENONQNJ**

Documento/Certidão nº **17.312.782** Exercício: **2021**

Emissão em: **06/12/2021**

Requerimento em: **15:15:50**

Validade: **05/01/2022**

Nome: **CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA**

CNPJ: **01.640.262.0001.83**

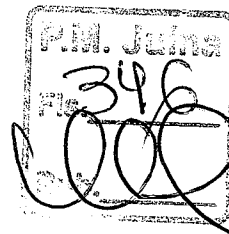
Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

1/1

Incluir

Transferir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 01.640.262/0001-83**Razão Social:** CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA**Endereço:** R PADRE ROLIM 531 / SANTA EFIGENIA / BELO HORIZONTE / MG /
30130-090

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

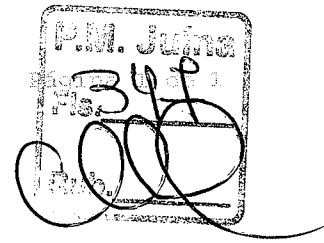
Validade: 28/11/2021 a 27/12/2021**Certificação Número:** 2021112801410518142800

Informação obtida em 06/12/2021 15:08:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.640.262/0001-83

Certidão nº: 54078480/2021

Expedição: 17/11/2021 às 11:09:05

Validade: 15/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.640.262/0001-83, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

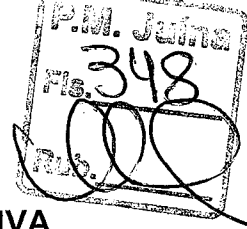
INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS
CNPJ: 01.640.262/0001-83

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 21 de Setembro de 2021 às 10:48

BELO HORIZONTE, 21 de Setembro de 2021 às 10:48

Código de Autenticação: 2109-2110-4817-0306-0367

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do artigo 30 da Lei 8666/93 que, a empresa: **CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA**, situada no endereço: **R. Padre Rolim, 531 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-090**, inscrita no CNPJ nº: **01.640.262/0001-83** e Inscrição Estadual nº **062673926.00-78** nossa fornecedora de Medicamentos e tem atendido aos nossos pedidos com pontualidade e a nosso contento e não havendo até a presente data nada que a desabone.

Em testemunho do que afirmamos acima, destacamos as Notas Fiscais abaixo emitidas pelo fornecedor em que corresponde a algumas de nossas compras, e as mercadorias foram entregues em perfeitas condições e nos prazos estabelecidos.

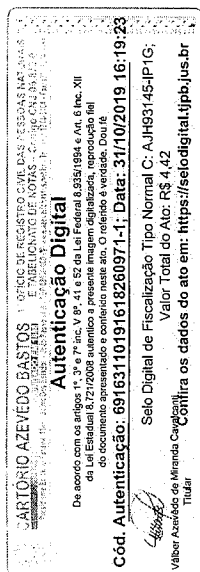
NOTA DE COMPRA	PRODUTO	QUANTIDADE	NOTA FISCAL
0492/19	FENOL GLICERINADO 6% AMP. 2mL	03 AMPOLAS	113692
1045/19	CARBACOL 0,125mg/mL SOL. AQUOSA FR. 5mL	04 AMPOLAS	114570
1177/19	MONOETANOLAMINA, OLEATO 5% AMP. 2ml	50 AMPOLAS	115762
A242/18	AZUL DE METILENO 1% AMP. 1mL (IV,VO)	300 AMPOLAS	114439
B150/18	MONOETANOLAMINA, OLEATO 5% AMP. 2ml	50 AMPOLAS	111976
B853/18	ZINCO, SULFATO 0,5mEq Zn/mL AMP 2mL	100 AMPOLAS	114015 113098
D426/18	FENOL GLICERINADO 6% AMP. 2mL	02 AMPOLAS	113416

Por ser verdade, firmamos o presente atestado.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2019.

Adm. Marcelo Alves dos Santos
Gestor Hospitalar
Farmácia – HC UFMG / EBSEH

Marcelo Alves dos Santos
Gestor Hospitalar - Insc. 2347665
HC/UFMG - Ebserh - Farmácia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA



Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **31/10/2019 16:20:05 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1384775

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **31/10/2020 16:19:24 (hora local)**.

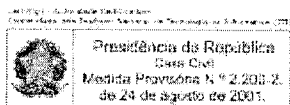
¹**Código de Autenticação Digital:** 69163110191618260971-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6a0d704379ce9cfd79795cae55e0e7ca1f803df00e210be228760a0e097f42161cbcaa5abbb6b70f378a3a03d0c26386676fbdcdc062557546554ca8f7f03bd8



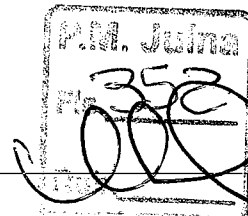
1/1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/226.026-7	MGN2033920213	28/04/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
924.236.636-68	JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA
154.889.776-00	MARIA JOSE VASCONCELOS DE M GOMES

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/10

353

11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 01.640.262/0001-83 NIRE: 3120510233-1

VASCONCELOS PARTICIPAÇÕES LTDA, com sede à Rua Dom Joaquim Silverio, nº 448, Apt. 304, bairro Coração Eucarístico, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.535-620, inscrita no CNPJ: 28.224.506/0001-01, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE: 3121089794-1 em 20/07/2017, neste ato representada pela sócia administradora Sra. **MARIA JOSÉ VASCONCELOS DE MAGALHÃES GOMES**, brasileira, casada sob regime de comunhão universal de bens, professora, nascida em 03/01/1951, residente domiciliada à Rua Dom Joaquim Silvério, nº 448, APT. 304, bairro Coração Eucarístico em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.535-620, portadora da CI: M-1.178.842, expedida pela SSP/MG e do CPF: 154.889.776-00;

CASULA PARTICIPAÇÕES LTDA, com sede à Rua Vale, nº 296, Apt. 1603, bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP: 34.006-068, inscrita no CNPJ: 27.461.451/0001-82, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE: 3121083229-6 em 04/04/2017, neste ato representada pela sócia administradora Sra. **JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA**, brasileira, farmacêutica, divorciada, nascida em 03/01/1970, residente e domiciliada à Rua do Vale, nº 296, APT. 1603, bairro Vila da Serra em Nova Lima/MG, CEP: 34.006-068, portadora da C.I. nº 8.970, expedida pela CRF/MG e do CPF: 924.236.636-68.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada "**CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA**", registrada na JUCEMG sob nº NIRE: 3120510233-1 em 24/01/1997, última alteração contratual registrada sob nº 6379810 em 06/12/2017, e inscrita sob o CNPJ: 01.640.262/0001-83, resolvem de comum acordo, alterar o seu Contrato Social e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições que mútua e reciprocamente, outorgam e aceitam, a saber:

I - DESTITUIÇÃO DE ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO:

Neste ato, fica destituída da função de administradora não sócia a Sra. **GABRIELA VASCONCELOS DE MAGALHÃES GOMES LOUZADA**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 01/02/1982, residente e domiciliada à Rua Monte Simplon, nº 580, Apto 1004, Bairro Nova Suíssa em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.421-125, portadora da C.I. MG-10.678.116, expedida pela SSP/MG e do CPF: 061.971.746-77.

II - ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade passa a ser exercida em conjunto pelos administradores não sócios representantes dos grupos familiares **CASULA** e **VASCONCELOS**, conforme definido no parágrafo primeiro e segundo abaixo. Assim, caberá aos administradores, sempre em número mínimo de dois, cada um representando o seu grupo familiar, a representação da sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo assinar todos e quaisquer documentos no interesse da sociedade, bem como perante instituições financeiras, bancárias, fornecedores e clientes, autarquias e repartições públicas federais, estaduais e municipais, esclarecendo entretanto, que em hipótese alguma, poderá a denominação social ser utilizada em negócios estranhos à sociedade, sejam eles em benefício próprio dos administradores ou de terceiros. Da mesma forma, é vedado aos administradores fornecerem aval, fiança ou quaisquer garantias a terceiros, mesmo que em negócios particulares ou atividades estranhas ao interesse societário. É vedado, ainda, aos administradoras, assumirem obrigações que importem o uso do nome empresarial, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem expresso consentimento dos outros administradores.

Parágrafo primeiro: Para efeito do disposto no caput desta cláusula, sobretudo para o exercício da administração e da representação da sociedade de forma conjunta, os grupos familiares que compõem o quadro societário indicam os seus representantes/administradores, fazendo-o nos seguintes termos:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pag. 3/10

358
100

- a) **GRUPO CASULA - ADMINISTRADORA / REPRESENTANTE: JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA**, acima qualificada;
- b) **GRUPO VASCONCELOS - ADMINISTRADORA / REPRESENTANTE: MARIA JOSÉ VASCONCELOS DE MAGALHÃES GOMES**, acima qualificada.

Parágrafo segundo: Serão considerados nulos de pleno direito e não produzirão qualquer efeito jurídico perante a sociedade os atos praticados em nome da sociedade, que não contenham a assinatura das duas administradoras acima qualificadas.

III - Diante das Alterações aqui avençadas, o Contrato Social fica consolidado da seguinte forma:
VASCONCELOS PARTICIPAÇÕES LTDA e CASULA PARTICIPAÇÕES LTDA, únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **"CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA"**, resolvem pela presente alteração, por unânime consenso, aprovar novo instrumento contratual, que passará, doravante, a reger o destino da sociedade, revogando-se expressamente as cláusulas insertas nos documentos anteriores que, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA
NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E NOME DE FANTASIA:

A sociedade é empresária limitada e gira sob a denominação social de **"CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA"**, e nome fantasia **"CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS"**, com sede à Rua Padre Rolim, nº 531, bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-090, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para ajuizamento de quaisquer ações pertinentes à sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FILIAL:

A empresa possui a seguinte filial:

Filial 01: endereço: Avenida Brasil, nº 709, sala 202, bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-000, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE: 3190251780-1 em 20/02/2017, e inscrita no CNPJ: 01.640.262/0003-45. Possuindo como objeto social as atividades de escritório administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA
OBJETO SOCIAL:

A matriz tem como objeto social a manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos insumos farmacêuticos e correlatos, como farmácia.

CLÁUSULA QUARTA
CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), dividido em 24.000 (vinte e quatro mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional distribuído entre as sócias da seguinte forma:

VASCONCELOS PARTICIPAÇÕES LTDA	12.000 Quotas	R\$ 12.000,00
CASULA PARTICIPAÇÕES LTDA	12.000 Quotas	R\$ 12.000,00
TOTAL	24.000 Quotas	R\$ 24.000,00



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 10

315
P.M. Lima

CLÁUSULA QUINTA

RESPONSABILIDADE:

A responsabilidade de cada sócia é restrita aos valores de suas quotas, mas todas respondem solidariamente, pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA

ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade passa a ser exercida em conjunto pelos administradores não sócios representantes dos grupos familiares **CASULA** e **VASCONCELOS**, conforme definido no parágrafo primeiro e segundo abaixo. Assim, caberá aos administradores, sempre em número mínimo de dois, cada um representando o seu grupo familiar, a representação da sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo assinar todos e quaisquer documentos no interesse da sociedade, bem como perante instituições financeiras, bancárias, fornecedores e clientes, autarquias e repartições públicas federais, estaduais e municipais, esclarecendo entretanto, que em hipótese alguma, poderá a denominação social ser utilizada em negócios estranhos à sociedade, sejam eles em benefício próprio dos administradores ou de terceiros. Da mesma forma, é vedado aos administradores fornecerem aval, fiança ou quaisquer garantias a terceiros, mesmo que em negócios particulares ou atividades estranhas ao interesse societário. É vedado, ainda, aos administradoras, assumirem obrigações que importem o uso do nome empresarial, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem expresso consentimento dos outros administradores.

Parágrafo primeiro: Para efeito do disposto no caput desta cláusula, sobretudo para o exercício da administração e da representação da sociedade de forma conjunta, os grupos familiares que compõem o quadro societário indicam os seus representantes/administradores, fazendo-o nos seguintes termos:

- a) **GRUPO CASULA - ADMINISTRADORA / REPRESENTANTE: JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA**, acima qualificada;
- b) **GRUPO VASCONCELOS - ADMINISTRADORA / REPRESENTANTE: MARIA JOSÉ VASCONCELOS DE MAGALHÃES GOMES**, acima qualificada.

Parágrafo segundo: Serão considerados nulos de pleno direito e não produzirão qualquer efeito jurídico perante a sociedade os atos praticados em nome da sociedade, que não contenham a assinatura das duas administradoras acima qualificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

PRAZO DE DURAÇÃO:

A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/1997 e sua filial em 20/02/2017, tendo ambas o prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA

RETIRADA PRÓ-LABORE:

As sócias decidirão entre si uma retirada mensal a título de Pró-labore, importância esta que será levada a débito da conta como "Despesas Administrativas".

CLÁUSULA NONA

EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, as administradoras prestarão conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. Opcionalmente as sócias poderão apurar os lucros ou prejuízos mensal ou trimestralmente, realizando na ocasião a distribuição dos resultados apurados na proporção de sua participação no capital social. Sendo permitida a distribuição desproporcional.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/10

Parágrafo único: Dentro dos quatros primeiros meses de cada ano, as sócias reunir-se-ão para tomar as contas das administradoras e deliberar sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

CLÁUSULA DÉCIMA

DELIBERAÇÃO:

A sociedade, a juízo das sócias, poderá transformar-se a qualquer momento em outro tipo societário desde que não haja proibições específicas. As deliberações das sócias serão tomadas em reunião de quotistas que será realizada em qualquer época mediante convocação de qualquer das sócias ou administradoras, pelo correio ou através de outro meio de comunicação registrável. Os assuntos desta reunião deverão constar do comunicado. Desta reunião será lavrada ata para registro e arquivamento no órgão competente, nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

INDIVISIBILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As quotas são indivisíveis, as sócias não podem ceder ou transferir, total ou parcialmente, sem anuência da outra, ficando desde já, ressaltado o direito de preferência de aquisição.

No caso de quaisquer das sócias desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar a outra, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; a sócia remanescente terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência.

Findo este prazo, não havendo interesse da sócia em exercer o direito de preferência ou não havendo resposta formal deste, fica a sócia retirante livre para vender sua participação a terceiros, por qualquer preço.

Na hipótese de retirada de uma das sócias e aquisição de suas quotas pela sócia remanescente, seus haveres serão apurados com base na situação patrimonial da sociedade, em balanço especialmente levantado na ocasião, os quais lhe serão pagos da seguinte forma: 20% (vinte por cento) a título de entrada e o restante em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelo IGP-M ou outro índice que o substitua, mais 1% (um por cento) de juros ao mês, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o pagamento da entrada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

EXTINÇÃO, INCAPACIDADE E FALÊNCIA DOS SÓCIOS:

A extinção, incapacidade ou falência de qualquer das sócias não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com a sócia remanescente, esta deverá restabelecer a pluralidade de sócios no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Os haveres da sócia excluída, extinta, incapaz ou falida será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, pagando-se o valor devido das quotas sociais em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, as quais sofrerão a incidência mensal de correção monetária pelo INPC ou, na falta deste, por outro que venha a substituí-lo, bem como juros de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo primeiro: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação as suas sócias;

Parágrafo segundo: A sócia remanescente poderá adquirir as quotas do sócio excluído, extinto, incapaz ou falido, na proporção da participação que detiverem na sociedade, evitando-se, assim, a redução do capital social.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/10

354
C

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTOS:

As administradoras declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, (art. 1.011, § 1º, CC/2002, Lei 10.406/2002), e declaram também as sócias, inexistir quaisquer impedimentos legais para participarem da presente sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

CASOS OMISSOS:

A sociedade será regida em suas disposições pela Lei Federal 10.406/02 e nas suas omissões pela Lei Federal 6.404/76.

E, por estarem assim justas e contratadas, as sócias assinam digitalmente.

Belo Horizonte/MG, 23 de Março de 2020.

VASCONCELOS PARTICIPAÇÕES LTDA
Representada por: **Maria José Vasconcelos de Magalhães Gomes**
Assina digitalmente

CASULA PARTICIPAÇÕES LTDA
Representada por: **Jacqueline Casula Ribeiro Pereira**
Assina digitalmente

MARIA JOSÉ VASCONCELOS DE MAGALHÃES GOMES
Administradora não sócia
Assina digitalmente



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

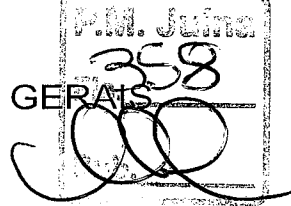
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/226.026-7	MGN2033920213	28/04/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
924.236.636-68	JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA
154.889.776-00	MARIA JOSE VASCONCELOS DE M GOMES

Página 1 de 1

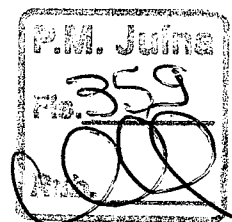


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerng.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/10



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, de NIRE 3120510233-1 e protocolado sob o número 20/226.026-7 em 08/06/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7867631, em 08/06/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Glaucia Azevedo Ottoni.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
154.889.776-00	MARIA JOSE VASCONCELOS DE M GOMES
924.236.636-68	JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
154.889.776-00	MARIA JOSE VASCONCELOS DE M GOMES
924.236.636-68	JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de junho de 2020

Documento assinado eletronicamente por Glaucia Azevedo Ottoni, Servidor(a) Público(a), em 08/06/2020, às 14:54 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/226.026-7.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

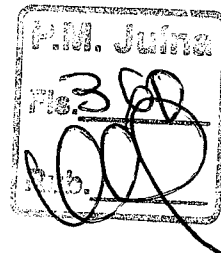
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de junho de 2020

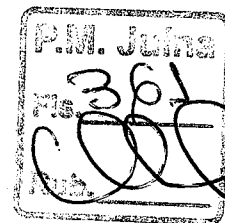
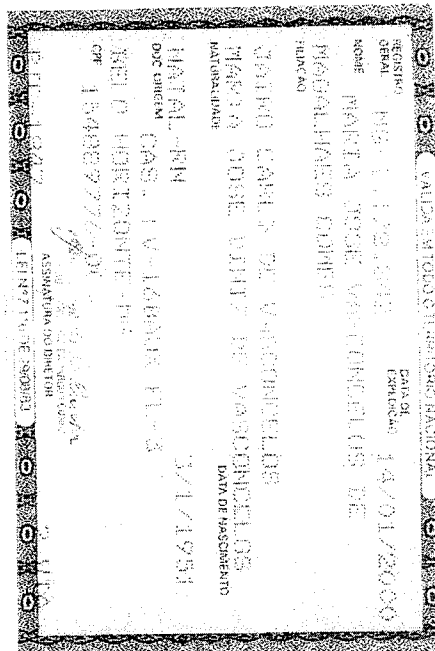


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7867631 em 08/06/2020 da Empresa CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA, Nire 31205102331 e protocolo 202260267 - 08/06/2020. Autenticação: 7FDD70AF9BE83F67D0A21137163665BF85C32A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/226.026-7 e o código de segurança svEs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/10



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.



Autenticação Digital Código: 69161308203038581725-1
Data: 13/08/2020 10:30:47
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKI47723-OKMK;



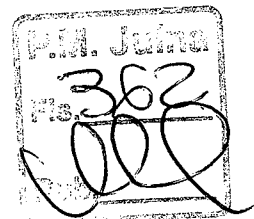
CNJ: 06-870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

T.I.P.B.





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	CITOPHARMA MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120510233-1	01.640.262/0001-83	24/01/1997	01/02/1997

Endereço Completo:

RUA PADRE ROLIM 531 - BAIRRO SANTA EFIGENIA CEP 30130-090 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

SERVICOS FARMACEUTICOS PARA PROMOCAO A SAUDE, COM MANIPULACAO E DISPENSACAO DE MEDICAMENTOS MAGISTRAIS E OFICINAIS, VENDA DE DROGAS E CORRELATOS.

Capital Social: R\$ 24.000,00 VINTE E QUATRO MIL REAIS Capital Integralizado: R\$ 24.000,00 VINTE E QUATRO MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
---	--	---------------------------------------

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Término	Mandato	Participação	Função
3121083229-6	CASULA PARTICIPACOES LTDA	xxxxxxx		R\$ 12.000,00	SOCIO
924.236.636-68	JACQUELINE CASULA RIBEIRO PEREIRA	xxxxxxx		R\$ xxxxxx	ADMINISTRADOR
154.889.776-00	MARIA JOSE VASCONCELOS DE MAGALHAES GOMES	xxxxxxx		R\$ xxxxxx	ADMINISTRADOR
3121089794-1	VASCONCELOS PARTICIPACOES LTDA	xxxxxxx		R\$ 12.000,00	SOCIO

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 15/06/2021

Número: 8607098

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
3190251780-1	01.640.262/0003-45	AVENIDA BRASIL, 709, SALA 202, BAIRRO SANTA EFIGENIA, 30140-000, BELO HORIZONTE/MG

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 09 de Setembro de 2021 17:14

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210002242450 e visualize a certidão)



21/667.769-6

Q

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
JUÍNA - MT



DECLARAÇÃO CONJUNTA(MENOR, IMPEDITIVO, CONHECIMENTO, VÍNCULO)

Pregão Eletrônico Nº 040/2021

Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

A empresa Citopharma Manipulações sediada à Rua Padre Rolim, 531, Santa Efigênia, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30130090, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.640.262/0001-83, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Jorge Attalla, inscrito no CPF nº 524.307.156-00 e portador(a) da Carteira de Identidade nº M3425212, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO supracitado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99).
- b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do certame licitatório;
- d) não possui, entre o proprietário (s) desta empresa, nenhum titular de mandato eletivo, nas esferas públicas, federal, estadual e municipal;
- e) declara, ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.
- f) não foi declarada inidônea para licitar com o poder público em qualquer de suas esferas.

Belo Horizonte, 19 de Janeiro de 2022

Jorge Attalla
Representante Comercial
524.307.156-00

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
JUÍNA - MT



CUMPRIMENTO à RDC 67 de 08 de outubro 2007

Pregão Eletrônico Nº 040/2021
Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

Visando o esclarecimento sobre a manipulação de medicamentos feitos pela Citopharma como farmácia de manipulação, temos a informar:

1-A Citopharma Manipulações é farmácia de manipulação, com atividade de manipulação voltada principalmente a medicamentos estéreis (injetáveis e colírios), preparados em área asséptica, rigorosamente controlada quanto à contagem de partículas e ausência de microrganismos sendo certificada periodicamente por empresa terceirizada, através de equipamentos classificados e seguindo exigências de padrões internacionais.

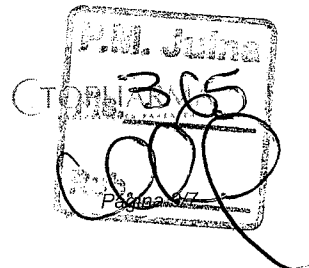
2- Como farmácia, está sujeita a legislação específica, que é cumprida de acordo com o que estabelece o regulamento técnico previsto pela resolução RDC 67 de 08 de outubro 2007, aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

3- Conforme está previsto na referida RDC, a Citopharma Manipulações mantém um contrato terceirizado com o CEPE (Centro de Pesquisas Especiais), para controle de qualidade de matérias primas. Estando de acordo, a matéria prima é liberada para a manipulação dos medicamentos. Quando se trata de medicamentos estéreis, o teste de esterilidade, apirogenicidade e ausência de partículas, são executados na própria Citopharma, em seu laboratório de controle de qualidade. Análise de teor é feita com o laboratório CEPE (Centro de Pesquisas Especiais) e com o controle de qualidade da indústria Casula & Vasconcelos Indústria Farmacêutica e Comércio Ltda.

4- Quanto ao número de registro de medicamentos no Ministério da Saúde, o artigo 29 do decreto nº 79.094 de 05 de janeiro de 1977, que regulamenta a lei 6.360 de 23 de setembro de 1976, isenta de registro os produtos manipulados em laboratórios das farmácias.

Aproveitamos a oportunidade, para convidá-los a agendar conosco uma visita técnica às nossas instalações, para que possam conhecer nossos processos de manipulação, que objetivam assegurar a qualidade e eficácia dos nossos produtos.

P



Sem mais para o momento, estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Belo Horizonte, 19 de Janeiro de 2022

Jorge Attalla
Representante Comercial
524.307.156-00

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
JUÍNA - MT



DECLARAÇÃO BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 040/2021

Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

A direção da Citopharma Manipulações sediada à Rua Padre Rolim, 531, Santa Efigênia, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30130090, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 01.640.262/0001-83, com mais de 20 anos de funcionamento declara:

O Alvará de Funcionamento da Citopharma Manipulações a credencia a produzir preparações estéreis (injetáveis e colírios), pois a farmácia cumpre rigorosamente a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA, a RDC 67 de 08 de outubro 2007, a qual os fiscais se orientam para liberação do Alvará. Essa resolução estabelece um regulamento técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos em Farmácias, sendo que em seu Anexo ІV, avalia as Boas Práticas de Manipulação de Produtos Estéreis em Farmácias e no Anexo ІV oferece o roteiro de Inspeção para Farmácia.

Com a municipalização das ações de saúde, e de acordo com o Código Sanitário Municipal (segundo o Anexo Norma Técnica Especial nº 001/98 art. 5º, § 20) a Citopharma como farmácia está sob a fiscalização da Vigilância Sanitária Municipal de Belo Horizonte que a inspeciona rigorosamente de acordo com a RDC 67 de 08 de outubro 2007, principalmente quanto as Boas Práticas de Manipulação - Anexo ІV e fornece um Alvará de funcionamento diferenciado (pois cita a autorização para produzir preparações estéreis) mas não fornece um Certificado de Boas Práticas como documento isolado. Alegam que ainda não adotaram o procedimento de emissão desse Certificado para nenhuma farmácia em nosso município. Por outro lado, a ANVISA fornece o certificado de Boas Práticas apenas para as Indústrias.

O Setor de Controle de Qualidade da Citopharma, possui em seus procedimentos de qualidade, critérios para aquisição de matéria prima dos quais consta a seleção, homologação de fornecedores e avaliação periódica de fornecedores.

As matérias primas recebidas são liberadas para manipulação após serem aprovadas pelo Controle de Qualidade. Além dos testes físico químicos, são realizados testes de esterilidade em todos os lotes de seus produtos injetáveis e colírios. A água utilizada na produção é monitorada diariamente por medida de PH, condutividade e controle microbiológico, além de testes periódicos de pirogênio e análise físico química.

As bases de produtos não estéreis são avaliadas quanto a biocarga.

Os equipamentos utilizados no processo de produção são aferidos a validados periodicamente.

As áreas de manipulação asséptica são certificadas, validadas e controladas.

A Citopharma Manipulações possui contrato de terceirização com dois laboratórios de controle de qualidade.

A Citopharma Manipulações possui Manual de Boas Praticas, que é seguido rigorosamente conforme a RDC nº 67.

A Citopharma Manipulações é a primeira farmácia em Minas Gerais, projetada e autorizada para produzir preparações estéreis (injetáveis e colírios).

A Citopharma Manipulações produz muitos itens de medicamentos estéreis não disponíveis no mercado para emergências hospitalares entre outras utilizações. Entre seus clientes estão todos os Hospitais Públicos de Belo Horizonte, muitos no interior do Estado e para as Secretarias Municipais de Saúde de Belo Horizonte e São Paulo e Hospitais Públicos de São Paulo.

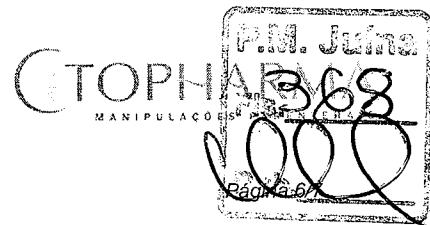
A Citopharma Manipulações se coloca a disposição para agendamento de visita técnica para sua equipe ou equipe designada por V. Sa. para que conheçam melhor os nossos serviços.

Belo Horizonte, 19 de Janeiro de 2022

Y. G. G. G.

Jorge Attalla
Representante Comercial
524.307.156-00

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
JUÍNA - MT



DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Pregão Eletrônico Nº 040/2021
Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

À Citopharma Manipulações sediada à Rua Padre Rolim, 531, Santa Efigênia, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30130090, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 01.640.262/0001-83, não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superviniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

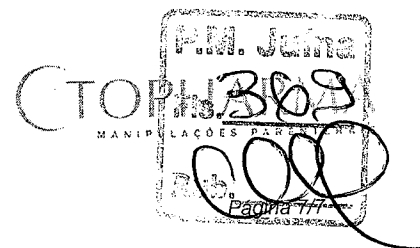
Belo Horizonte, 19 de Janeiro de 2022

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Jorge Attalla', followed by a horizontal line.

Jorge Attalla
Representante Comercial
524.307.156-00

A large, stylized handwritten signature in dark ink, located in the bottom right corner of the page.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
JUÍNA - MT



Declaração de Não Parentesco

Pregão Eletrônico Nº 040/2021
Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

A empresa Citopharma Manipulações sediada à Rua Padre Rolim, 531, Santa Efigênia, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30130090, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.640.262/0001-83, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Jorge Attalla, inscrito no CPF nº 524.307.156-00 e portador(a) da Carteira de Identidade nº M3425212, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO supracitado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- 1) Não Possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Belo Horizonte, 19 de Janeiro de 2022

Jorge Attalla
Representante Comercial
524.307.156-00



BELO HORIZONTE - MG, 19 de Janeiro de 2022

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
CEP: 78320-000
JUÍNA - MT

Referência : Pregão Eletrônico N° 040/2021
Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

Prezados Senhores,

Atendendo a licitação em referência apresentamos a seguir nossa Proposta Técnica.

Item	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação
17	30	Unitário	Alprostadil 20mcg - 1ml SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA (JÁ DILUIDA) MEDICAMENTO MANIPULADO VALIDADE : 6 MESES
18	2.400	Unitário	Sulfato de magnésio 50% - 10ml SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA MEDICAMENTO MANIPULADO VALIDADE: 24 MESES

(6324)

Citopharma Manipulações

BELO HORIZONTE, 19 de Janeiro de 2022

Atenciosamente

Q

À
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
 RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO 240 - CENTRO
 CEP: 78320-000
 JUÍNA - MT

Referência : Pregão Eletrônico N° 040/2021
 Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09h

Prezados Senhores,

Atendendo a licitação em referência apresentamos a seguir nossa proposta.

Condições gerais da proposta:

Validade da Proposta: 60 dias (Conforme Edital)
 Prazo de Entrega : 15 dias (Conforme Edital)
 Pagamento : 30 dias (Conforme Edital)

Item	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação	Preço Unitário R\$	Total Item R\$	P.U. s/ ICMS R\$	Total Líquido R\$
17	30	Unitário	Alprostadil 20mcg - 1ml SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA (JÁ DILUIDA) MEDICAMENTO MANIPULADO VALIDADE : 6 MESES Marca: CITOPHARMA MANIPULAÇÃO	105,50	3.165,00	105,50	3.165,00
Preço Unitário: CENTO E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS Total Item: TRÊS MIL, CENTO E SESENTA E CINCO REAIS							
18	2.400	Unitário	Sulfato de magnésio 50% - 10ml SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA MEDICAMENTO MANIPULADO VALIDADE: 24 MESES Marca: CITOPHARMA MANIPULAÇÃO	10,92	26.208,00	10,92	26.208,00
Preço Unitário: DEZ REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS Total Item: VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E OITO REAIS							

Total Item R\$: 29.373,00 - VINTE E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS

Total Líquido R\$: 29.373,00 - VINTE E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS

Declaramos que os produtos ofertados nesta proposta são de procedência NACIONAL.

Declaramos que nos sujeitamos às normas do presente Edital, à Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas as normas incidam sobre a presente Licitação.

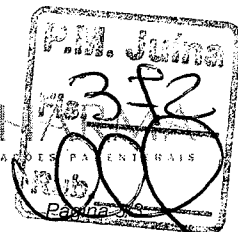
Os Produtos cotados apresentam seus preços livres de impostos, taxas e frete.

A presente proposta está amparada pela Lei de Responsabilidade Fiscal n.101 de 04/05/00 e o descumprimento do pagamento conforme previsto em Edital é passível de punição ao administrador público.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição dos Senhores para dirimir quaisquer dúvidas que se

CITOPHARMA

MANIPULAÇÕES PATENTÁRIAS



fizerem necessárias para um melhor entendimento de nossa proposta.

Atenciosamente

CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA

CNPJ : 01.640.262/0001-83

RG : 0626739260078

Jorge Attalla

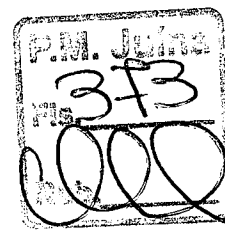
Cargo: Representante Comercial

RG : M3425212

CPF: 524.307.156-00

Citopharma Manipulações

Rua Padre Rolim, 531 - CEP : 30130090 - Santa Efigênia - BELO HORIZONTE - MG
Fone: 3131156000 - Fax: 31166000 - E-mail: jorge@citopharma.com.br - Site: www.citopharma.com.br
C.N.P.J: 01.640.262/0001-83 - Inscrição Estadual : 0626739260078



PROPOSTAS E REALINHADAS

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02 - I.E.: 039/0157570 - I.M.: 37417

RUA DR. JOÃO CARUSO 2115 - INDUSTRIAL

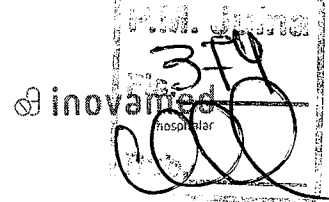
ERECHIM - RS

CEP: 99706-250

Telefone: 54 2106 7930

E-mail: renata.f@inovamedhospitalar.com

www.inovamed-rs.com.br



Página 1/3

ERECHIM - RS, 17 de Janeiro de 2022

À

Prefeitura Municipal de Juína - MT

Travessa Emanuel 33N - Centro

CEP: 78320-000

JUÍNA - MT

Referência : Pregão Eletrônico N° 40/2021

Processo N° 423/2021

Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09:00

Prezados Senhores,

Atendendo a licitação em referência apresentamos a seguir nossa proposta.

Condições gerais da proposta:

Validade da Proposta: 60 dias corridos (Conforme Edital)

Prazo de Entrega : 15 dias corridos (Conforme Edital)

Pagamento : 20° (vigésimo) e 30° (trigésimo) dia do mês subsequente (Conforme Edital)

Banco(s) para depósito:

BANCO DO BRASIL - Agência 132-5 - Conta Corrente 16.1027-9

SICREDI - Agência 0217 - Conta Corrente 33029-1

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Sedinei Stievens

Sócio Gerente

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Solteiro

Profissão: Empresário

RG: 1089436834 SJS/RS

CPF: 004.421.050-70

Endereço: Rua Dr. João Caruso, 2115, Bairro Industrial, Erechim - RS, CEP: 99706-250

E-mail: contratos@inovamedhospitalar.com

CONTATOS

SETOR

Contratos

Licitação

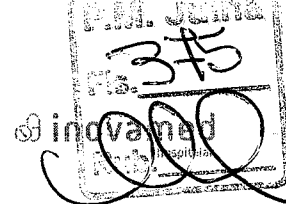
Contato Geral

E-MAIL

contratos@inovamedhospitalar.com

roselaine.s@inovamedhospitalar.com

inovamed@inovamedhospitalar.com



Item	Nosso Código	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação	Preço Unitário R\$	Total Item R\$
015	891	12.000	UN	Cetoprofeno 50 Mg/Ml Sol/Inj IM 2 Ml Amp Cetoprofeno 50 Mg/Ml Sol/Inj IM Caixa C/100 Amp 2 Ml (Origem: Nacional) Fabricante: Hipolabor Registro M.S.: 1.1343.0195.002-0 Cód. GGREM: 511618080045106 Cód. BR: BR0448845	2,20	26.400,00
Preço Unitário: DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS						
Total Item: VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS						
019	822	20.000	UN	Cloridrato de Tramadol 50 Mg/Ml Sol/Inj IM/IV/SC 2 Ml Amp Cloridrato de Tramadol 50 Mg/Ml Sol/Inj IM/IV/SC Caixa C/60 Amp 2 Ml (Origem: Nacional) Fabricante: Teuto Registro M.S.: 1.0370.0502.006-3 Cód. GGREM: 520728104152119 Cód. BR: BR0292382	1,97	39.400,00
Preço Unitário: UM REAL E NOVENTA E SETE CENTAVOS						
Total Item: TRINTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS						

Valor Total da Proposta R\$: 65.800,00 - SESSENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS

Declaramos que a validade dos produtos é de 12 meses.

Declaramos que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas á execução do contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Declaramos que entregaremos os produtos conforme as exigências dos Anexos I e a minuta do Contrato, bem como as demais condições.

Declaramos estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta de preços.

Declaramos que nos sujeitamos às normas do presente Edital, à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Anticorrupção nº 12.846/13; bem como as demais Leis, Decretos, Portarias e Resoluções De

Todos os produtos cotados possuem registro junto ao Ministério da Saúde.

A presente proposta está amparada pela Lei de Responsabilidade Fiscal n.101 de 04/05/00 e o descumprimento do pagamento conforme previsto em Edital é passível de punição ao administrador público.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição dos Senhores para dirimir quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias para um melhor entendimento de nossa proposta.

RENATA
Assinado de
forma digital por
RENATA
FRANZ:02514496
2514496
020
Dados:
2022.01.17
17:53:01 -03'00'

Atenciosamente

Renata Franz

Cargo: Auxiliar de Licitações

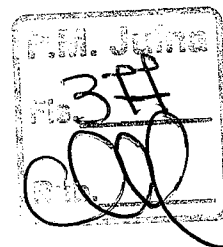
RG : 5105408164

CPF: 025.144.960-20



A large, stylized handwritten signature and a set of initials, possibly "P", are located in the bottom right corner of the page.

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022



À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis, para atender as demandas do hospital municipal dr. Hideo Sakuno e dos pacientes da ala covid, secretária municipal de saúde, município de Juína/MT"

FICHA CADASTRAL

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Nome: MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ/MF Nº 28.418.133/0001-00

Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS, QD. 45, LT. 0006-E, 27-29, GALPÃO 03, PARQUE PRIMAVERA,
CEP: 74.913-122 **Cidade:** APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

E-Mail: licitacao01@medvittadist.com.br

Telefone Celular: 62-9 9680-9284

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO/ATA:

Nome: Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

E-Mail: licitacao01@medvittadist.com.br

Telefone Celular: 62-9 9680-9284

CASSIO
MARTINS DE
FREITAS:
03286804193

Assinado digitalmente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=UFPA e CPF A1, OU=
SEM BRANCO, OU=20055940000193,
OU=videconferencia, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2022.01.18 14:08:34
Fórmula Verbo: 9.3.0

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

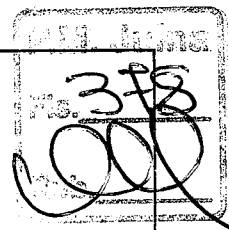
Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

(Diretor)

CNPJ: 28.418.133/0001-00
ENDEREÇO: AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06 E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA
CEP: 74.913-122 - CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA - UF: GO
FONE: (62) 3416-8300
IE: 10.701.507-2 - IM: 3110032303
CONTATO: ROMARIO SANTOS DA SILVA
EMAIL: licitacao05@medvittadist.com.br



AO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.040/2021
PROCESSO N. —
ABERTURA Dia 19 de JANEIRO de 2022, às 09:00 horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, do presente Edital, desse passando a ser parte integrante.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO EDITAL	MARCA / FABRICANTE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	1.200	UNIDADE	NEOCAINA 0,5 % C/V C/EPINEFRINA (CLOR BUPIVACAÍNA) FRASCO AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 43,68	R\$ 52.416,00
4	1.200	UNIDADE	CLORPROMAZINA 25 MG INJ 5ML	HYPOFARMA	R\$ 3,60	R\$ 4.320,00
6	1.000	UNIDADE	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1 ML INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
11	200	UNIDADE	NALOXONA CLOR 0,4MG/ML 1 ML INJ	HIPOLABOR	R\$ 17,10	R\$ 3.420,00
15	12.000	UNIDADE	CETOPROFENO 500MG/ML 2 ML INJETÁVEL I.M	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,94	R\$ 35.280,00
19	20.000	UNIDADE	TRAMADOL 100 MG 2 ML INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,43	R\$ 48.600,00
VALOR TOTAL					R\$	146.256,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO				cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais		

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos;
PRAZO DE ENTREGA: 15 (quinze) dias corridos;
PAGAMENTO: 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura;
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data da assinatura;
VALIDADE OU GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS: 12 (doze) meses;
LOCAL DE ENTREGA Conforme o edital.

Informamos que de acordo com a RDC 80 publicada em 11/05/2006 que trata do Fracionamento de Medicamentos, so comercializamos nossos medicamentos em suas embalagens originais, pois não é permitido o fracionamento, (Art. 10. O procedimento de fracionamento de medicamentos de que trata esta resolução é privativo de farmácias e drogarias devidamente regularizadas junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes, segundo a legislação vigente);

Declaramos que os itens serão de primeira qualidade, caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a fornecer no prazo, local e condições previstos no edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho. Concordamos também em manter a validade desta proposta por um período não inferior ao do edital, a contar se sua apresentação. Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do edital;

Declaramos que nos preços propostos no presente documento estão incluídas todas as despesas, tais como impostos, taxas, transporte, entrega, lucro e demais custos diretos e indiretos, não cabendo quaisquer alegações posteriores de omissão de custos na proposta, bem como pleitos adicionais, sendo o objeto do edital entregue sem acréscimos de valores. Os itens que constam no anexo do convênio 087/02 já se encontram desonerados,

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL: Cássio Martins de Freitas, brasileiro, casado, empresário, natural de Goiânia - GO, diretor, sócio administrador, CPF Nº 032.868.041-93, RG Nº 5040142 SPTC/GO, residente e domiciliado à Rua 54, nº 40, Apart. 204, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP Nº 74.810-220;

DADOS BANCÁRIOS:
BANCO DO BRASIL
AG: 4148-3
C/C: 23.807-4

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

CASSIO
MARTINS DE
FREITAS
03286804193

Assinado eletronicamente por: CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
DN: C=BR, O=CP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil, R=BR, OU=RECEITA, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS, OU=2009994006193,
OU=videlocconferencia, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
Serial: 11111111111111111111111111111111
Data: 2022.01.18 13:59:23
Foxit Reader Versão: 9.2.0

MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
CNPJ 28.418.133/0001-00
REPRESENTANTE: Cássio Martins de Freitas
RG Nº 5040142 SPTC/GO - CPF Nº 032.868.041-93

@RTODQL • CHB@CHRSQIATHCNQ@GNROHS@KQ DHDQK+BMOI m / 5- / 54-503. / / / 0,27+rdch c` Qt` B,048+m
757 Pc- 186 Ks 08.1/ , l` qh @ Qh +Bdo963-144,03/ , Fnhm , Fn+c` cnr a` nb.dnr 9A` rbn cn Aq rlk , @ Zrbh 9
33037,2 , Bnns bnqnd 30-186, Wsdmen dw l` hm cn n Dcls kl dnbmm cn+bnnd d ok nlig` d bnrcb` Tr` a` lwn+i` hmbt rnr
snr nr bt rnr clpsr d hmbdpsr +k bqr d dnb` q nr +h onrnr s` w r d cdl` h bt rnr hmbdpsr-

Ao
FUNDO MUN. DE SAUDE DE JUINA
PREGÃO ELETRÔNICO : 40/2021
Data da abertura: 19/01/2022
Hora da abertura: 09:00 horas

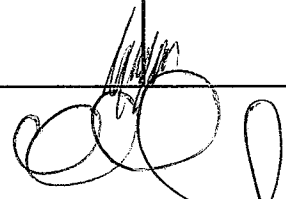
Número da proposta: 15745

Número do Processo:

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUINA/MT.

Proposta de preços

Item	Und	Qtd	Descrição do produto	Marca	V.unit	V.total
0	TMC	0-111 / 1	Cdr bch %a cn dcls l0 @EDMS@MH@BKNQHCQ@N / #433 L.F.L K4 L K @ O Cdr bch %a hmsdqn 9 1340 ,) @EDMS@MH@ / #433 L.F.L K H U 0/ W4L K' @ ('@E@RS(QqnbdcZrbh 9 Qdf hsqn L -R-90/ 187/ 021/ / 04	BQHRS@K@	Q# 20-84 'Ulmrd d pt` sqn qd` hr d pt` qdms` d rdhr bdms unr(	Q# 20-34/ + / 'Ulmrd d pt` sqn l lkd pt` sqnbdmsnr d rdrrdms` qd` hr(
1	TMC	0-111 / 1	Cdr bch %a cn dcls l0 MDNB@M@ / #4 \$ B.U.B.DOHDEQH@BKNQ ATOH@B@M@EQ@RBN @ ONK@ Cdr bch %a hmsdqn 9 26/ 3 , ATOH@B@M@HMI - / #4\$ B.U.E.@0/ W/ L K 'MDNB@M@' RO(QqnbdcZrbh 9 Qdf hsqn L -R-90/ 187/ 24/ / 007	BQHRS@K@	Q# 23-86 'Ulmrd d rdhr qd` hr d bhmp dms` d nlsn bdms unr(	Q# 30-113+ / 'Sqms` dtl l lkd nlsnbdmsnr d mudms` d rdhr qd` hr(
2	TMC	0-111 / 1	Cdr bch %a cn dcls l0 DEDCQH@RTKE-4/ L F O L K , HMI - Cdr bch %a hmsdqn 9 2340 ,)DEDCQH@4/ L F L K B. 4/ W4L K @ O' CO(' F DM(QqnbdcZrbh 9 Qdf hsqn L -R-900232/ 074/ / 15	GHNK@ANQ	Q# 5-87 'Bhmtn qd` hr d pt` sqn bdms unr(	Q# 6-665+ / 'Rdhr l lkd pt` qdms` d nlsn qd` hr(
3	TMC	0-111 / 1	Cdr bch %a cn dcls l0 BKNQOQNL @YM@14 L F HMI 4L K Cdr bch %a hmsdqn 9 36/ 8 ,)BKNQOQNL @YM@HMI -14L F 4/ W4L K' B0(' F DM(QqnbdcZrbh 9 Qdf hsqn L -R-90/ 276/ / 53	GXONE@L @	Q# 0-60 'TI qd` kd sqms` d sqpr bdms unr(	Q# 1-41+ / 'TI l lkd pt` hmqdmsnr d mudms` d rdhr qd` hr(
4	TMC	511 / 1	Cdr bch %a cn dcls l0 L NQEH@RTKE-04 L F L K 1 L K HMI 'TRN HL #W+d DROHIG@X RDL BNMRDQU@MSDR Cdr bch %a hmsdqn 9 1181 ,)L NQEH@HMI -0L F L K 4/ W4L K' @(' CHL NQE(QqnbdcZrbh 9 Qdf hsqn L -R-90/ 187/ / 86/ / 61	BQHRS@K@	Q# 7-81 'Rdhr qd` hr d bhmp dms` d bhmtn bdms unr(	Q# 3-87/ + / 'Sqpr l lkd mudbdmsnr d sqms` qd` hr(



DI hscn dl 903./ 0.1/ 11

V2

O.f.hm 90 cd 3

5	TMC	0-11111	Cdr bch %a cn dcls l0 MDNRSHFLHM@/ 4L F.L K0 L K HMI DS@JDK Cdr bch %a hmsdqn 9 / , MDNRSHFLHM@/ 4L F.L K0 L K HMI DS@JDK Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
6	TMC	0/-11111	Cdr bch %a cn dcls l0 @ HMNEHKHM@/ L K HMI Cdr bch %a hmsdqn 9 / , @ HMNEHKHM@/ L K HMI Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
7	TMC	0-11111	Cdr bch %a cn dcls l0 EDMHKDEQH@/ L F.L K0 L K HMI DS@JDK Cdr bch %a hmsdqn 9 / , EDMHKDEQH@/ L F.L K0 L K HMI DS@JDK Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
8	TMC	4/1111	Cdr bch %a cn dcls l0 ODMSNWEHKHM@1/ L F.L K4 L K HMI Cdr bch %a hmsdqn 9 / , ODMNWEHKHM@1/ L F.L K4 L K HMI Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
0/	TMC	2/1111	Cdr bch %a cn dcls l0 ODSICHM@BKNQHCQ@SN 4/ L F.L K1 L K, HMI - Cdr bch %a hmsdqn 9 8104 ,)CNKNR@K HMI 4/ L F.L K14 W L K' @(' ODSICHM@ Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-90/ 187/ / 23	BQHR@K@	Q# 4-46 'Pt' sqn qd' hr d sqns d sqpr bdms unr(	Q# 0-560 # / 'Tl l lkd ct ydnar d mmudms d mmud qd' hr(
00	TMC	1/1111	Cdr bch %a cn dcls l0 M@NWNM@BKNQ/ 4L F.L K0 L K HMI Cdr bch %a hmsdqn 9 350 ,)M@NWNM@/ 4L F.L K0/ W0L K'B0(' F DM(Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-900232/ 066	GIONK@ANQ	Q# 8-61 'Rdsd qd' hr d bmpt dms d rdlr bdms unr(	Q# 0-833 # / 'Tl l lkd pt hmgdnar d cnyd qd' hr(
01	TMC	5/1111	Cdr bch %a cn dcls l0 @ HB@HM@0/ / L F 1L K HMI Cdr bch %a hmsdqn 9 / , @ HB@HM@0/ / L F 1L K HMI Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
02	TMC	5-11111	Cdr bch %a cn dcls l0 @ HB@HM@4/ / L F 1L K HMI Cdr bch %a hmsdqn 9 / , @ HB@HM@4/ / L F 1L K HMI Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(
03	TMC	11/1	Cdr bch %a cn dcls l0 SDMDBSDOK@RD 3/ L F ON HMI DS@JDKBNL RDQMF @ OQD, B@QQDF @@@, EQ@RBN.@ ONK@ Cdr bch %a hmsdqn 9 / , SMDDBSDOK@RD 3/ L F ON HMI DS@JDKBNL RDQMF @ OQD, B@QQDF @@@, EQ@RBN.@ ONK@ Qpnbdcznbh 9 Qdf hsqn L -R-9		Q# / # / '(	Q# / # / '(

Q# / # /
380
COO

O.f.hm 91 cd 3

V2

O.f.hm 91 cd 3

www.supermedica.com.br

CNPJ: 06.065.614/0001-38 / INSC EST: 10.603.975-0

Rua C-159, nº 674 - QD 297 LT 19/20 - CEP: 74.255-140

JD. América - Goiânia - GO - Fone: (62) 3928-8989

licitacao01@supermedica.com.br

DI hscn dl 903./ 0.1/ 11

04	TMC	01-///+/	Cdr bch %a cn dcls l0 BDSNOQNEDMN 4/ L L K 1 L K HMI DS@JDK HL Cdr bch %a lmsdqn 9 0/ 370 , BDSNOQNEDMN HMI -0/ / L F HL 14WIL K'FDM(QpbdclZmbh 9 Qdf lrsq L -R-90/ 187/ 165	BQHRS@X@	Q# 2-58 'Cnir qd' lr d nhdms d rdsd bdrms unr(	Q# 33-17/ +/ 'Sdms d pt' sqn l lkd pt' sqbdmnr d pt' qdms qd' lr(
05	TMC	2/ / +/	Cdr bch %a cn dcls l0 HMI HMI@ BKNQHCQ@SN CD HRNVRTQHM@ 4 L F L K 1 L K HMI DS@JDK Cdr bch %a lmsdqn 9 / , HMI HMI@ BKNQHCQ@SN CD HRNVRTQHM@ 4 L F L K 1 L K HMI DS@JDK QpbdclZmbh 9 Qdf lrsq L -R-9		Q# / +/ '(	Q# / +/ '(
06	TMC	2/ +/	Cdr bch %a cn dcls l0 @COQNRSC@HK @E@HBKNCDSQHM@1/ L BF HMI DS@JDK EQ@RBN.@ ONK@ Cdr bch %a lmsdqn 9 / , @COQNRSC@HK @E@HBKNCDSQHM@1/ L BF HMI DS@JDK EQ@RBN.@ ONK@ QpbdclZmbh 9 Qdf lrsq L -R-9		Q# / +/ '(	Q# / +/ '(
07	TMC	1-3/ / +/	Cdr bch %a cn dcls l0 RTKE@SN CD L @ MDRHN 4/ \$ 0/ L K HMI Cdr bch %a lmsdqn 9 / , RTKE@SN CD L @ MDRHN 4/ \$ 0/ L K HMI QpbdclZmbh 9 Qdf lrsq L -R-9		Q# / +/ '(	Q# / +/ '(
08	TMC	1/ -///+/	Cdr bch %a cn dcls l0 SQ@ @CNK 0/ / L F 1 L K HMI DS@JDK Cdr bch %a lmsdqn 9 / , SQ@ @CNK 0/ / L F 1 L K HMI DS@JDK QpbdclZmbh 9 Qdf lrsq L -R-9		Q# / +/ '(	Q# / +/ '(

Total da Proposta: R\$ 135.157,00

(Cento e trinta e cinco mil e cento e cinquenta e sete reais)

Declaramos que:

I- Comprometemos a entregar os produtos de acordo com as necessidades do FUNDO MUN. DE SAUDE DE JUINA, durante a vigência da ata de registro de preços, conforme as especificações e exigências do Edital e seus anexos, bem como do contrato a ser celebrado.

II- Concordamos em manter a validade desta proposta por 60 (SESSENTA) DIAS.

III- Estar de acordo, sob as penas da lei, com todos os termos deste Pregão e que os produtos / materiais ofertados atendem a todas as exigências legais.

IV- Os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

V- Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

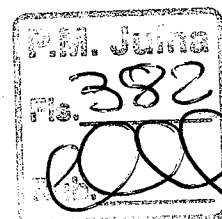
Entrega: A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em até 15 (QUINZE) DIAS depois da ordem de fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras, onde devem constar as quantidades e o(s) produto(s) solicitado(s).

Declaro que me submeto a todas as condições estabelecidas neste PREGÃO ELETRÔNICO : 40/2021 como entrega do bem no lugar indicado pelo FUNDO MUN. DE SAUDE DE JUINA, no prazo estipulado neste instrumento, condições de faturamento e garantia dos bens que nos forem adjudicados.

Declarações do edital:



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
AGNALDO DO CARMO CHAGAS
Diretor
RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72



ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP**, com sede **Rua Barão do Rio Branco nº 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR**, inscrita no CNPJ **03.411.908/0001-86** e com inscrição estadual nº **90635779-84**, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador(a) da cédula de identidade nº **7.210.997-0 SSP/PR** e do CPF nº **040.269.629-89**, para atendimento do objeto destinado à município de Juína/MT, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº **040/2021**.

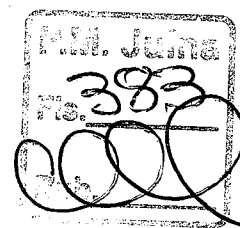
Para tanto, oferecemos a esse órgão o preço para os itens a seguir indicados, observadas as especificações de que trata seus ANEXO I:

Item	Descrição dos Produtos	Und.	Qtde	Marca	V.Unit	Total
1	ALFENTANILA CLORIDRATO 0,544 MG/ML 5 ML AMP	UNIDADE	1.000	CRISTALIA	R\$ 31,170	R\$ 31.170,00
2	NEOCAINA 0,5 % C/V C/EPINEFRINA (CLOR BUPIVACAINA) FRASCO AMPOLA	UNIDADE	1.200			
3	EFEDRINA SULF. 50 MG 1 ML - INJ .	UNIDADE	1.200			
4	CLORPROMAZINA 25 MG INJ 5ML	UNIDADE	1.200			
5	MORFINA SULF. 1,0 MG/ML 2 ML INJ(USO IM,IV, e ESPINHAL) SEM CONSERVANTES	UNIDADE	600	CRISTALIA	R\$ 9,240	R\$ 5.544,00
6	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1 ML INJETAVEL	UNIDADE	1.000			
7	AMINOFILINA 10ML INJ	UNIDADE	10.000			
8	FENILEFRINA 10MG/ML 1ML INJETAVEL	UNIDADE	1.200	CRISTALIA	R\$ 16,070	R\$ 19.284,00
9	PENTOXIFILINA 20MG/ML 5ML INJ	UNIDADE	500			
10	PETIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2ML - INJ.	UNIDADE	300			
11	NALOXONA CLOR 0,4MG/ML 1 ML INJ	UNIDADE	200	CRISTALIA	R\$ 12,450	R\$ 2.490,00
12	AMICACINA 100 MG 2ML INJ	UNIDADE	600			
13	AMICACINA 500MG 2ML INJ	UNIDADE	6.000			
14	TENECTEPLASE 40MG PO INJETAVEL COM SERINGA PRE- CARREGADA - FRASCO/AMPOLA	UNIDADE	2			
15	CETOPROFENO 50M/ML 2 ML INJETAVEL I.M	UNIDADE	12.000			
16	INIBINA - CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA - 5 MG/ML 2 ML INJETAVEL	UNIDADE	300			
17	ALPROSTADIL ALFACICLODEXTRINA 20 MCG INJETAVEL FRASCO/AMPOLA	UNIDADE	30			
18	SULFATO DE MAGNESIO 50% 10 ML INJ	UNIDADE	2.400			
19	TRAMADOL 100 MG 2 ML INJETAVEL	UNIDADE	20.000			
						R\$ 58.488,00
	:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:<X>:	:<X>:	:<X>:	:<X>:	:<X>:	
						R\$ 58.488,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO: **R\$ 58.488,00** (Cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)

A validade da presente proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93.

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677, Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná



Entregaremos os produtos conforme as exigências dos Anexos I e a minuta do Contrato, bem como as demais condições. (O prazo de entrega dos materiais é de **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS** após solicitação da secretaria)

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

a) Fone/Fax: **(45) 3252-0086** E-mail: greenlicitacao@hotmail.com

b) Banco **Brasil 001** Agência nº: **8510** Conta nº: **2259**

De acordo com a legislação em vigor, eu, **Alessandro Jeferson Padilha**, CPF/MF nº **040.269.629-89**, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta de preços.

TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CPF: 040.269.629-89

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02 - I.E.: 039/0157570 - I.M.: 37417

RUA DR. JOÃO CARUSO 2115 - INDUSTRIAL

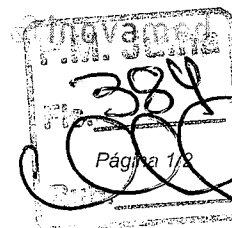
ERECHIM - RS

CEP: 99706-250

Telefone: 54 2106 7930

E-mail: renata.f@inovamedhospitalar.com

www.inovamed-rs.com.br



ERECHIM - RS, 25 de Janeiro de 2022

À

Prefeitura Municipal de Juína - MT

Travessa Emanuel 33N - Centro

CEP: 79320-000

JUÍNA - MT

Referência : Pregão Eletrônico N° 40/2021

Processo N° 423/2021

Data de Abertura dia 19/01/2022 às 09:00

Prezados Senhores,

Atendendo a licitação em referência apresentamos a seguir nossa proposta.

Condições gerais da proposta:

Validade da Proposta: 60 dias corridos (Conforme Edital)

Prazo de Entrega : 15 dias corridos (Conforme Edital)

Pagamento : 20° (vigésimo) e 30° (trigésimo) dia do mês subsequente (Conforme Edital)

Banco(s) para depósito:

BANCO DO BRASIL - Agência 132-5 - Conta Corrente 16.1027-9

SICREDI - Agência 0217 - Conta Corrente 33029-1

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Sedinei Stievens

Sócio Gerente

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Solteiro

Profissão: Empresário

RG: 1089436834 SJS/RS

CPF: 004.421.050-70

Endereço: Rua Dr. João Caruso, 2115, Bairro Industrial, Erechim - RS, CEP: 99706-250

E-mail: contratos@inovamedhospitalar.com

CONTATOS

SETOR

Contratos

Licitação

Contato Geral

E-MAIL

contratos@inovamedhospitalar.com

roselaine.s@inovamedhospitalar.com

inovamed@inovamedhospitalar.com

Item	Nosso Código	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação	Preço Unitário R\$	Total Item R\$
019	822	20.000	UN	Cloridrato de Tramadol 50 Mg/Ml Sol/Inj IM/IV/SC 2 Ml Amp Cloridrato de Tramadol 50 Mg/Ml Sol/Inj IM/IV/SC Caixa C/60 Amp 2 Ml (Origem: Nacional) Fabricante: Teuto Registro M.S.: 1.0370.0502.006-3	1,18	23.600,00
Preço Unitário: UM REAL E DEZOITO CENTAVOS						
Total Item: VINTE E TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS						

Valor Total da Proposta R\$: 23.600,00 - VINTE E TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS

Declaramos que a validade dos produtos é de 12 meses.

Declaramos que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas á execução do contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Declaramos que entregaremos os produtos conforme as exigências dos Anexos I e a minuta do Contrato, bem como as demais condições.

Declaramos estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta de preços.

Declaramos que nos sujeitamos às normas do presente Edital, à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Anticorrupção nº 12.846/13; bem como as demais Leis, Decretos, Portarias e Resoluções De

Todos os produtos cotados possuem registro junto ao Ministério da Saúde.

A presente proposta está amparada pela Lei de Responsabilidade Fiscal n.101 de 04/05/00 e o descumprimento do pagamento conforme previsto em Edital é passível de punição ao administrador público.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição dos Senhores para dirimir quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias para um melhor entendimento de nossa proposta.

SEDINEI
ROBERTO
STIEVENS:0
044210507
0

Assinado de
forma digital por
SEDINEI ROBERTO
STIEVENS:004421
05070
Dados: 2022.01.25
07:51:02 -03'00'

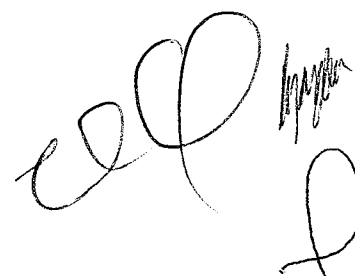
Atenciosamente

Sedinei R. Stievens

Cargo: Sócio Gerente

RG : 1089436834 SJS/RS

CPF: 004.421.050-70



MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.418.133/0001-00
 ENDEREÇO: AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06 E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA
 CEP: 74.913-122 - CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA - UF: GO
 FONE: (62) 3416-8300
 IE: 10.701.507-2 - IM: 3110032303
 CONTATO: ROMARIO SANTOS DA SILVA
 EMAIL: licitacao05@medvittadist.com.br

AO

ESTADO DE MATO GROSSO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.040/2021
 PROCESSO N. ---
 ABERTURA Dia 19 de JANEIRO de 2022, às 09:00 horas
 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. HIDEO SAKUNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, do presente Edital, desse passando a ser parte integrante

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO EDITAL	MARCA / FABRICANTE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
15	12.000	UNIDADE	CETOPROFENO 50M/ML 2 ML INJETÁVEL I.M	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,50	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 18.000,0000
VALOR TOTAL POR EXTENSO						DEZOITO MIL REAIS

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos;
 PRAZO DE ENTREGA: 15 (quinze) dias corridos;
 PAGAMENTO: 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura;
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data da assinatura;
 VALIDADE OU GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS: 12 (doze) meses;
 LOCAL DE ENTREGA Conforme o edital;

Informamos que de acordo com a RDC 80 publicada em 11/05/2006 que trata do Fracionamento de Medicamentos, so comercializamos nossos medicamentos em suas embalagens originais, pois não é permitido o fracionamento, (Art. 10. O procedimento de fracionamento de medicamentos de que trata esta resolução é privativo de farmácias e drogarias devidamente regularizadas junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes, segundo a legislação vigente);

Declaramos que os itens serão de primeira qualidade, caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a fornecer no prazo, local e condições previstos no edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho. Concordamos também em manter a validade desta proposta por um período não inferior ao do edital, a contar se sua apresentação. Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do edital;

Declaramos que nos preços propostos no presente documento estão incluídas todas as despesas, tais como impostos, taxas, transporte, entrega, lucro e demais custos diretos e indiretos, não cabendo quaisquer alegações posteriores de omissão de custos na proposta, bem como pleitos adicionais, sendo o objeto do edital entregue sem acréscimos de valores. Os itens que constam no anexo do convênio 087/02 já se encontram desonerados;

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL: Cássio Martins de Freitas, brasileiro, casado, empresário, natural de Goiânia - GO, diretor, sócio administrador, CPF Nº 032.868.041-93, RG Nº 5040142 SPTC/GO, residente e domiciliado à Rua 54, nº 40, Apart. 204, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP Nº 74.810-220;

DADOS BANCÁRIOS:
 BANCO DO BRASIL
 AG: 4148-3
 C/C: 23.807-4

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

**CASSIO
 MARTINS DE
 FREITAS:**
03286804193

Assinado digitalmente por CASSIO
 MARTINS DE FREITAS:03286804193
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
 OU=Secretaria da Receita Federal do
 Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=
 (EM BRANCO), OU=20099940000197,
 OU=videoconferencia, CN=CASSIO
 MARTINS DE FREITAS:03286804193
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localização:
 Data: 2022.01.19 10:41:57
 Foxit Reader Versão: 9.3.0

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ 28.418.133/0001-00

 REPRESENTANTE: Cássio Martins de Freitas
 RG Nº 5040142 SPTC/GO - CPF Nº 032.868.041-93

licitacao01@supermedica.com.br

Declaramos que:

I- Comprometemos a entregar os produtos de acordo com as necessidades do FUNDO MUN. DE SAUDE DE JUINA, durante a vigência da ata de registro de preços, conforme as especificações e exigências do Edital e seus anexos, bem como do contrato a ser celebrado.

II- Concordamos em manter a validade desta proposta por 60 (SESSE NTA) DIAS.

III- Estar de acordo, sob as penas da lei, com todos os termos deste Pregão e que os produtos / materiais ofertados atendem a todas as exigências legais.

IV- Os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

V- Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Entrega: A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em até 15 (QUINZE) DIAS depois da ordem de fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras, onde devem constar as quantidades e o(s) produto(s) solicitado(s).

Declaro que me submeto a todas as condições estabelecidas neste PREGÃO ELETRÔNICO : 40/2021 como entrega do bem no lugar indicado pelo FUNDO MUN. DE SAUDE DE JUINA, no prazo estipulado neste instrumento, condições de faturamento e garantia dos bens que nos forem adjudicados.

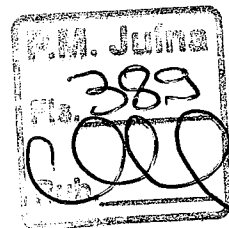
Declarações do edital:



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
AGNALDO DO CARMO CHAGAS
Diretor
RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72

Emitido em: 25/01/2022

Página: 2 de 2



PROPOSTA DE PREÇOS

Para tanto, oferecemos a esse órgão o preço para os itens a seguir indicados, observadas as especificações de que trata seus ANEXO I:

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677, Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná

350
0000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.411.908/0001-86 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/09/1999
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL GREEN FARMACEUTICA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 4677	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	----------------	----------------------

CEP 85.905-625	BAIRRO/DISTRITO JARDIM GISELA	MUNICÍPIO TOLEDO	UF PR
-------------------	----------------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO GREENLICITACAO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (45) 3252-0086
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/01/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/01/2022 às 11:02:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

1/1

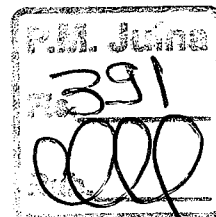


MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

76.205.806/0001-88

RUA RAIMUNDO LEONARDE, 1586 - CENTRO - TOLEDO - PR



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO nº 981916

O Município de Toledo, conforme protocolo nº de 15/12/2020 concede alvará de licença para localização a:

Nome GREEN FARMACEUTICA LIRELI-L-PP CNPJ/CPF: 03.411.908/0001-86
Localização RUA BARAO DO RIO BRANCO, 4677 - S. 320 Q 99 - GISELA CEP: 85905625 Toledo - PR
Atividades 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 4932-7/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 4642-7/03 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 4644-5/02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 4645-3/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 4642-1/02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 4642-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 4649-4/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 4649-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 4649-4/03 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchão 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 4649-4/99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 4654-1/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças 4656-9/00 - Comércio atacadista de embalagens 4722-3/00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 465-4/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 4641-9/03 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
Horário de funcionamento: Comercial Segunda a Sábado das 08:00 às 22:00

Emitido em 15/12/2020 Válido até 20/01/2022

Vistorias			
Data	Natureza	Laudo	Validade
03/12/2020	LAUDO DA VIGILANCIA SANITARIA	1939/2020	03/12/2021
06/11/2020	LAUDO DE VISTORIA DO BOMBEIRO	1105917-16	06/11/2021

Observações

- 1 - O presente alvará só tem efeito para o período e para as atividades acima especificadas, ficando sujeito à renovação anual. As demais atividades não estão licenciadas pelo Município, ainda que constem no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
- 2 - Será exigida a renovação da licença sempre que ocorrerem mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
- 3 - Nos casos de alterações tais como: mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, cessação de atividades, etc., o contribuinte ou responsável deverá comunicar o fato à Administração Tributária dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE

- Exite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o Fisco. Futuramente, você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc
- Zelo pelo seu futuro.

Alvará emitido pela internet em 15/12/2020.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.toledo.pr.gov.br

Valber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/50231208218202342348>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 50231208218202342348-1
Data: 12/08/2021 10:18:30
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALW69506-TA6T;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 12 de agosto de 2021 10:22:32 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **12/08/2021 10:59:58 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 50231208218202342348-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

J0005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b73af38c0aba337ec89b3caab83ea0ff69140a28fad08c41ab8e13a633f80949ea29830c4fd7c8093b994d46cfdaf6f0eb17c0907e67d868b4e0feb43dbbe6f11

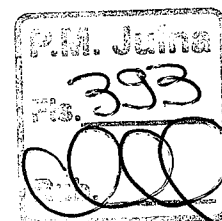


Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **GREEN FARMACEUTICA EIRELI**
CNPJ: **03.411.908/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

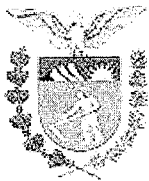
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:26:38 do dia 27/10/2021 <hora e data de Brasília>.

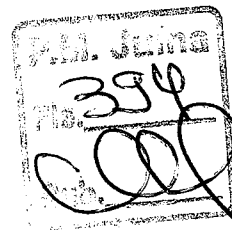
Válida até 25/04/2022.

Código de controle da certidão: **0608.1102.9F6C.4C5D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025685024-28

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.411.908/0001-86**

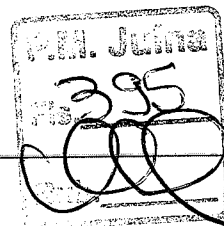
Nome: **GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/04/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

**MUNICÍPIO DE TOLEDO**

ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 740/2022**IMPORTANTE:**

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.

VALIDADE: 05/02/2022

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJCUFFHMJZX28AMUS

RAZÃO SOCIAL: GREEN FARMACEUTICA EIRELI-EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
981916	03.411.908/0001-86	90635779-84	981916

ENDEREÇO

RUA BARAO DO RIO BRANCO, 4677 - S 320 Q 99 - GISELA CEP: 85905625 Toledo - PR

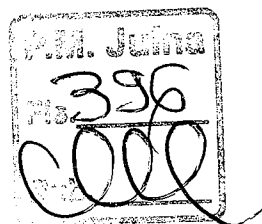
ATIVIDADES

Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário, Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia, Comércio atacadista de produtos odontológicos, Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente, Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças, Comércio atacadista de embalagens, Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 06/01/2022.

Qualquer rasura invalidará este documento.

Conferir autenticidade em www.toledo.pr.gov.br



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.411.908/0001-86

Razão Social: GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP

Endereço: R BARAO DO RIO BRANCO 4677 / JARDIM GISELA / TOLEDO / PR /
85905-625

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/12/2021 a 25/01/2022

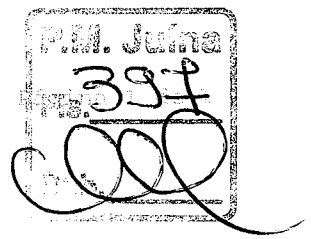
Certificação Número: 2021122705133157226508

Informação obtida em 10/01/2022 11:01:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GREEN FARMACEUTICA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.411.908/0001-86

Certidão n°: 57308599/2021

Expedição: 17/12/2021, às 14:00:36

Validade: 14/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que GREEN FARMACEUTICA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 03.411.908/0001-86, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

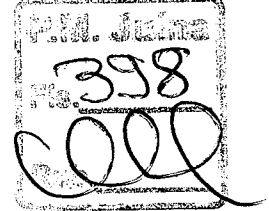
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



CARTORIO DISTRIBUIDOR DE TOLEDO
Rua Almirante Barroso, nº 3202 - Centro
TOLEDO/PR - 85905-010

TITULAR
CLENAR T. V. FORMIGHIERI

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL Correspondente a Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

GREEN FARMACEUTICA EIRELI

CNPJ 03.411.908/0001-86, no período compreendido desde 09/06/1954, data de instalação deste cartório, até a presente data.



TOLEDO/PR, 17 de Janeiro de 2022, 17:27:11

CLENAR T. V. FORMIGHIERI

CLENAR TEREZINHA VIEZZER
FORMIGHIERI:66298296972
296972

Assinado de forma digital
por CLENAR TEREZINHA
VIEZZER
FORMIGHIERI:66298296972
Dados: 2022.01.18 14:30:50
-03'00'



Município de Corbélia

Secretaria Municipal de Saúde

(45) 3244-8331 - (45) 3242-8800

399

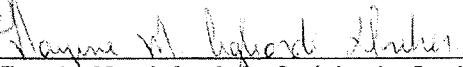
ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP**, CNPJ nº **03.411.908/0001-86**, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 4677 – Jardim Gisela, na Cidade de Toledo/Paraná, **forneceu** para o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORBÉLIA**, CNPJ nº **09.311.360/0001-89**, situada na Rua Amor Perfeito, nº 1616, Centro, Cep 85.920-000, na Cidade de Corbélia/Paraná.

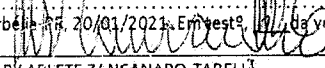
Atestamos, ainda, que os **fornecimento de Medicamentos** estão **sendo e foram executados** satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Validade 12 meses.

Corbélia/PR, 19 de Janeiro 2021.


Fundo Municipal de Saúde de Corbélia
CNPJ: 09.311.360/0001-89
Nayene Marcia Agliardi Dreher
CRF-PR 25.267
CPF: 080.441.099-27
RG: 10.633.721-7

Mary Arlete Zancanaro
Tabelião

Reconheço e dou fé a(s) firma(s) Assinada(s) por SEMELHANÇA(S) de:
(09/3113) NAYENE MARCIA AGLIARDI DREHER
Corbélia-PR, 20/01/2021. Em testis, 12, da verdade

MARY ARLETE ZANCANARO-TABELIÃ
Selo: 18148745VAA0000000094021K
Valide esse selo em <http://funarper.com.br>



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/5023230221232355902-1>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 5023230221232355902-1
Data: 23/02/2021 09:22:47
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALE56541-5Q73;



CN: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 09:30:55 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 23/02/2021 14:31:45 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 50232302212323555902-1 a 50232302212323555902-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b70d2ba90a6ad04ecfb017a61fefca2c5933192c98fb2fdad04f89f33630edc244197fce1069fc02e33ad9b447d109821b17c0907e67d868b4e0feb43dbbe6f11



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Assinatura manuscrita]

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**
Nona Alteração Contratual

GREEN FARMACÊUTICA LTDA - EPP

CNPJ: 03.411.908/0001-86

Folha: 1 de 4

ALESSANDRO JEFERSON PADILHA, brasileiro, natural de Toledo/PR, nascido em 23/07/1983, empresário, solteiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH: 02968339519/DETRAN-PR expedida em 20/08/2015 e inscrito no CPF/MF: 040.269.629-89, residente e domiciliado na cidade de Toledo/PR., à Rua Luiz Antonio Basso, 948, Jd. Coopagro, CEP: 85.903-508; e **KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO**, brasileira, natural de Toledo/PR, nascida em 01/05/1990, empresária, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, portadora da Carteira de Identidade Civil RG: 10.441.472-9/SSP-PR expedida em 07/05/2014 e inscrita no CPF/MF: 072.521.789-86, residente e domiciliada na cidade de Toledo/PR., à Rua Jose Ayres da Silva, 683, Ap. 0012 Bloco 2, Jd. Coopagro, CEP: 85.903-670. Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome **GREEN FARMACÊUTICA LTDA - EPP**, com sede e foro na Rua Barão do Rio Branco, 3054, Sala 01 e 02, Vila Industrial, Toledo-PR, CEP: 85.905-040, inscrita no CNPJ sob nº 03.411.908/0001-86, com contrato social arquivado na junta comercial do Estado do Paraná, sob nº 41204197507 em 24/09/1999 e alterações posteriores arquivadas sob o nº 20002369079 em 31/10/2000; nº 20020784406 em 11/04/2002; nº 20030591511 em 17/03/2003, nº 20061843679 em 31/05/2006, nº 20133703568 em 05/07/2013, nº 20153981571 em 25/06/2015, 20160794170 em 29/02/2016 e 20166545384 de 01/11/2016. Fazendo uso do que lhes permite o "inciso" 3 do art. 968 da Lei 10.406/2002, com redação alterada pelo art. 10 da lei Complementar 128/2008, **altera e transforma seu registro de SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA para EIRELI**, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA = A sede da empresa passa a ser na Rua Barão do Rio Branco, 4677, Jardim Gisela, Toledo-PR, CEP: 85.905-625.

CLÁUSULA SEGUNDA = O objeto social é: Comércio atacadista de produtos farmacêuticos, psicotrópicos, produtos de higiene pessoal, perfumarias, cosméticos, correlatos, veterinários, produtos médicos e para a saúde, produtos odontológicos e laboratoriais, próteses e ortopédicos, instrumentos e materiais cirúrgicos, aparelhos e equipamentos eletro-hospitalar, eletro-médico e seus acessórios, brinquedos e material educativo e de expediente, equipamento de proteção individual e de segurança do trabalho, artigos de cama, mesa e banho, artigos esportivos, móveis e utensílios, alimentos nutricionais, produtos de higiene, limpeza e saneantes domissanitários, logística e transporte rodoviário de cargas secas.

CLÁUSULA TERCEIRA = SAÍDA DE SÓCIO: Retira-se da sociedade a sócia **KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO**.

CLÁUSULA QUARTA = TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: A sócia retirante **KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO**, possuidora de 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, vende, cede, transfere e dá plena quitação em 50.000 (cinquenta mil) quotas pelo valor nominal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao sócio remanescente **ALESSANDRO JEFERSON PADILHA**.

CLÁUSULA QUINTA = QUITAÇÃO DE QUOTAS: A sócia retirante: **KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO**, dá ao sócio remanescente, **ALESSANDRO JEFFERSON**



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/11/2017 11:15 SOB Nº 41600633911.
PROTOCOLO: 177438088 DE 08/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704358910. NIRE: 41600633911.
GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/11/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
Nona Alteração Contratual

GREEN FARMACÊUTICA LTDA - EPP

CNPJ: 03.411.908/0001-86

Folha: 2 de 4

PADILHA, plena, rasa e geral quitação da sessão de quotas ora efetuada, declarando este conhecer a situação econômica e financeira da empresa, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações do presente instrumento, assumindo o Ativo e o Passivo da sociedade.

PARAGRAFO ÚNICO = em virtude das modificações anteriores, o capital social fica assim distribuído:

NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
ALESSANDRO JEFERSON PADILHA	100	100.000	100.000,00
TOTAL	100	100.000	100.000,00

CLÁUSULA SEXTA = DA TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL: Fica transformada esta sociedade empresarial em Empresa Individual de Responsabilidade limitada – EIRELI.

CLÁUSULA SETIMA = DO NOME EMPRESARIAL: passa a ser **GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP**.

CLÁUSULA OITAVA = Em razão das modificações ora ajustada, transcreve-se o Ato Constitutivo de EIRELI com a seguinte redação:

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP

CNPJ: 03.411.908/0001-86

ALESSANDRO JEFERSON PADILHA, brasileiro, natural de Toledo/PR, nascido em 23/07/1983, empresário, solteiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH: 02968339519/DETRAN-PR expedida em 20/08/2015 e inscrito no CPF/MF: 040.269.629-89, residente e domiciliado na cidade de Toledo/PR., à Rua Luiz Antonio Basso, 948, Jd. Coopagro, CEP: 85.903-508. RESOLVE constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), de acordo com a lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e subsidiariamente pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 e Lei 11.638 de 2007, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA = A empresa girará sob o nome empresarial de **GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 4677, Jardim Gisela, Toledo-PR, CEP: 85.905-625.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/11/2017 11:15 SOB Nº 41600633911.
PROTOCOLO: 177438088 DE 08/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704358910. NIRE: 41600633911.
GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/11/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

Nona Alteração Contratual

GREEN FARMACÊUTICA LTDA - EPP

CNPJ: 03.411.908/0001-86

Folha: 3 de 4

CLÁUSULA SEGUNDA = A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA = O objeto social é: **Comércio atacadista de produtos farmacêuticos, psicotrópicos, produtos de higiene pessoal, perfumarias, cosméticos, correlatos, veterinários, produtos médicos e para a saúde, produtos odontológicos e laboratoriais, próteses e ortopédicos, instrumentos e materiais cirúrgicos, aparelhos e equipamentos eletro-hospitalar, eletro-médico e seus acessórios, brinquedos e material educativo e de expediente, equipamento de proteção individual e de segurança do trabalho, artigos de cama, mesa e banho, artigos esportivos, móveis e utensílios, alimentos nutricionais, produtos de higiene, limpeza e saneantes domissanitários, logística e transporte rodoviário de cargas secas.**

CLÁUSULA QUARTA = A empresa iniciou suas atividades em 01/10/1999 e seu prazo de duração é **indeterminado**.

CLÁUSULA QUINTA = O capital social é R\$ **100.000,00** (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas: para o empresário, **ALESSANDRO JEFERSON PADILHA**, 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ **100.000,00** (cem mil Reais) totalmente integralizadas em moeda corrente do país. O capital social fica assim distribuído:

NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
ALESSANDRO JEFERSON PADILHA	100	100.000	100.000,00
TOTAL	100	100.000	100.000,00

CLÁUSULA SEXTA = A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA SÉTIMA = A administração da **EIRELI** caberá ao titular **ALESSANDRO JEFERSON PADILHA**, dispensada de caução, a quem caberá entre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial desta EIRELI.

CLÁUSULA OITAVA = O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com apuração do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômico, cabe ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA = O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional. (Art 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA = Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo



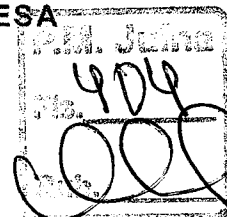
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/11/2017 11:15 SOB N° 41600633911.
PROTOCOLO: 177438088 DE 08/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704358910. NIRE: 41600633911.
GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/11/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
Nona Alteração Contratual

GREEN FARMACÊUTICA LTDA - EPP

CNPJ: 03.411.908/0001-86



Folha: 4 de 4

interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA = Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA = O titular, poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA = Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA = Fica eleito o foro de Toledo, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA = O instrumento de ato Constitutivo de EIRELI, será assinado pelo empresário, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Toledo - PR. 01 de Novembro de 2017.

Alessandro Padilha

Alessandro Jeferson Padilha

CPF: 040.269.629-89

Kelly Hariadine dos Santos Ribas do Couto

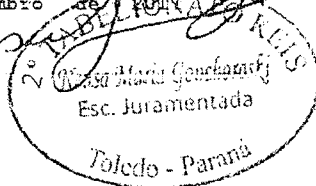
CPF: 072.521.789-86



Selo Digital: N° 9vvtG.zVa8N.5hb9x-5VQ3m.7J0DD

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço verdadeira a assinatura de
ALESSANDRO JEFERSON PADILHA e KELLY HARIADINE
DOS SANTOS RIBAS DO COUTO 1276261*0015. Por
fê. Toledo, 07 de novembro de 2017
16:51:10h.

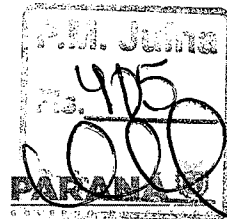


CERTIFICO O REGISTRO EM 10/11/2017 11:15 SOB N° 41600633911.
PROTOCOLO: 177438088 DE 08/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704358910. NIRE: 41600633911.
GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/11/2017
www.empresafacil.pr.gov.br



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP			Protocolo: PRC2109511388	
Natureza Jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)				
NIRE (Sede) 41600633911	CNPJ 03.411.908/0001-86	Arquivamento do Ato Constitutivo 24/09/1999	Início de Atividade 01/10/1999	
Endereço Completo Rua BARAO DO RIO BRANCO, Nº 4677, JARDIM GISELA - Toledo/PR - CEP 85905-625				
Objeto Comércio atacadista de produtos farmacêuticos, psicotrópicos, produtos de higiene pessoal, perfumarias, cosméticos, correlatos, veterinários, produtos médicos e para a saúde, produtos odontológicos e laboratoriais, próteses e ortopédicos, instrumentos e materiais cirúrgicos, aparelhos e equipamentos eletro-hospitalar, eletro-médico e seus acessórios, brinquedos e material educativo e de expediente, equipamento de proteção individual e de segurança do trabalho, artigos de cama, mesa e banho, artigos esportivos, móveis e utensílios, alimentos nutricionais, produtos de higiene, limpeza e saneantes domissanitários, logística e transporte rodoviário de cargas secas.				
Capital R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Capital Integralizado R\$ 100.000,00 (cem mil reais)		Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Prazo de Duração Indeterminado	
Titular Nome ALESSANDRO JEFERSON PADILHA	CPF 040.269.629-89	Administrador S	Início do Mandato 17/02/2016	Término do Mandato Indeterminado
Dados do Administrador Nome ALESSANDRO JEFERSON PADILHA	CPF 040.269.629-89	Início do Mandato 17/02/2016	Término do Mandato Indeterminado	
Último Arquivamento Data 24/11/2020	Número 20202855279	Ato/eventos 902 / 916 - INDISPONIBILIDADE DE COTAS	Situação ATIVA Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL	
Observações: PROTOCOLO SIARCO:202855295, 202855287, 202855279, 202855260, 203541480, 203541472 PROTOCOLO EMPRESA FÁCIL: PRC2004744880 AUTOS Nº: 5008658-12.2020.4.04.7005/PR 2ª VARA FEDERAL DE CASCAVEL PROCEDER ANOTAÇÃO ACERCA DA INDISPONIBILIDADE DE COTAS EM NOME DE FRANCISCO CELIOMAR DA SILVA (CPF Nº 815.670.149-68), ODAIR JOSÉ SARTOR (CPF Nº 020.887.939-09), ALESSANDRO JEFERSON PADILHA (CPF Nº 040.269.629-89), GELSON MARTINS TEIXEIRA (CPF Nº 575.171.509-87), FÁBIO DI CASTRO ALVES (CPF Nº 881.345.049-49), NAS EMPRESAS: VILSON J HERMES & CIA LTDA (CNPJ 02.087.550/0001-15), ALVES E SARTOR LTDA - EPP (CNPJ 07.724.523/0001-20), GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP (CNPJ 03.411.908/0001-86), FERNAMED LTDA (CNPJ 04.759.433/0001-86), GENESIS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME (CNPJ 23.738.031/0001-40), MG3 COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 02.342.272/0001-03), 24/11/2020 FG				

Esta certidão foi emitida automaticamente em 10/12/2021, às 11:10:54 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código 5SEYQK99.



PRC2109511388

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

[Handwritten signature]

1 de 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **23/02/2021 14:37:55 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa GREEN FARMACEUTICA EIRELI - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 50232302217723452375-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

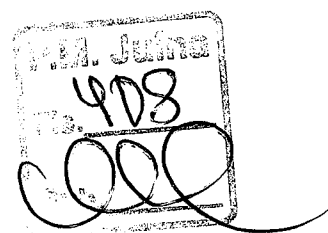
CHAVE DIGITAL

0005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b70d2ba90a6ad04ecfb017a61fefca2c533b8eab90cc23e79b2ab25c11ce5564e8bccf75cc40fac2e95c925d4bc7cf9d0b17c0907e67d868b4e0feb43dbbe6f11



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001.





DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

Ao Poder Executivo Municipal;

Município de Juína – Mato Grosso;

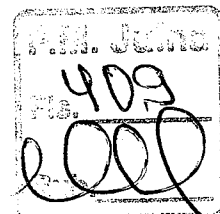
A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP** CNPJ n.º **03.411.908/0001-86**, endereço **Rua Barão do Rio Branco n.º 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR** por intermédio de seu representante legal Sr. (a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador da Carteira de Identidade RG n.º **7.210.997-0 SSP/PR** e do CPF n.º **040.269.629-89**, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para efeitos do Pregão Eletrônico n.º **040/2021**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4.º, inciso VII, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, estando ciente das penalidades cabíveis. DECLARA ainda que conhece e aceita o inteiro teor do edital mencionado acima, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e

TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677,
Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná



**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS
BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP**, com sede **Rua Barão do Rio Branco nº 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR**, inscrita no CNPJ **03.411.908/0001-86** e com inscrição estadual **nº90635779-84**, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador(a) da cédula de identidade nº **7.210.997-0 SSP/PR** e do CPF nº **040.269.629-89**, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

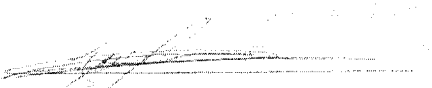
() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

(X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPRESA INDIVIDUAL, conforme artigo 68 da Lei Complementar nº. 123 e alterações, de 14/12/2006 e resolução CGSN nº. 58, de 27 de abril de 2009;

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.



Josimar Ikert
CPF: 063.096.369-01
RG 98099590 SSP/PR
CRC PR 064094/O-2

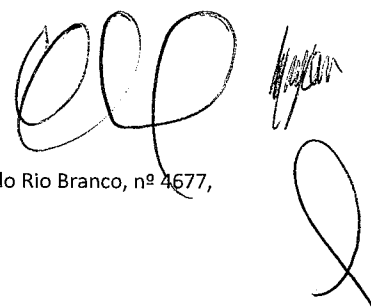


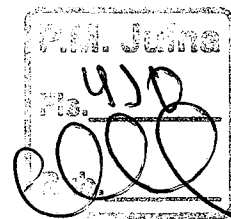
Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Josimar Ikert
CPF: 063.096.369-01
RG 98099590 SSP/PR
CRC PR 064094/O-2

Alessandro Jeferson Padilha
CPF 040.269.629-89
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
Proprietário

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677,
Jardim Gisela CEP: 85.905-625 Toledo - Paraná





DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Pregão Eletrônico n.º 040/2021

Ao Poder Executivo Municipal;

Município de Juína – Mato Grosso;

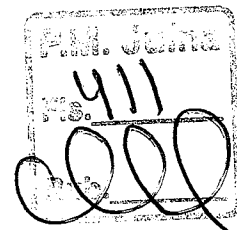
A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP** CNPJ n.º 03.411.908/0001-86, endereço **Rua Barão do Rio Branco n.º 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR** por intermédio de seu representante legal Sr. (a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador da Carteira de Identidade RG n.º 7.210.997-0 SSP/PR e do CPF n.º 040.269.629-89, DECLARA, sob as penas das Lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório mencionado acima, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677,
Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

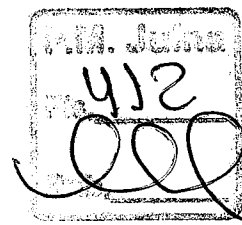
A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP**, com sede **Rua Barão do Rio Branco nº 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR**, inscrita no CNPJ **03.411.908/0001-86** e com inscrição estadual nº **90635779-84**, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador(a) da cédula de identidade nº **7.210.997-0 SSP/PR** e do CPF nº **040.269.629-89**, declara que não possui em seu quadro societário ocupantes de cargos eletivos de Vereador do Município de Juína/MT (Art. 19, I, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal), Prefeito do Município de Juína/MT (Art. 58, II, da Lei Orgânica Municipal), Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e Senador ou Presidente da República;

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário



DECLARAÇÃO

A empresa **Green Farmacêutica Eireli - EPP** CNPJ n.º 03.411.908/0001-86, endereço **Rua Barão do Rio Branco n.º 4677, Jardim Gisela, Toledo/PR** por intermédio de seu representante legal Sr. (a) **Alessandro Jeferson Padilha**, portador da Carteira de Identidade RG n.º 7.210.997-0 SSP/PR e do CPF n.º 040.269.629-89, declaro para os devidos fins licitatórios do Pregão Eletrônico n.º 031/2021, que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital deste Pregão, ressalvado o direito recursal, (bem como que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123/06, e Lei complementar 147/2014), que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação, que

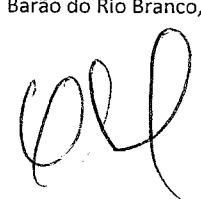
DECLARANDO, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará aplicação de penalidade à declarante.

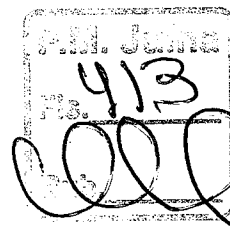
TOLEDO/ PARANÁ, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677,
Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná





FICHA CADASTRAL

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2021

A EMPRESA **Green Farmacêutica Eireli - EPP**, apresenta, a seguir, os dados de **Alessandro Jeferson Padilha** seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura da eventual ata de registro:

Razão Social da proponente: **Green Farmacêutica Eireli - EPP**,

Endereço: **Rua Barão do Rio Branco, nº4677, Jardim Gisela, Toledo/Paraná**

CEP: **85.905-625** Cidade: **Toledo** Estado: **Paraná**

CNPJ: nº **03.411.908/0001-86** Nº de Registro na Junta Comercial: **20177438088**

Data de registro: **10/11/2017** Inscrição Estadual: nº **90635779-84**

Inscrição Municipal/ISS (alvará): nº **981916**

Nº do telefone: **(45) 3252-0086** ou **(45)3053-0077**

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato, (aac): **Alessandro Jeferson Padilha**

Função do representante legal, (aac): **Proprietário**

Endereço residencial do representante legal: **Rua Anne Russ, nº444, Jardim Coopagro**

Cidade Toledo/PR CEP: **85.903-508**

RG nº **7.210.997-0** SSP/PR CPF nº **040.269.629-89**

Fone/Fax: **(45) 3252-0086** E-mail: **greenlicitacao@hotmail.com**

Banco: **001 Banco do Brasil** Agência nº:**8510** Conta nº:**2259**

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

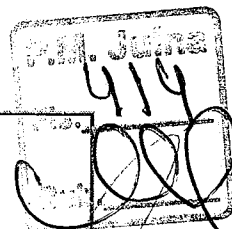
Toledo/Paraná, 19 de janeiro de 2022.

Alessandro Jeferson Padilha
GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 03.411.908/0001-86

Alessandro Jeferson Padilha
Rg. 7.210.997-0 SSP/PR
CPF 040.269.629-89
Proprietário

GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP CNPJ: 03.411.908/0001-86 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 4677,
Jardim Gisela CEP:85.905-625 Toledo - Paraná

[Handwritten signatures]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO
06.065.614/0001-38
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
15/01/2004

NOME EMPRESARIAL

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SUPERMEDICA HOSPITALAR

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

LOGRADOURO
R C159

NUMERO
686

COMPLEMENTO
QUADRA297 LOTE 18/19/20

CEP
74.255-140

BAIRRO/DISTRITO
BRO JARDIM AMERICA

MUNICÍPIO
GOIANIA

UF
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FINANCEIRO01@SUPERMEDICA.COM.BR

TELEFONE
(62) 3928-8989

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
23/10/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/12/2021 às 08:09:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
06.065.614/0001-38
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
15/01/2004

NOME EMPRESARIAL
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga
77.29-2-03 - Aluguel de material médico
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição
86.50-0-07 - Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO
R C159

NÚMERO
686

COMPLEMENTO
QUADRA297 LOTE 18/19/20

CEP
74.255-140

BAIRRO/DISTRITO
BRO JARDIM AMERICA

MUNICÍPIO
GOIANIA

UF
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FINANCEIRO01@SUPERMEDICA.COM.BR

TELEFONE
(62) 3928-8989

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
23/10/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/12/2021 às 08:09:20 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
32.996.515/0001-80
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
12/03/2019

NOME EMPRESARIAL

GRAN MED BRASIL PARTICIPACOES EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
GRAN MED BRASIL PARTICIPACOESPORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeirasCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informadaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza EmpresáriLOGRADOURO
R C 159NÚMERO
686COMPLEMENTO
QUADRA297 LÔTE 19 SALA 01CEP
74.255-140BAIRRO/DISTRITO
JARDIM AMERICAMUNICÍPIO
GOIANIAUF
GOENDEREÇO ELETRÔNICO
FINANCEIRO01@SUPERMEDICA.COM.BRTELEFONE
(62) 3928-8989

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
12/03/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/12/2021 às 08:08:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA DE GOIÂNIA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TRABALHO, CIENCIA E TECNOLOGIA
GERENCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

ALVARA DE LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO N.: 00633/2017 - SEDETEC

Tendo em vista o cumprimento das exigencias do Código de Posturas de Goiânia, conforme Termo de Vistoria Fiscal, exarado no
Processo N. 6720991 e concedido o presente Alvara de Localizacao e Funcionamento a:

RAZAO SOCIAL : SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

Inscricao do Cae: 3804976

Endereco : R C159 N. 674

QD. 297 LT. 20

Setor : BZO JARDIM AMERICA

Denominacao : SUPERMEDICA HOSPITALAR

Atividades : COMERCIAL, PRESTACIONAL

CNAE 493020200 Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional.

493020100 Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, municipal

772920300 Aluguel de material medico

311900000 Manutencao e reparacao de equipamentos e produtos nao especificados anteriormente

46400200 Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal

469310000 Comercio atacadista de mercadorias em geral, sem predominancia de alimentos ou de insumos agropecuarios

Observacoes : LICENCA AMBIENTAL DE OPERACAO:123/2015 / INSTALACAO:129/2015

ATENDE A EXIGENCIA DO USO DO SOLO COM 20 VAGAS SENDO 4 INTERNA E 16 LOGADA

DEMAIS ATIVID.USO DO SOLO NUMERO:56955681/CNAB493020100/493020200 ESCRITORIO

Area Total Ocupada em m2: 519,96 Certif. de Aprov. do Corpo de Bombeiros: 118107/16 Alvara Sanitario No.: 304503/17

Horario de Funcionamento: Dias uteis: 08:00 as 18:00 Sabados: 08:00 as 13:00 Domingos: as Feriados: as

Goiânia, 10 de Julho de 2017.

Emerson Esteves Brito

Gerente de Lic. de Ativ. Economicas

Elaine Helena Fernandes de Lima

Diretor Desenv. Economico Sustentavel

Maxwell Novalis Ferreira

Secretario

Este Alvara deve permanecer no estabelecimento em local visivel e tera validade enquanto nao se verificar mudanca de ramo e nao
ocorrerem alteracoes nas caracteristicas essenciais constantes neste documento. (Art. 112 - Lei Complementar 614, de 29/12/92)

PREFEITURA DE GOIÂNIA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TRABALHO

CIENCIA E TECNOLOGIA

COD. 155578/SEMIC



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 49741001221619023823-1
Data: 10/01/2022 17:45:07
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK53686-W9GG;



CNPJ: 06.870-9

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



PREFEITURA DE GOIANIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
D.U.A.M. - DOCUMENTO UNICO
DE ARRECADACAO MUNICIPAL

CONTRIBUINTE		COD. DEBITO:		
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI		000000380497621192022000		
INSCRICAO CADASTRAL	CPF/CNPJ			
000.0380 4976	06.065.614/0001-38			
ENDEREÇO				
R C159 QD. 297 LT. 20 NR. 686 COMPL. LOTE 18/19/20				
BRO JARDIM AMERICA GOIANIA - GO CEP 74000-000				
TRIBUTOS				
2119 - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)				
REFERENCIA	VENCIMENTO	EXERCICIO	PARCELA	EMISSAO
20/2000	20/01/2022	2022	0	10/01/2022
INFORMACOES				
INIC.ATIV.: 15/01/2004				
AREA OCUPADA ESTAB.: 919,00				
VALIDADE	QUANTIDADE DE UFIR	VALOR A RECOLHER	TAXA DE EXPEDIENTE	
20/01/2022	***** **	*****1.994,21	*****0,00	
MULTA	JUROS	DESCONTOS	TOTAL A PAGAR	
*****0,00	*****0,00	*****0,00	*****1.994,21	
MENSAGENS				
VALORES ORIGINAL E TOTAL EM REAL				
TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)				

VIA CONTRIBUINTE

86820000019-5 94210161209-8 22022012001-0 61001795000-2

10/01/22-WEB

INFORMACOES PARA USO EM PROCESSOS	
CONTRIB. : SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	
INSCRICAO : 380.497-6 CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38	
RUBRICA : 2119 ANO : 2022 PARCELA : 0	
ESPECIFICACAO: TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)	
TOTAL A PAGAR: 1.994,21	
***** 1 VIA DO DOCUMENTO *****	
NUMERO UNICO DE PROCESSAMENTO DUAM: 22012001610017950	
EMITIDO NO SISTEMA EM 10/01/2022 AS 14:18	

VIA PROCESSO

86820000019-5 94210161209-8 22022012001-0 61001795000-2

10/01/22-20/01/22-WEB

cortar aqui

cortar aqui



86820000019-5 94210161209-8 22022012001-0 61001795000-2

PREFEITURA DE GOIANIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
D.U.A.M. - DOCUMENTO UNICO
DE ARRECADACAO MUNICIPAL

CONTRIBUINTE			
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI			
INSCRICAO CADASTRAL	RUBRICA	EXERCICIO	PARCELA
000.0380 4976	2119	2022	0
VALIDADE	VENCIMENTO	QUANTIDADE DE UFIR	TOTAL A PAGAR
20/01/2022	20/01/2022	***** **	*****1.994,21

VIA BANCO

10/01/22-WEB

<https://www.goiania.go.gov.br/sistemas/scarr/asp/scarr32000f0.asp>
<https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/49741001221619023823>


CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 49741001221619023823-2

Data: 10/01/2022 17:45:08

Valor Total do Ato: R\$ 5,02

Selo Digital Tipo Normal C: AMK53687-ZAXF;



CNPJ 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145

Bairro dos Estados, João Pessoa - PB

(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

<https://azevedobastos.not.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti

Titular

TJPB



1/1

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Gabriel De Oliveira Gugelmin, em segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 17:55:31 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> e em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente do CNJ - artigo 22.



Emissão de comprovantes - 3o nível

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
10/01/2022 - AUTOATENDIMENTO - 16.47.59
4148304148 SEGUNDA VIA 0075

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA
AGENCIA: 4148-3 CONTA: 41.297-X

Convenio PREFEITURA MUN GOIANIA GO

Codigo de Barras 8682000019-5 94210161209-8
22022012001-0 61001795000-2

Data do pagamento 10/01/2022
Valor em Dinheiro 1.994,21
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 1.994,21

DOCUMENTO: 011004

AUTENTICACAO SISBB: 8.6E1.05C.45E.2AD.640

Transação efetuada com sucesso por: JD567171 FERNANDO CANEDO DE MESQUITA.

<https://autoatendimento2.bb.com.br/apf-apj-autoatendimento/index.html?v=2.3.31#/template/~2Fconsultas~2F869-1.bb>

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/49741001221619023823>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 49741001221619023823-3
Data: 10/01/2022 17:45:08
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK53688-NG15;



CNJ 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Gabriel De Oliveira Gugelmin, em segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 17:55:31 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/01/2022 18:01:25 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49741001221619023823-1 a 49741001221619023823-3

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b331a56a0a8c782f3a6897100e699eb226681e321644068dede9218a87d53859a7e765c3d36c47b0704298bcde298c13634adeb8e3242824038aa65460a47c29e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

421
0000

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**
CNPJ: **06.065.614/0001-38**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:50:34 do dia 03/01/2022 <hora e data de Brasília>
Válida até 02/07/2022.

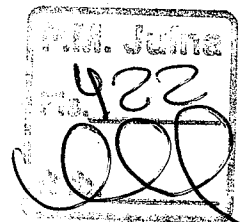
Código de controle da certidão: **6921.9616.A533.2198**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinatura]



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0035080616**

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À
SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **03/01/2022** Hora da emissão: **17:01:42**

Nome/denominação do sujeito passivo: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**
CNPJ: **06.065.614/0001-38**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE
DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:**

13.610.810-5 - SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **01/02/2022.**

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **T2U2TA92LMKLB22T**

PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇASCERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 8.645.366-1

Prazo de Validade: até 02/04/2022

CNPJ: 06.065.614/0001-38

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado e do artigo 89, inciso I e seus parágrafos 2º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

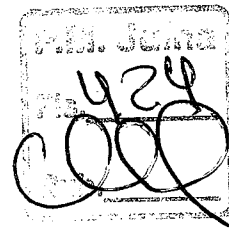
Esta CERTIDÃO abrangê as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 1º do Decreto nº 1.733 de 3 de março de 2021.

GOIANIA(GO), 3 DE JANEIRO DE 2022

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 06.065.614/0001-38**Razão Social:** SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**Endereço:** RUA C 159 674 QD 297 LT 19/20 / JD AMERICA / GOIANIA / GO / 74255-140

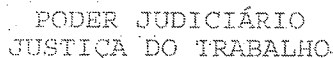
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/12/2021 a 29/01/2022**Certificação Número:** 2021123101312914987713

Informação obtida em 03/01/2022 16:38:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

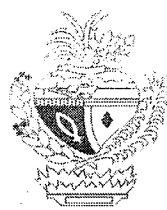


425
200

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains.

2008



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

Fls. 001
426
COLO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial Cível do
Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de
Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada
que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas,
papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos **CONSTAR, em andamento** CONTRA:

Identificação:

Requerente : SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
Profissão : PESSOA JURIDICA
CPF/CGC : 06.065.614/0001-38
Domicílio : NESTA CAPITAL

A(s) seguinte(s) distribuição(ções) e/ou registro(s) de ação(ões), como segue(m):

001) Protocolo : 0325215-32.2014.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 20ª VARA CÍVEL
Natureza : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente : VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 04/09/2014
Valor da Ação : R\$10.732,39

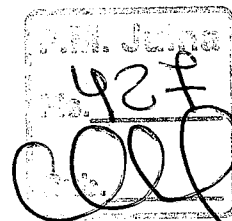
Observação: Esta Certidão contém 3 três folhas

Fls. 001
Cont. às Fls. 002
42005222079885790000





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do
Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de
Goiás, na forma da lei, etc.

.....Continuação da Certidão Positiva de: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**

002) Protocolo : 7003301-84.2019.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 21ª VARA CÍVEL
Natureza : TUTELA CÍVEL
Requerente : META DISTRIBUIÇÃO LTDA
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 02/01/2019 Valor da Ação : R\$338.714,44

003) Protocolo : 5288196-57.2021.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 19ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL
Natureza : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente : SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 10/06/2021 Valor da Ação : R\$2.294,17

004) Protocolo : 5287383-30.2021.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 29ª VARA CÍVEL
Natureza : EMBARGOS À EXECUÇÃO
Requerente : SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-SES-PB
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 10/06/2021 Valor da Ação : R\$1.000,00

Observação: Esta Certidão contém 3 três folhas

Fls. 002
Cont. às Fls. 003



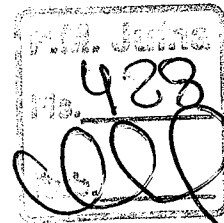
42005222079885790000



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 03/01/2022 às 17:13:59
Para validar este documento informe o código 4200 5222 0798 8579 0000 no endereço <https://cdcivel.com.br/validar-certidao>



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

.....Continuação da Certidão Positiva de: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**

005) Protocolo : 5342025-50.2021.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 10ª VARA CÍVEL
Natureza : EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL
Requerente : MUNICÍPIO DE CACOAL
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 08/07/2021 Valor da Ação : R\$12.964,16

Certifica mais que em desfavor de **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** CPF/CNPJ No.: **06.065.614/0001-38**, verificou **inexistir** quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de **Falência e Concordata**, até a presente data.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás aos tres dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (03/01/2022).

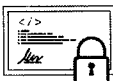
Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:R\$44,00
Valor da Taxa Judiciária.....:R\$15,82
Total.....:R\$ 59,82
Data Receita.....:03/01/2022
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 207988579

Fls. 003



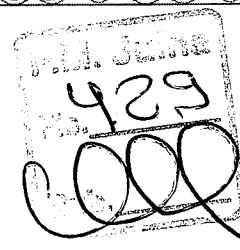
42005222079885790000



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 03/01/2022 às 17:13:59
Para validar este documento informe o código 4200 5222 0798 8579 0000 no endereço <https://cdcivel.com.br/validar-certidao>



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O. Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do
Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de
Goiás, na forma da lei, etc.

.....Continuação da Certidão Positiva de: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**

005) Protocolo : 5342025-50.2021.8.09
Juízo : GOIÂNIA - 10ª VARA CÍVEL
Natureza : EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL
Requerente : MUNICÍPIO DE CACOAL
Adv. Requerente :
Adv. Requerido :
Data Distribuição : 08/07/2021 Valor da Ação : R\$12.964,16

Certifica mais que em desfavor de **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** CPF/CNPJ No.: **06.065.614/0001-38**, verificou **inexistir** quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de **Homologação de Recuperação Extrajudicial**, até a presente data.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás aos tres dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (03/01/2022).

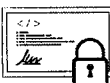
Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Fls. 003

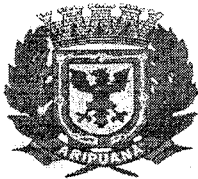


42005222079886094862

Valor da certidão.....:R\$44,00
Valor da Taxa Judiciária.....:R\$15,82
Total.....:R\$ 59,82
Data Receita.....:03/01/2022
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 207988609



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 03/01/2022 às 17:11:37
Para validar este documento informe o código 4200 5222 0798 8609 4862 no endereço <https://cdcivel.com.br/validar-certidao>



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Aripuanã
Setor de Licitação

430
COO

DECLARAMOS POR MEIO DESTA PARA OS DEVIDOS FINS LEGAIS DE DIREITO QUE A EMPRESA CONTRATADA ABAIXO QUALIFICADA EXECUTOU OS SERVIÇOS ABAIXO DISCRIMINADOS DE MANEIRA SATISFATÓRIA, CUMPRINDO COM TODAS AS SUAS RESPONSABILIDADES NÃO RESTANDO NADA QUE A DESABONE.

TECNICAMENTE ATESTAMOS AINDA QUE OS SERVIÇOS DESCRITOS SE ENCONTRAM CONCLUÍDOS E ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DE ACORDO COM O CONTRATO.

CONTRATANTE EMITENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38

ENDEREÇO: RUA C-159, Nº 674, QUADRA 297, LOTE 20, JARDIM AMÉRICA, GOIÂNIA – GO.

REPRESENTANTE LEGAL: AGNALDO DO CARMO CHAGAS

CPF: 895.030.901-72

CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A FARMÁCIA BÁSICA, AO HOSPITAL MUNICIPAL, AOS POSTOS DE SAÚDE E AO PAB, MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, MATERIAIS LABORATORIAIS, MATERIAIS HOSPITALARES DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL, MATERIAIS PARA ATENDER AOS POSTOS DE SAÚDE, PAB E SAMU, E MATERIAL DE PERMANENTE DESTINADO AO SAMU DE ARIPUANÃ – MT.

LOCAL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ – MT

PREGÃO PRESENCIAL 069/2016 ATA DE REGISTRO 074/2016 ASSINADA EM 30/08/2016. VIGÊNCIA 12

CONTRATADO (A)

NOME/RAZÃO SOCIAL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ – MT.

CNPJ: 03.507.498/0001-71

RESPONSÁVEL TÉCNICO: KAREN ANDRESSA DOS SANTOS CARAVANTE

CPF: 971.488.142-00

CRF: 4820 MT

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

MEDICAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	NOTA FISCAL	EMIÇÃO
2	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDOS	8332	06/09/2016
8	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDOS	8332	06/09/2016
10	CAPTOPRIL 25MG COMP	8332	06/09/2016
11	AMOXICILINA 250MG/ML PO PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	8332	06/09/2016
14	OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO	8332	06/09/2016
28	AMOXILINA 500MG COMP	8332	06/09/2016
30	SULFATO FERRSO 12MG/ML FE + SOL. ORAL 30ML	8332	06/09/2016



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 49741503214555011270-1
Data: 15/03/2021 11:06:04
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG30312-99RD;

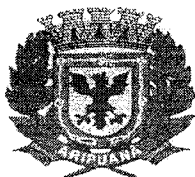


CNPJ: 06.570-0

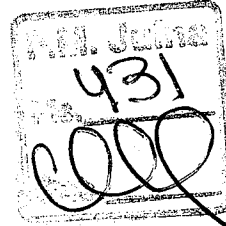
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Aripuanã
Setor de Licitação



36	CLORID. DE AMITRIPITILINA 25MG COMP		
45	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	8332	06/09/2016
55	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR.	8332	06/09/2016
68	CARVEDILOL 12,5MG.COMP.	8332	06/09/2016
69	CARBONATO DE CALCIO 500MG.COMP.	8332	06/09/2016
72	BENZILPENICILINA BENZATINA 600 00UI	8332	06/09/2016
74	AZITROMICINA 500MG COMP.	8332	06/09/2016
83	CIPROFLOXACINO 500MG.CPR	8332	06/09/2016
87	IBUPROFENO SOL. ORAL 50MG/ML 30ML	8332	06/09/2016
89	ENALAPRIL CPR 10MG	8332	06/09/2016
94	PREDNISONA COMP.20MG	8332	06/09/2016
95	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G 50GR + APLICADOR	8332	06/09/2016
96	MICONAZOL CREME VAGINAL 2.0%+C/APLICADOR 80G.	8332	06/09/2016
97	PASTA DE AGUA 100G.	8332	06/09/2016
101	PROPANOLOL 40MG CPR	8332	06/09/2016
103	SINVASTATINA 20MG COMP	8332	06/09/2016
179	DIPIRONA COMP. 500MG	8332	06/09/2016

LABORATÓRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	NOTA FISCAL	EMIÇÃO
430	INDICADOR BIOLOGICO P/ MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR C/25	8969	28/09/2016
442	FOLHA TESTE BOWIE-DICK C/ 50 P/ AUTOCLAVES A VAPOR EQUIPADAS COM SISTEMA DE VAGUO	8969	28/09/2016

MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	NOTA FISCAL	EMIÇÃO
372	FILME PARA RAO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 35 CM C/100	10348	18/11/2016
384	FILME PARA RAO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 30 X 40 CM C/100	10348	18/11/2016
397	FILME PARA RAO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 43 CM C/100	10348	18/11/2016
398	FIXADOR PARA RAO X MANUAL CX 4x2.08 P/ FAZER 4x9.5	10348	18/11/2016
391	REVELADOR P/ RAO X MANUAL CX C/ 4X2 08LTRS PARA FAZER 4X9 5LTRS	10348	18/11/2016

Aripuanã, 20 de fevereiro de 2017

Handwritten signature of Karen Andressa dos Santos Caravante

Karen Andressa dos Santos Caravante
Fundo Municipal de Saúde de Aripuanã - MT
CNPJ 03.507.498/0001-74
Fone: (66) 3565-3900

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/49741503214555011270>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 49741503214555011270-2
Data: 15/03/2021 11:06:05
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG30313-98PI;

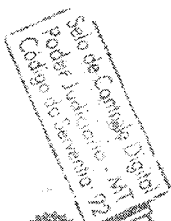
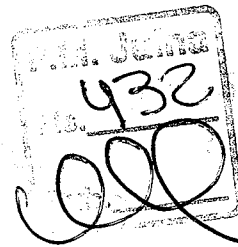


Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Baixo dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 15 de março de 2021 11:06:16 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital foi convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas - Proclamação nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. Pe. Exuperiano Ramalho nº 426 - Centro - Arapuanã - Mato Grosso - Fone: (66) 3325-1172 / Fax: (66) 3365-1945
cartorioarapuanã@gmail.com

Tabellão e Oficial: Domingos Gonçalves de Paula

Reconheço por semelhança a (s) firma (s) de: KAREN ANDRESSA DOS SANTOS CARAVANTE CPF: 97148814-220 (1132)

Selo: AXE-51486 Cod.: 22 Emol: R\$ 5,90 R\$ 0,24

Consulte: www.tjmt.gov.br/selos

Arapuanã-MT, 23 de fevereiro de 2021

Dou Fé. Em testemunho da Verdade

Domingos Gonçalves de Paula Oficial e Tabellão

Domingos Gonçalves de Paula

Tabellão e Oficial

2º Ofício Arapuanã - MT

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/49741503214555011270>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 49741503214555011270-3
Data: 15/03/2021 11:06:05
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG30314-DCCO;



CNU: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos

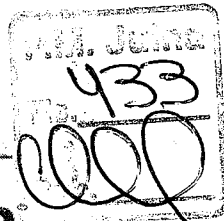
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 15 de março de 2021 11:06:16 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação de Notas. Provimento nº 100/2020 CNU - artigo 22.



ATO CONSTITUTIVO
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

AGNALDO DO CARMO CHAGAS, brasileiro, divorciado, empresário, nascido no dia 10/08/1979, inscrito no CPF sob o nº 895.030.901-72, e Carteira de Identidade nº 3628359 2ª Via, expedida pela DGPC/GO em 28/04/2006, filho de Arlindo Das Chagas Cassemiro e de Lazara do Carmo Das Chagas, residente e domiciliado a Avenida Independência, Qd. 223, Lt. 01/39, Apto. 1702, BL. B, Condomínio Ilha Bela, Setor Façalville, Goiânia - GO, CEP: 74.350-823.

A parte acima identificada constitui a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA-EIRELI, mediante as seguintes condições:

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula 1ª. A empresa girará sob o nome empresarial **GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI**.

ENDEREÇO DA SEDE

Cláusula 2ª. A empresa terá sede na: Rua C-159, nº 686, Qd. 297, Lt. 19, Sala 01, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74.255-140.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª. O capital será de R\$ 100.000 (Cem Mil Reais), integralizado neste ato em moeda corrente do País e representado por uma quota de igual valor nominal.

OBJETO

Cláusula 4ª. A empresa terá por objeto: Holdings de instituições não financeiras.

PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 5ª. A empresa iniciará suas atividades em 08 de Março de 2019, e seu prazo de duração será indeterminado.



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/03/2019 10:10 SOB Nº 52600782011.
PROTOCOLO: 190271221 DE 11/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901089480. NIRE: 52600782011.
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/03/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br



ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6ª. A administração da empresa será exercida por seu titular.

Cláusula 7ª. O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DECLARAÇÃO DO TITULAR

Cláusula 8ª. Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 9ª: O titular declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAIS.

Cláusula 10ª: A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no País ou fora dele, mediante alteração do ato constitutivo.

RETIRADAS

Cláusula 11ª. O titular terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, o qual será previamente acertado sem a necessidade de alteração.

José Afonso Pereira Júnior
OAB/GO 26.260



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/03/2019 10:10 SOB Nº 52600782011
PROTOCOLO: 190271221 DE 11/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901089480. NIRE: 52600782011.
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/03/2019

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br



435
000

BALANÇO E BALANCETES

Cláusula 12ª. No dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, o titular juntamente com o representante da empresa responsável pela contabilidade, procederão com a elaboração do balanço anual.

Cláusula 13ª. Depois de elaborado balanço serão contabilizados os lucros e os prejuízos os quais serão repassados ao titular da empresa. Caso haja prejuízo a mesma o suportará.

Cláusula 14ª. Os balancetes serão elaborados especificamente por empresa e ou profissional de contabilidade devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás.

PREJUÍZOS

Cláusula 15ª. Verificados prejuízos nos balancetes mensais, os mesmos serão suportados pela empresa. Contudo, responsabiliza-se a titular de forma ilimitada e solidariamente quando causar prejuízos a terceiros ou a esta, agindo com excesso de mandato, violando o ato constitutivo ou o disposto em Lei.

REGISTRO E ALTERAÇÕES

Cláusula 16ª. O titular acorda que dentro de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da assinatura do presente instrumento, registrará e procederá com todos os trâmites legais concernentes à empresa.

Cláusula 17ª. As alterações serão elaboradas a qualquer tempo, devendo seguir todos os trâmites legais para sua validade. Após serem registradas na Junta Comercial competente, terão validade imediata entre as partes e terceiros.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18ª. O exercício financeiro da empresa corresponderá ao ano civil.

Cláusula 19ª. O presente ato passa a vigorar a partir da assinatura do mesmo.

José Afonso Pereira Júnior
OAB/GO 26.269



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/03/2019 10:10 SOB Nº 52600782011.
PROTOCOLO: 190271221 DE 11/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901089480. NIRE: 52600782011.
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/03/2019

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

SOMO

P.M. Junta
436
000

DO FORO

Cláusula 20ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente **ATO CONSTITUTIVO**, o titular elege o foro da comarca de Goiânia, no Estado do Goiás, e firma o presente instrumento, em 01 (uma) via, para registro e arquivamento na junta comercial do Estado de Goiás.

Goiânia - GO, 08 de Março de 2019.

1º tab.

Aginaldo do Carmo Chagas
AGNALDO DO CARMO CHAGAS

CARTÓRIO JOÃO TEIXEIRA

Reconheço VERDADEIRA a assinatura de
305337 - AGNALDO DO CARMO CHAGAS
Pessoa por mim devidamente identificada e
Havendo sido aposta em minha presença. Dou Fe
Goiânia/GO - 11/03/2019 11:57:58 - U - 57
Nr. Selo Eletrônico - 02011902141005084608932

Em Testemunho *MT* da verdade
Marita Teixeira Rodrigues da Cunha

1º TABELIONATO
CARTÓRIO JOÃO TEIXEIRA
Marita T. Rodrigues da Cunha
Escrevente
marita@cartoriojoaoteixeira.net.br

José Afonso Pereira Júnior
OAB/GO 28.269

Use Exclusivo da Junta Comercial



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/03/2019 10:10 SOB Nº 52600782011.
PROTOCOLO: 190271221 DE 11/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901089480. NIRE: 52600782011.
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/03/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

[Handwritten signature]

431
000**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELINATUREZA JURÍDICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 60079115-0	06.065.614/0001-38	15/01/2004	15/01/2004

ENDEREÇO RUA C159NÚMERO 686 COMPLEMENTO QUADRA297 LOTE 18/19/20 BAIRRO BRO JARDIM AMERICAMUNICÍPIO GOIÂNIA ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EXERCIDA PELA PRÓPRIA EMPRESA, COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO INCLUSIVE CONTROLADOS, PRODUTOS DE CONSUMO LABORATORIAIS, BANCO DE SANGUE E FARMACEUTICOS DE USO HOSPITALAR, INSUMOS FARMACEUTICOS INSTRUMENTOS, MATERIAIS, PRODUTOS PARA SAÚDE E CORRELATOS EM GERAL PARA USO MEDICO, CIRURGICOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS, ARTIGOS TECNICOS-CIENTIFICOS, FARMACEUTICOS, ODONTOLOGOS, ENFERMEIROS, HOSPITAIS, POLICLINICAS, CASAS DE SAÚDE, CLINICAS RADIOLOGICAS, PRONTO SOCORROS, LABORATORIOS, BANCO DE SANGUE, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES E LABORATORIAIS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA ROUPARIA HOSPITALAR MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA EMBALAGEM ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE MOVEIS SANEANTES, APARELHOS ELETRONICOS TAIS SISTEMAS ELETRONICOS DE SEGURANCA, ALARMES, CIRCUITO FECHADO DE TV E CAMERAS DE VIDEO EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIAS ARTIGOS EM GERAL PARA MEDICAÇÃO, TESTE E CONTROLE DE TRATAMENTO DE AGUA, EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCENDIOS, COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO COMPLEMENTOS, SUPLEMENTOS E OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS ARTIGOS PARA AGRICULTURA E AGROPECUARIA ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIENTIFICOS TRANSPORTE MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E ESTADUAL DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL, CORRELATOS/PRODUTOS PARA SAÚDE, COSMÉTICOS, SANEANTES E ALIMENTOS PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO MATERIAL ELETRICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, TAIS NUTRIÇÃO INFANTIL, ENTERAL E PARENTAL COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS ATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO ATIVIDADE DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTAL DEPOSITO DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA-MOVEIS ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DE TRANSPORTE COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FORMULAS COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMÉRCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA.

CAPITAL R\$ 700.000,00

SETECENTOS MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Nºo

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 700.000,00

SETECENTOS MIL REAIS

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

TITULAR			
NOME / CPF	ADMINISTRADOR	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
AGNALDO DO CARMO CHAGAS / 895.030.901-72	NÃO	15/01/2004	07/03/2019
GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÃO EIRELI / 32.996.515	SIM	14/03/2019	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / INÍCIO DO MANDATO / TÉRMINO DO MANDATO			
NOME	CPF	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
AGNALDO DO CARMO CHAGAS	895.030.901-72	15/01/2004	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 05/07/2021NÚMERO 20215673875ATO ALTERAÇÃOSITUAÇÃO DAS FILIAIS
REGISTRO ATIVO

EVENTO(S)

continua

Página: 1 / 2

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

NATUREZA JURÍDICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE (Sede)

CNPJ

52 60079115-0

06.065.614/0001-38

ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

STATUS XXXXXXXXXXXXX

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

- NIRE: 53 92001693-0

CNPJ: 06.065.614/0002-19

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)

TRECHO SIA TRECHO 03/04, SN e LOTE 625 E 695 BLOCO B SALA 222, ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASÍLIA, DF, 71200-030, Brasil

Assinatura inválida

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO Rossi, DN: cn=90076864104

Date: 2022.01.06 11:00:41 BRT

Reason: Autenticação de Certidão Simplificada

Location: Goiânia - GO

Protocolo: 229998812

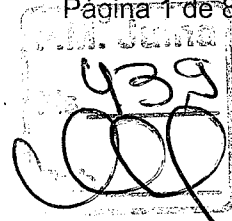
Chave de segurança: Zrm7q

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço.

<http://servicos.juceg.go.gov.br/>

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida:
AGNALDO DO CARMO CHAGAS, 89503090172
Goiânia, 6 de Janeiro de 2022



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38 NIRE: 5260079115-0

NONA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI, situada na rua C-159, N° 686, Qd. 297, Lt. 19, sala 01, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74.255-140, inscrita no CNPJ sob nº 32.996.515/0001-80, com seu Ato de Constituição devidamente registrado e arquivado na junta comercial do Estado de Goiás – JUCEG, sob o seu NIRE 52600782011 em sessão de 14/03/2019, neste ato representada por seu representante legal **AGNALDO DO CARMO CHAGAS**, brasileiro, casado, sob regime de separação absoluta de bens, empresário, nascido no dia 10/08/1979, inscrito no CPF sob o nº 895.030.901-72, e carteira de Identidade nº 3628359 2ª via, expedida pela DGPC/GO em 28/04/2006, residente e domiciliado na Rua C 159, nº 674, Quadra 297, Lote 20, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74255-140;

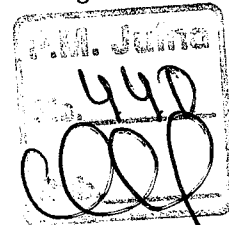
Titular da empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, situada na Rua C-159, N° 686, QD 297, LT 18/19/20, Jardim América, Goiânia – GO, CEP: 74.255-140, com seu ato devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, sob o NIRE 52600791150, **resolve** por este instrumento particular, alterar e consolidar o ato constitutivo da **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**, na forma do disposto nos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei 10.406/2002), que rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – CRIAÇÃO DA FILIAL Nº 01:

Fica nesta data criada a filial nº 01 (um) da empresa:

Endereço: **SIA Trecho 03/04, Lote 625, 695, Bloco B, Sala 222, Guara- DF, CEP: 71.200-030;**

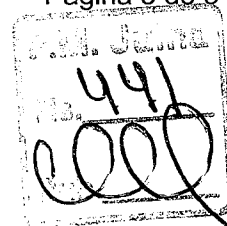
Início de atividades: **A filial ora criada iniciará suas atividades na data do registro e arquivamento deste ato na junta comercial da filial;**



Capital: **Sem destaque de Capital para a filial ora criada;**

Objetivo Social: **A filial possui o mesmo objetivo social da matriz.**

Cláusula Segunda – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO – O objeto passa a ser: Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar partes e peças; Comercio atacadista de outras maquinas e equipamentos partes e peças; Manutenção e reparação de equipamentos e produtos; Comercio atacadista especializado em outros produtos alimentícios; Comercio atacadista de produtos alimentícios; Comercio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; Comercio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho; Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comercio atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comercio atacadista de produtos odontológicos; Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal; Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; Comercio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria; Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de equipamentos de informática; Comercio atacadista de suprimentos para informática; Comercio atacadista de material elétrico; Comercio atacadista de materiais de construção; Comercio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos; Comercio atacadista de embalagens; Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; Comercio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; Comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças,



intermunicipal, interestadual e internacional; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Organização logística do transporte de carga; Aluguel de material médico; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas; Comércio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos de colchoaria.

Cláusula Terceira – As demais cláusulas e condições não alteradas neste ato continuam em vigor em suas redações originais.

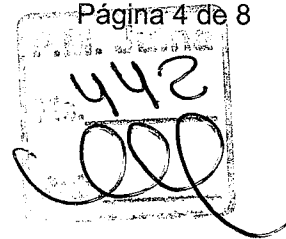
SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38 NIRE: 5260079115-0

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI, situada na rua C-159, N° 686, Qd. 297, Lt. 19, sala 01, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74.255-140, inscrita no CNPJ sob nº 32.996.515/0001-80, com seu Ato de Constituição devidamente registrado e arquivado na junta comercial do Estado de Goiás – JUCEG, sob o seu NIRE 52600782011 em sessão de 12/03/2019, neste ato representada por seu representante legal **AGNALDO DO CARMO CHAGAS**, brasileiro, casado, sob regime de separação absoluta de bens, empresário, nascido no dia 10/08/1979, inscrito no CPF sob o nº 895.030.901-72, e carteira de Identidade nº 3628359 2ª via, expedida pela DGPC/GO em 28/04/2006, filho de Arlindo Das Chagas Cassemiro e de Lazara Do Carmo Das Chagas, residente e domiciliado na Rua C 159, nº 674, Quadra 297, Lote 20, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74255-140

Titular da empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, situada na Rua C-159, N° 686, QD. 297, LT.



18/19/20, Jardim América, Goiânia – GO, CEP: 74.255-140, com seu ato devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, sob. o NIRE 52600791150, resolve na melhor forma de direito proceder à consolidação de acordo com as cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula Primeira – A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, gira sob o nome empresarial de **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, com sede na **Rua C-159 Qd. 297 Lt. 18/19/20, nº 686, Jardim América, Goiânia- GO, CEP: 74.255-140**, devidamente inscrita no CNPJ sob número **06.065.614/0001-38**, podendo, a qualquer tempo, a critério da sua titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Primeiro – Filial – 01

Endereço: **SIA Trecho 03/04, Lote 625, 695, Bloco B, Sala 222, Guara- DF, CEP: 71.200-030;**

Início de atividades: **A filial ora criada iniciará suas atividades na data do registro e arquivamento deste ato na junta comercial da filial;**

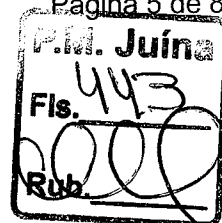
Capital: **Sem destaque de Capital para a filial ora criada;**

Objetivo Social: **A filial possui o mesmo objetivo social da matriz.**

Parágrafo Segundo- A empresa pode abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

DO OBJETO

Cláusula Segunda – A empresa tem como objeto: Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar partes e peças; Comercio atacadista de outras maquinas e equipamentos partes e peças; Manutenção e reparação de equipamentos e produtos; Comercio atacadista especializado em outros produtos alimentícios; Comercio atacadista de produtos alimentícios; Comercio



atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; Comercio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho; Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comercio atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comercio atacadista de produtos odontológicos; Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal; Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; Comercio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria; Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico; Comercio atacadista de equipamentos de informática; Comercio atacadista de suprimentos para informática; Comercio atacadista de material elétrico; Comercio atacadista de materiais de construção; Comercio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos; Comercio atacadista de embalagens; Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; Comercio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; Comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Organização logística do transporte de carga; Aluguel de material médico; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas; Comércio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos de colchoaria.

DO CAPITAL

Cláusula Quarta – O capital social é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), integralizado em moeda corrente do país e representado por uma quota de igual valor nominal.



DO PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Terceira – A empresa iniciou suas atividades em 15 de janeiro de 2004 e seu prazo de duração é indeterminado.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Quinta – A administração da empresa é exercida pelo administrador não titular **AGNALDO DO CARMO CHAGAS**.

DO EXERCÍCIO, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula Sexta – O término de cada exercício será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

DA DECLARAÇÃO

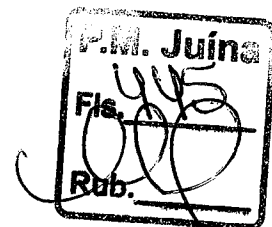
Cláusula Sétima – Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

DO DESIMPEDIMENTO

Cláusula Oitava – O administrador não titular declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DA RETIRADA

Cláusula Nona – O administrador não titular poderá fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.



DO FALECIMENTO

Cláusula Décima – Falecendo ou interditado o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DO FORO

Cláusula Décima Primeira – Fica eleito o foro da cidade de Goiânia, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DA TRANSCRIÇÃO

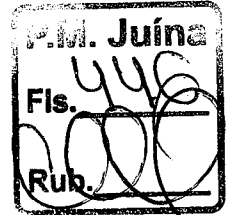
Todas as cláusulas do ato constitutivo e posteriores alterações, passam a vigorar mediante a presente transcrição.

E, por estar justa, obriga-se a cumprir fielmente todas as cláusulas do presente ato constitutivo, assinando-o em única via, destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás, para que produza os efeitos legais.

Goiânia - GO, 22 de junho de 2021

GRAN MED BRASIL PARTICIPAÇÕES EIRELI

Representada por AGNALDO DO CARMO CHAGAS



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI consta assinado digitalmente por:

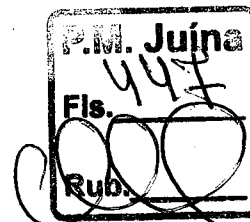
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
89503090172	AGNALDO DO CARMO CHAGAS



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/07/2021 17:31 SOB Nº 20215673875.
PROTOCOLO: 215673875 DE 05/07/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104786033. CNPJ DA SEDE: 06065614000138.
NIRE: 52600791150. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/06/2021.
SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
LACTEIRA NACIONAL DE HABITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1862847030

PROIBIDO PLASTIFICAR
1862847030

NOME: AGNALDO DO CARMO CHAGAS

CPF: 3628353-00PC-00

CPF: 855.036.901-72 DATA NASCIMENTO: 10/08/1979

PLACAO: ARLINDO DAS CHAGAS CASSEMIRO LAZARA DO CARMO DAS CHAGAS

PERMISSÃO: 15/05/1999

DATA: 08/05/2019

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO TITULAR

GOIÁS

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 23 de julho de 2021 12:18:12 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital foi emitido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas (Pravir) 10/09/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/49742307213894559969-1>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 49742307213894559969-1
Data: 23/07/2021 12:02:17
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV13392-ZSHV;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Boiro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

P.M. Juína
448
Fis.
0000
RUA DE JOÃO

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 23/07/2021 13:33:12 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 49742307213894559969-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b21a2777e5e14b2241136a29e7c5dba54b4d387f3324d9043683f1666954eb60f43f9aaa605588f5815aa3b319ff2bb934a
deb8e3242824038aa65460a47c29e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Assinatura manuscrita]

**ANEXO VI
DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

**À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021**

A Signatária **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº **06.065.614/0001-38**, sediada Rua C-159, nº 686, Quadra 297, Lotes 18/19/20, Jardim América, Goiânia/GO, por seu Representante Legal/Preposto abaixo assinado, vem **DECLARAR**, sob as penas da Lei, para efeitos do **Pregão Eletrônico nº 040/2021**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4.º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, estando ciente das penalidades cabíveis. **DECLARA** ainda que conhece e aceita o inteiro teor do edital mencionado acima, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

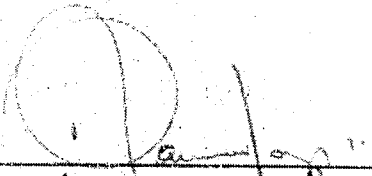
DECLARA para todos os que para fins do inciso XXXIII, do art. 7.º, da Constituição Federal de 1998, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

(Ressalva: se empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.)

DECLARA, sob as penas da Lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório mencionado acima, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame.

Goiânia - GO, 18 de janeiro de 2022.



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

AGNALDO DO CARMO CHAGAS

Diretor

RG nº 3628359 DGPC/GO

CPF nº 895.030.901-72

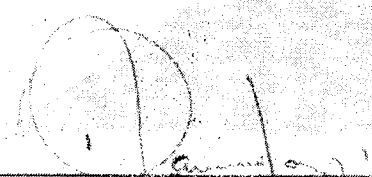
ANEXO VII
TERMO DE COMPROMISSO DE MANTER O E-MAIL ATUALIZADO DURANTE A
CONTRATUALIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA -- MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

A Signatária **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº **06.065.614/0001-38**, sediada Rua C-159, nº 686, Quadra 297, Lotes 18/19/20, Jardim América, Goiânia/GO, através de seu representante legal o Sr. **AGNALDO DO CARMO CHAGAS**, brasileiro, divorciado, empresário, portador(a) da Cédula de Identidade nº 3628359 DGPC/GO e CPF nº 895.030.901-72, pelo presente Termo de Compromisso, e na melhor forma de direito, para efeitos do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2021**, COMPROMETE-SE A MANTER O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE E-MAIL INFORMADO, SEMPRE ATUALIZADO E DISPONÍVEL DURANTE TODA A CONTRATUALIDADE, para fins de receber da Administração Pública Municipal o envio de notificação por inexecução contratual, prazos em geral, abertura de processos administrativos, decisões de requerimentos, imposições de multas, inscrição em dívida ativa e todas as demais pertinentes a execução contratual, estando plenamente ciente que, o não recebimento de tais atos, em razão da desatualização ou indisponibilidade do endereço eletrônico de e-mail informado, é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, inclusive, por eventuais preclusões de prazos procedimentais pertinentes a execução do contrato, salvo se de forma expressa a legislação vigente prever outro meio para cientificação.

EMAIL: suporte@supermedica.com.br / gestorcomercial@supermedica.com.br

Goiânia - GO, 18 de janeiro de 2022.



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

AGNALDO DO CARMO CHAGAS

Diretor

RG nº 3628359 DGPC/GO

CPF nº 895.030.901-72

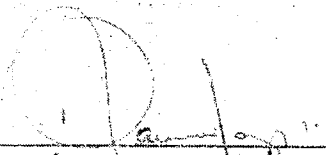
DECLARAÇÕES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

A empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº 06.065.614/0001-38, sediada Rua C-159, nº 686, Quadra 297, Lotes 18/19/20, Jardim América, Goiânia/GO, declara, sob as penas da lei que:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- ✓ Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- ✓ Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- ✓ Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- ✓ Declaro sob as penas da Lei, que cumpro a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Goiânia - GO, 18 de janeiro de 2022.


SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
AGNALDO DO CARMO CHAGAS
Diretor
RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

**À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021**

Tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a entrega do objeto, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos, taxas e demais custos incidentes.

LICITANTE: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ Nº 06.065.614/0001-38 **INSCRIÇÃO ESTADUAL GO** - 10.603.975-0
E-MAIL: suporte@supermedica.com.br **Fone:** (62) 3928-8989. **Celular:** (62) 9.9855-7499.
ENDEREÇO: Rua C-159, Nº 686, Quadra 297, Lote 18/19/20, Jardim América, Goiânia/GO, CEP: 74.255-140.
Conta Corrente: 41.297-X. **Agência:** 4148-3. **Banco:** Banco do Brasil.

DADOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO:

Nome: Agnaldo do Carmo Chagas. **RG nº** 3628359 DGPC/GO - **CPF nº** 895.030.901-72.
Naturalidade: Brasileira - **Estado Civil:** Divorciado. **Cargo:** Diretor - **Profissão:** Empresário.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: efetivo pagamento que acontecerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente a entrega dos produtos

PRAZO DE ENTREGA: 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento

Comprometemo-nos a fornecer o produto nas especificações, no prazo e condições previstos no Edital.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação.

Goiânia - GO, 18 de janeiro de 2022.



**SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
AGNALDO DO CARMO CHAGAS**

Diretor

**RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72**

ANEXO V
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

A empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, apresenta, a seguir, os dados de **AGNALDO DO CARMO CHAGAS** seu representante legal para assinatura da eventual ata de registro:

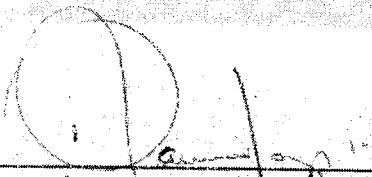
Nome: Agnaldo do Carmo Chagas.
RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72.
Naturalidade: Brasileira
Estado Civil: Divorciado.
Cargo: Diretor
Profissão: Empresário

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

LICITANTE: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ Nº 06.065.614/0001-38 **INSCRIÇÃO ESTADUAL GO** - 10.603.975-0
E-MAIL: suporte@supermedica.com.br **Fone:** (62) 3928-8989. **Celular:** (62) 9.9855-7499.
ENDEREÇO: Rua C-159, Nº 686, Quadra 297, Lote 18/19/20, Jardim América, Goiânia/GO,
CEP: 74.255-140.
Conta Corrente: 41.297-X. **Agência:** 4148-3. **Banco:** Banco do Brasil.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Goiânia - GO, 18 de janeiro de 2022.



SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
AGNALDO DO CARMO CHAGAS

Diretor

RG nº 3628359 DGPC/GO
CPF nº 895.030.901-72



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
28.418.133/0001-00
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
15/08/2017

NOME EMPRESARIAL

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

MED VITTA

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.12-5-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

AV DAS LARANJEIRAS

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

QUADRA45 LOTE 0006-E GALPAO03

CEP

74.913-122

BAIRRO/DISTRITO

PARQUE PRIMAVERA

MUNICÍPIO

APARECIDA DE GOIANIA

UF
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO

FARMACEUTICA@MEDVITTADIST.COM.BR

TELEFONE

(62) 3416-8300

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

15/08/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

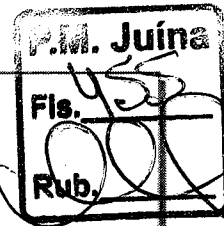
SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/01/2022 às 08:18:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA
SECRETARIA DA FAZENDA
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº 2017013648

CCP: 14273443 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 3110032303
TIPO DO ALVARÁ: Indeterminado
DUAM: 0
DATA DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ: 19/10/2017

Nos termos do artigo 132 da lei complementar nº 46 de 21/12/2011, fica **CONCEDIDO O ALVARÁ DA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** da empresa/profissional autônomo **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ/CPF nº 28.418.133/0001-00, para exercer suas atividades empresariais à **AVENIDA DAS LARANJEIRAS**, Qd. 045 Lt. 006E nº S/N Complemento: GALPAO 03 Bairro: PARQUE PRIMAVERA, neste Município.

Obs: ESTE ALVARÁ POSSUI VALIDADE APENAS COM: AS LICENÇAS TÉCNICAS PARA FUNCIONAMENTO VIGENTES AUTORIZANDO AS ATIVIDADES NO LOCAL, E ENQUANTO NÃO HOUVER ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO E / OU ATIVIDADE. CONFORME DECRETO Nº. 08 DE 14/01/2016..

Início da atividade: 15/08/2017

Atividade econômica principal:

COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

Atividade econômica secundária:

REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, MINERAIS, PRODUTOS SIDERÚRGICOS E QUÍMICOS. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL. COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO. COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS. COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR. COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. COMÉRCIO

Área Ocupada: 793,84

Ingrid Karolline Rios Bello

Matrícula: 39673

Atergente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

a autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/12/2021 11:22:47 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 92642106191334410231-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6cc941d027ba18c5093e3918a0b82e4a3f8865205486eac669a1a48b0b867ac96c7bc66afc9de5bf88c5ae0c0b4ac9a87
eea1f266bfc82028683ad15da46e05e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.100-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Handwritten signatures and initials]

APARECIDA

APARECIDA

P.M. Juína
Fls. 45
Rub

CSC: OFF: 26418 1330001-00
Nome: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 Lt. 006E

CSC: OFF: 26418 1330001-00
Nome: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 Lt. 006E

Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

NÃO RECEBER ARROZ
VENCIMENTO

Tributo: 10 - TL - ALVARÁ FUNCIONAMENTO Duam: 31711654
Exercício: 0/2020 Data Pagamento: 28/02/2020

Tributo: 10 - TL - ALVARÁ FUNCIONAMENTO Duam: 31711654
Exercício: 0/2020 Data Pagamento: 28/02/2020

Parcela: ÚNICA	TL/FUN	723,21
Data de Emissão: 29/01/2020	Valor Pago:	0,00
Data Vencimento: 28/02/2020	Saldo:	723,21
	Valor Juros:	0,00
	Valor Multa:	0,00
	Atualização:	0,00
	Valor Desconto:	0,00
	Total a Pagar:	723,21

Parcela: ÚNICA	TL/FUN	723,21
Data de Emissão: 29/01/2020	Valor Pago:	0,00
Data Vencimento: 28/02/2020	Saldo:	723,21
Área do Terreno:	Valor Juros:	0,00
Null	Valor Multa:	0,00
Fração Sub Lota	Atualização:	0,00
Valor Vencid:	Valor Desconto:	0,00
Alíquota:	Total a Pagar:	723,21

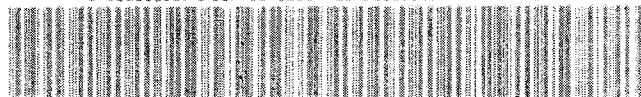
Cd: 0Cep: 14273443

Cd: 0Cep: 14273443

Pagável nos Bancos: Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, SICCOB, Caixa Econômica Federal e Agência Luterense

81690000007-5 23210243202-7 00228000000-7 31711654000-4

23 FUNCIONARIOS DECLARADOS



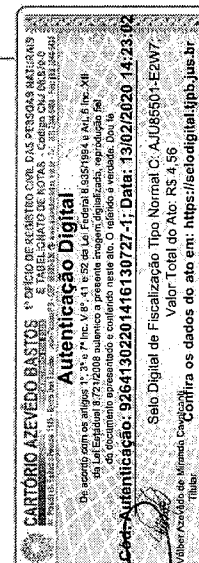
SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
10/02/2020 - AUTOATENDIMENTO - 09.17.49
4146304148 SEGUNDA VIA 0017

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: MED VITTA C PRD HOSP LTDA
AGENCIA: 4143-3 CONTA: 23.807-4
Corrente PREF ALDA GOIANIA
Codigo de Barras 816900000007-5 23210243202-7
002280000000-7 31711654000-4
Data do pagamento 07/02/2020
Valor em Dinheiro 723,21
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 723,21

DOCUMENTO: 020715
AUTENTICACAO SISBB: 2.000.8A3.6C4.DF3.9E2

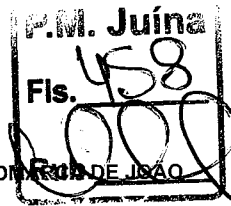
Transação efetuada com sucesso por: JC421800 JOEL HENRIQUE FRANCO DE FREITAS.



Handwritten signature and initials.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

... autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/12/2021 11:22:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

***Código de Autenticação Digital:** 92641302201416130727-1

***Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6cc941d027ba18c5093e3918a0b82e4a1d1f245887ededdeca0287dacbb3bf8d2f59df34602e40358ff8ef128b5e008d7e
ea1f266bfc82028683ad15da46e05e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.100-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL Operação

Nº DA LICENÇA: 2019004843

CCP:	14273443	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	3110032303
TIPO DO ALVARÁ:	Definitivo		
DATA DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ:	18/07/2019		
DATA DE VALIDADE:	18/07/2023		
ÁREA A SER CONSTRUÍDA:	0,00		

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.555, de 23 de novembro de 2005, considerando o conteúdo da Lei nº 6.938/81 e de acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/1997, concede a LICENÇA AMBIENTAL Operação a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 14273443, inscrita no CPF/CNPJ nº 28.418.133/0001-00, nas condições abaixo especificadas:

1. Estabelecimento

1.1. Endereço: Avenida AVENIDA DAS LARANJEIRAS, nº S/N, qd 045, IL. 006E, GALPAO 03 PARQUE PRIMAVERA

1.2. Bacia hidrográfica: do Rio Meia Ponte.

1.3. Área Construída: 793,84

2 Atividades Licenciadas:

CÓDIGO	PRINC	NOME ATIVIDADE	RAMO	DT INI	DT FIM	VALGR
4612500	NAO	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, MINERAIS, PRODUTOS SIDERÚRGICOS E QUÍMICOS		15/08/2017		0,00
4639701	NAO	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL		15/08/2017		0,00
4642702	NAO	COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO		15/08/2017		0,00
4644301	SIM	COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO		15/08/2017		0,00
4653101	NAO	COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS				

Rua João Batista de Toledo, Nº 14 - Centro - Aparecida de Goiânia - GO
CIP: 74.980-060 - Fones: 3545-4024 / 3545-5866 - E-mail: semmaapg@hotmail.com



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 92640207200103642537-4
Data: 02/07/2020 17:45:07
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79229-ISOZ;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 62 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e produzido. O referido é verdade. Dou fé. Confira os dados do ato em: <https://seiodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/92640207200103642537>

CODIGO	PRINC	NOME ATIVIDADE	RAMO	DT INI	DT FIM	VALOR
4645103	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS		15/08/2017		0,00
4646003	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA		15/08/2017		0,00
4649408	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR		15/08/2017		0,00
4651001	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		15/08/2017		0,00
4652100	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO		15/08/2017		0,00
4664800	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS, E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS		15/08/2017		0,00
4669399	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PEÇAS		15/08/2017		0,00
4683106	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO		15/08/2017		0,00
4684199	NAO	COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE		15/08/2017		0,00
4930201	NAO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS MUNICIPAIS		15/08/2017		0,00
4939205	NAO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL		15/08/2017		0,00

P.M. Juína
Fls. 480
Rub.

3. Exigências Técnicas

3.1. A PRESENTE LICENÇA ESTÁ SENDO CONCEDIDA COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO 2019041024 E NÃO DISPENSA E NEM SUBSTITUI OUTROS ALVARÁS OU CERTIDÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.

3.2 O FUNCIONAMENTO E AS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO, NÃO PODERÃO CAUSAR TRANSTORNOS AO MEIO AMBIENTE E/OU A TERCEIROS, DENTRO OU FORA DE SUA ÁREA.

3.3 TODOS OS RESÍDUOS SÓLIDOS E/OU SEMI-SÓLIDOS GERADOS PELAS ATIVIDADES DA EMPRESA, DEVERÃO TER ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADOS, E EM LOCAL DE CONHECIMENTO DESTA SECRETARIA;

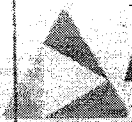
3.4 PROMOVER O TRATAMENTO, O ACONDICIONAMENTO E A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE MANEIRA QUE OS TORNEM INÓCUOS AOS EMPREGADOS E À COLETIVIDADE, CONFORME ART. 129 DA LEI MUNICIPAL 792/88.

3.5 A AMPLIAÇÃO E/OU DIVERSIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES, DEVERÃO SER COMUNICADAS PREVIAMENTE A ESTA SECRETARIA.

3.6 A SEMMA DEVERÁ SER COMUNICADA, IMEDIATAMENTE, EM CASO DE ACIDENTES QUE ENVOLVAM O MEIO AMBIENTE.

3.7 A QUALQUER MOMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PODERÁ FAZER NOVAS EXIGÊNCIAS CASO SEJA NECESSÁRIO.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. Confira os dados do ato em: https://seidigital.jpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.net.br/documento/92640207200103642537



PREFEITURA DE
APARECIDA

Fazendo cada vez mais

SEMMA
SUSTENTABILIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DE APARECIDA DE GOIÂNIA

P.M. Juína
Fls. 461
Rubrica

3.8 A RENOVAÇÃO DA PRESENTE LICENÇA DEVERÁ SER REQUERIDA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS DA EXPIRAÇÃO DE SEU PRAZO DE VALIDADE, FICANDO PRORROGADO ATÉ A MANIFESTAÇÃO DEFINITIVA DESTES ÓRGÃO.

3.9 É PROIBIDO DEPOSITAR OU DESCARREGAR QUALQUER ESPÉCIE DE LIXO, INCLUSIVE RESÍDUOS DE QUALQUER NATUREZA, EM TERRENOS LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANAS E DE EXPANSÃO URBANA DESTES MUNICÍPIO, CONFORME ART. 131 DA LEI MUNICIPAL 792/88.

3.10 É PROIBIDO QUEIMAR LIXO OU QUALSQUER DETRITOS OU OBJETOS EM QUANTIDADE CAPAZ DE MOLESTAR A VIZINHANÇA, CONFORME ART. 10, VII, DA LEI MUNICIPAL 792/88.

3.11 TODAS AS FONTES POTENCIALMENTE POLUIDORAS SEJAM ATMOSFÉRICA, SONORA, HÍDRICA E VIBRAÇÕES DEVERÃO SER MANTIDAS DENTRO DOS NÍVEIS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.

3.12 APRESENTAR NESTA SECRETARIA O RTA RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA);

3.13 A SEMMA RESERVA-SE NO DIREITO DE REVOGAR A PRESENTE LICENÇA NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES ACIMA OU DE QUALQUER DISPOSITIVO QUE FIRA A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE, A EMISSÃO OU FALSA DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES QUE SUBSIDIAM A SUA EXPEDIÇÃO, OU SUPERVENIÊNCIA DE GRAVES RISCOS AMBIENTAIS.

4. Responsável

WIVIANE LOPES VENANCIO

TARCÍSIO MENDONÇA FERREIRA - Mat. 27035
Supervisão Técnica

ÉRICA OLIVEIRA DA SILVA - Mat. 40290
Coordenadora de Licenciamento Ambiental

CLAUDIO EVERSON DA SILVA E SOUZA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Rua João Battista de Toledo, Nº 16 - Centro - Aparecida de Goiânia - GO
CEP: 74.980-060 - Fones: 3545-6024 / 3545-5866 - E-mail: semmaapg@hotmail.com



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 92640207200103642537-2
Data: 02/07/2020 17:45:07
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79227-V6HS;



CNPJ: 06.870-9

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJPB



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e o registro no sistema de arquivamento. Confirma os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/92640207/210103642537>
O referido é verdade. Dou fé.



CPF: 28.418.133/0001-00 Insc. Munic.: 0
Nome: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 Lt. 006E
Complam.:
Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

Tributo: 27 - TL - ATIV.DE RISCOS E POLUIÇÃO M.A. Duam: 31291788
Exercício: 0/2019 Data Pagamento: 12/06/2019
Parcela: ÚNICA TL/LAPMA 375,16
Data de Emissão: 17/05/2019 TESD/DAM 3,13
Data Vencimento: 12/06/2019 Valor Pago: 0,00
Área do Terreno: Saldo: 375,29
Valor Juros: 0,00
Fração Sub Lote: Valor Multa: 0,00
Valor Venal: 0,00 Atualização: 0,00
Alíquota: 0,00 Valor Desconto: 0,00
Total a Pagar: 375,29
Cot. 00Cp: 14273443

Pagável nos Bancos: Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, SICOOB, Caixa Econômica Federal ou Agências Lotéricas

10/2019



CGC / CPF: 28.418.133/0001-00
Nome: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 Lt. 006E
Complam.:
Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

Tributo: 27 - TL - ATIV.DE RISCOS E POLUIÇÃO M. Duam: 31291788
Exercício: 0/2019 Data Pagamento: 12/06/2019
Parcela: ÚNICA TL/LAPMA 375,16
Data de Emissão: 17/05/2019 TESD/DAM 3,13
Data Vencimento: 12/06/2019 Valor Pago: 0,00
Área do Terreno: Saldo: 375,29
Valor Juros: 0,00
Fração Sub Lote: Valor Multa: 0,00
Valor Venal: 0,00 Atualização: 0,00
Alíquota: 0,00 Valor Desconto: 0,00
Total a Pagar: 375,29
Cot. 00Cp: 14273443

81680000003-5 78290243201-5 90612000000-3 31291788000-6



SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
17/05/2019 - AUTOATENDIMENTO - 13.33.02
4148304148 SEGUNDA VIA 0050

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

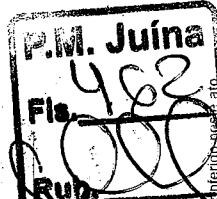
CLIENTE: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
AGENCIA: 4148-3 CONTAS: 43 807-4

Convenio PREF APDA BOTANICA
Codigo de Barras 81680000003-5 78290243201-5
90612000000-3 31291788000-6

Data do pagamento: 17/05/2019
Valor em Dinheiro: 375,29
Valor em Cheque: 0,00
Valor Total: 375,29

DOCUMENTO: 051705
AUTENTICACAO SISBA: 1 880.P11.CE6.D0E.3AS

Transação efetuada com sucesso por: JC421800 JOEL HENRIQUE FRANCO DE FREITAS



NÃO RECEBER APOS
VENCIMENTO

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Handwritten signature of Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti.

Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 92640207200103642537-3
Data: 02/07/2020 17:45:07
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79228-XBKL



CARTÓRIO Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/12/2021 11:20:35 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 92640207200103642537-1 a 92640207200103642537-4

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6cc941d027ba18c5093e3918a0b82e4a74f13028cd78e528d09498f42aafb6df201d9764e4b59fa490643f9fb669bd67ee
a1f266bfc82028683ad15da46e05e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Handwritten signature and date 02/08/2021.



CGC / CPF: 28.418.133/0001-00 Insc. Munic.: 3110032303
Nome: MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 LL 006E
Compl.:
Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

Tributo: 22475 - TL - PARA LOCALIZAÇÃO E Duam: 31937161
Exercício: 0/2021 Data Pagamento: 01/03/2021
Parcela: ÚNICA TL/LOC/FUNC 603,81
Data de Emissão: Valor Pago: 0,00
Data Vencimento: 01/03/2021 Saldo: 603,81
Área do Terreno: Valor Juros: 0,00
Valor Multa: 0,00
Fração Sub Lote: Atualização: 0,00
Valor Venal: 0,00
Alíquota: 0,00 Valor Desconto: 0,00
Total a Pagar: 603,81

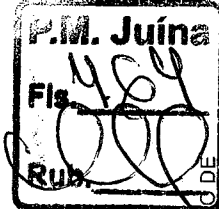
Cod. CCep: 14273443



CGC / CPF: 28.418.133/0001-00
Nome: MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: AVENIDA DAS LARANJEIRAS Qd. 045 LL 006E
Compl.:
Cidade: APARECIDA DE GOIANIA - GO
Bairro: PARQUE PRIMAVERA

Tributo: 22475 - TL - PARA LOCALIZAÇÃO E Duam: 31937161
Exercício: 0/2021 Data Pagamento: 01/03/2021
Parcela: ÚNICA TL/LOC/FUNC 603,81
Data de Emissão: Valor Pago: 0,00
Data Vencimento: 01/03/2021 Saldo: 603,81
Área do Terreno: Valor Juros: 0,00
Valor Multa: 0,00
Fração Sub Lote: Atualização: 0,00
Valor Venal: 0,00
Alíquota: 0,00 Valor Desconto: 0,00
Total a Pagar: 603,81

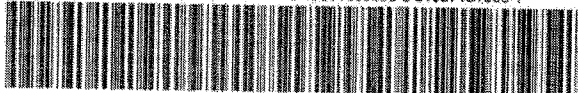
Cod. CCep: 14273443



Pagável nos Bancos: Itau, Banco do Brasil, Bradesco, SICOOB, Caixa Econômica Federal ou Agências Lotéricas

Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, lançada com base no grau de risco da atividade econômica, estabelecida pela portaria nº 02 de 03 de Fevereiro de 2020, bem como a área (m²) ocupada pelo estabelecimento, de 793,84 m², constante do cadastro único do município. Discordando do lançamento, a reclamação e pedido de revisão deverá ser dirigida ao e-mail licencas@aparecida.go.gov.br com os seguintes dados: CNPJ nº: Razão Social: Área (m²) ocupada pelo estabelecimento:

8167000006-9 03810243202-8 10301000000-0 31937161000-1



Emissão de comprovantes - Autorizável

G3360509333444891
05/01/2021 09:37:51

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
05/01/2021 - AUTOTENDIMENTO - 09.37.47
4148304148 SEGUNDA VIA 0016

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: MED VITA C PRO HOSP LTDA
AGENCIA: 4148-3 GOIANIA 23.807-4
Convenio PREF APDA GOIANIA
Codigo de Barras 8167000006-9 03810243202-8
10301000000-0 31937161000-1
Data do pagamento: 01/03/2021
Valor em Dinheiro: 603,81
Valor em Cheque: 0,00
Valor Total: 603,81

DOCUMENTO: 010401
AUTENTICACAO SISBB: 7.903.587.125.FEB.700

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/92643103211519250909>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 92643103211519250909-1
Data: 31/03/2021 14:37:39
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI60095-02H9;



CNJ: 06.870-4

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 31 de março de 2021 14:38:56 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.com.br através de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 (TJ) - artigo 2º

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **31/03/2021 15:49:53 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

Código de Autenticação Digital: 92643103211519250909-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be4ea046cedffc3b88252cb65577fe4fd58766fce1070a468879c17e8a964db778559bfb985e1d6612428bf15a9bcc5a47e
ea1f266bfc82028683ad15da46e05e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

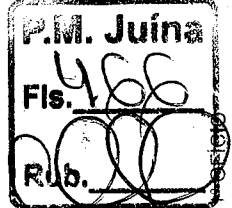


[Assinatura manuscrita]

FUNDO ESP MUNICIPAL BOMBEIROS

AV. MAJOR MANOEL AUGUSTO SILVA BRANDÃO, S/N, APARECIDA DE GOIÂNIA-GO - CEP: 74954-410

CNPJ: 22.100.219/0001-03 FONE: (62) 3201-7050 EMAIL: 7bbm@bombeiros.go.gov.br



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS FEMBOM (FUNDO MUNICIPAL BOMBEIRO MILITAR)



Emissão de comprovantes - Autorizável

03361917033452591
190442021 17:49:17

17/07/2021 - SAO PAULO - SP - 17:00:00
21/07/2021

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BOMBEIRO

PAQUETE DE PAGAMENTO DE BOMBEIRO
PAQUETE DE PAGAMENTO DE BOMBEIRO
PAQUETE DE PAGAMENTO DE BOMBEIRO
PAQUETE DE PAGAMENTO DE BOMBEIRO

1845618611000002485
BOMBEIRO MILITAR
FONTE: BOMBEIRO MILITAR
CNPJ: 22.100.219/0001-03
BOMBEIRO MILITAR
FONTE: BOMBEIRO MILITAR
CNPJ: 22.100.219/0001-03
BOMBEIRO MILITAR
FONTE: BOMBEIRO MILITAR
CNPJ: 22.100.219/0001-03

NR. AUTENTICAÇÃO: 0.000.000.000.000.000
CNPJ: 22.100.219/0001-03
CNPJ: 22.100.219/0001-03
CNPJ: 22.100.219/0001-03

Contrato de Arrendamento
0000 0000 Capital e recursos metropolitanos
0980 128 0000 Remessa tributação
Consultar informações e serviços tributários

SAC BR
0800 729 3122
Informações, reclamações, cancelamento de
produtos e serviços.

Sequência
0000 128 0000
Informações e reclamações de produtos
e serviços.

Vencimento a ser cobrado no dia de Vencimento
0000 128 0000
Informações, reclamações, cancelamento de produtos
e serviços.

Formação emitida com sucesso por: 0000 128 0000 JÓEL HENRIQUE FRANCO DE FREITAS

idade bombeiro militar mais
(62) 3201-7050

Área 793,83 M2

1845618611000002485

Valor	Quantidade	Nosso número
\$		14000000010335084
(R) Valor do Documento		R\$ 248,97
(R) Valor Cobrado		

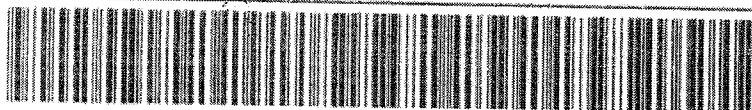
0001-00

Autenticação Mecânica

Corte na linha

084561861100000248

Local de pagamento					Vencimento	
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.					05/05/2021	
Beneficiário					CPF/CNPJ	Agência / Código do Beneficiário
FUNDO ESP MUNICIPAL BOMBEIROS					22.100.219/0001-03	4981/620576-3
Data do Documento	Nº do Documento	Especie Doc.	Acate	Data Processamento	Nosso Número	
05/04/2021	10335084	DM	N	05/04/2021	14000000010335084-0	
Uso do Boleto	Carteira	Especie Moeda	Quantidade Moeda	Valor	(R) Valor do Documento	
	RG	R\$			R\$ 248,97	
Instruções (texto de responsabilidade do Beneficiário)					(R) Desconto	
Não conceder qualquer desconto ou abatimento.					(R) Outros deduções / Abatimentos	
Não incide encargos se pagamento após o vencimento					(R) Mora e Multa / Juros	
Devolver após 10/05/2021					(R) Outros acréscimos	
O serviço será realizado após o pagamento deste boleto.					(R) Valor Cobrado	
7º BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR						
Protocolo: 63430/21 - VISTORIA PARA FUNCIONAMENTO- Área 793,83 M2						
Telefone: (62) 3201-7050						
Pagador					CPF/CNPJ: 28.418.133/0001-00	
MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME					Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145	
AVENIDA LARANJEIRAS QD: 45 LT: 0006 Nº: S/N, PARQUE PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO. CEP: 74913-122					Bairro dos Estados, João Pessoa - PB	
FUNDADOR/AVULSO					CPF/CNPJ: 22.100.219/0001-03	
FUNDO ESP MUNICIPAL BOMBEIROS					Av. MAJOR MANOEL AUGUSTO SILVA BRANDÃO, S/N, APARECIDA DE GOIÂNIA-GO - CEP: 74954-410	



Autenticação - Ficha de Compens.

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
https://azevedobastos.net.br

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/92640507217713978143>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 92640507217713978143-2
Data: 05/07/2021 08:22:47
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALS23857-3DVC;

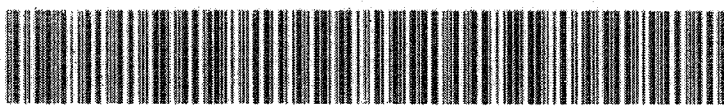


Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
https://azevedobastos.net.br

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 5 de julho de 2021 08:32:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



8587 0000 020-0 0377 0250 260-9 2542 1104 013-6 7154 2100 000-0

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA ECONOMIA

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS - DARE 5.1

FUNEBOM

FUNDO ESPEC REAP MODERNIZAÇÃO - FUNEBOM

Nº 12602542110401371

Contribuinte

ED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 28.418.133/0001-0

Endereço

/ DAS LARANJEIRAS QD 45 LT 0006-E N. S/N GALPÃO 03 - PARQUE

Município

APARECIDA DE GOIANIA

UF

GO

DDD/Telefone

Identificação Bancária

Data e Hora de Emissão: 25/03/2021 / 16:55:

Validade do cálculo:

14/04/2021

Total a recolher:

2.003,77

8587 0000 020-0 0377 0250 260-9 2542 1104 013-6 7154 2100 000-0

2ª Via Contribuinte

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA ECONOMIA

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS - DARE 5.1

FUNEBOM

FUNDO ESPEC REAP MODERNIZAÇÃO - FUNEBOM

Nº 12602542110401371

Contribuinte

ED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Endereço

/ DAS LARANJEIRAS QD 45 LT 0006-E N. S/N GALPÃO 03 - PARQUE

Município

APARECIDA DE GOIANIA

UF

GO

DDD/Telefone

Descrição

97 - TAXA DE UTILIZAÇÃO POTENCIAL DO SERVIÇO DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO

Alíneas

Valores (R\$)

Valor Original (11229923)

2.003,77

3 - TAXA DE UTILIZACAO POTENCIAL SERVIÇO EXTINÇÃO DE INCÊNDIO TPI

Protocolo Outros Órgãos

10328824

Data de Vencimento

14/04/2021

Condição Pagamento

4111

Referência

Instantâneo

Parcela

Informações complementares

Data e Hora de Emissão: 25/03/2021 / 16:55:57

Validade do cálculo:

14/04/2021

Ano: 2021

Cnaes: 4644301 00 - 793,83m2 Área Total: 793,83m2

Total a recolher:

2.003,77

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SISBR - Sistema de Informática do SICOOB

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CONVÊNIO

Hora: 15:36:04

Data: 19/04/2021

Cooperativa:

3300 / SICOOB LOJICRED

Conta:

7.715-0 / MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -

Convênio

Sefaz Go - Dare 0250

Código de barras

85870000020037702602602542110401371542100000

No. agendamento:

2.072.730

Nau:

211030155047

Data agendamento:

13/04/2021 11:36:07

Data pagamento:

13/04/2021

Valor do documento:

0,00

Valor dos juros:

0,00

Valor da multa:

0,00

Outros encargos:

0,00

Valor do desconto:

0,00

Outras deduções:

0,00

Valor total:

2.003,77

Autenticação:

9D02A8B9-8867-4871-994D-7C55A50A2C87

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

Handwritten signature and stamp.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 5 de julho de 2021 08:32:05 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - 01010 DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br e/ou no site de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - e-130-22

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/92640507217713978143>

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 92640507217713978143-3

Data: 05/07/2021 08:22:47

Valor Total do Ato: R\$ 4,66

Selo Digital Tipo Normal C: ALS23858-XUTV;



Cartório Azevedo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145

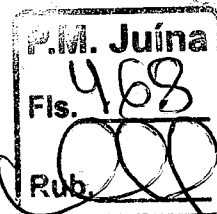
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB

(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti

Titular





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 08/07/2021 11:19:28 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 92640507217713978143-1 a 92640507217713978143-3

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b9a64783cbecadee7cf28d9c13ce8bf5fcb60344358e283fd60b792a90737f4a010d40c1d3d4166fb5b3dcd5a2ab770b7e
ea1f266bfc82028683ad15da46e05e



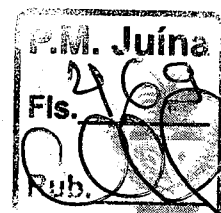
Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001.



[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR



CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

PROTOCOLO:
63430/21

Razão Social

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -

CNPJ/CPF

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Nome Fantasia

MED VITTA

Fone

(62)991738206

Finalidade

FUNCIONAMENTO

Número CBMGO

2101622910

Projeto Aprovado

197035/19

CNAE

4644301

Endereço

AVENIDA LARANJEIRAS, QD.:45 LT.:0006, Nº S/N, GALPAO 03, PARQUE PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIÂNIA, 74913122

Ocupação/Uso

Comercial

Divisão

C-2

Descrição

comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CNAE Secundário

NÃO INFORMADO

Divisão

NÃO INFORMADO

Descrição CNAE Secundário

NÃO INFORMADO

Carga de Incêndio

1000.0 MJ/m²

Área Construída

793.830017089843

Altura

terreo

Risco

MÉDIO

Quartel Responsável

7º BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR

Data de emissão

16/08/2021

Data de validade

03/05/2022

Observação:

art: 1020210147589; 1020210145412;

obs.: sistema preventivo existente: 3 extintor po 20-b:c; 1 extintor co2 5-b:c; 3 extintor agua 2-a; 1 extintor po 2-a:20-b:c; .

Este Certificado de Conformidade deve permanecer na edificação a ser afixado em local visível ao público.

É responsabilidade do responsável, a qualquer título, da edificação ou área de risco a manutenção das medidas de segurança contra incêndio e

Estará sujeito às sanções previstas na Lei 15.802/2006 (cassação, multa, interdição, embargo e outras) o responsável, a qualquer título, que:

-utilizar ou destinar, de forma diversa de sua finalidade, quaisquer equipamentos de segurança contra incêndio e pânico instalados ou que fazem parte das edificações;

Código de controle do CERCON: 7360ff3820cc

A autenticidade deste Certificado deverá ser confirmada na página do

<http://www.bombeiros.go.gov.br>

Unidade de Atendimento: 7º batalhão bombeiro militar

APARECIDA DE GOIÂNIA, 16 de agosto de 2021.

7bbm@bombeiros.go.gov.br

av. escultor veiga vale esq c/ rua marjor manioel augusto, s/n, parque veiga jardim, aparecida de goiânia,

Telefone para dúvidas e consultas: (62) 3201-7050

EMERGÊNCIA
LIGUE
193



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **28.418.133/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:44:19 do dia 03/01/2022 <hora e data de Brasília>.

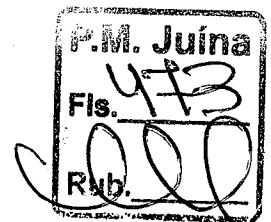
Válida até 02/07/2022

Código de controle da certidão: **933C.3F54.F1C0.C225**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS



CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 30346712

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -

CNPJ
28.418.133/0001-00

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:
<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.548.856.555

EMITIDA VIA INTERNET

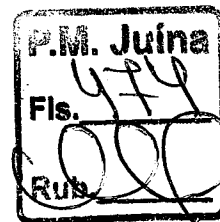
SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 3 JANEIRO DE 2022

HORA: 8:33:59:4



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS



CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 30346692

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

CASSIO MARTINS DE FREITAS

CPF-MF

032.868.041-93

DESPACHO:

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

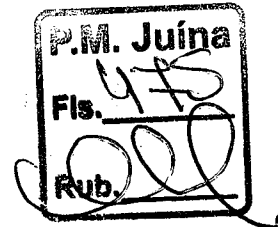
VALIDADOR: 5.555.851.532.965

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 3 JANEIRO DE 2022

HORA: 8:33:17



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

CERTIDÃO NÚMERO 1543352

DADOS DO CONTRIBUINTE:

SUJEITO PASSIVO: **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**
CPF/CNPJ: **28418133000100** INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **0**
ENDEREÇO: **AVENIDA DAS LARANJEIRAS, GALPAO 03, Qd. 045, Lt. 006E, Bairro: PARQUE PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO**

CERTIDÃO E FUNDAMENTO LEGAL:

Certifica-se, nos termos dos artigos 367 e 368 da Lei Complementar Municipal nº 046/2011, para os fins de direito, que o sujeito passivo não possui pendência em seu nome e/ou imóvel acima citado, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, até a presente data.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal lançar e cobrar quaisquer dívidas tributárias de responsabilidade do sujeito passivo acima epigrafado, que vierem a ser apuradas e constituídas.

Finalidade:

SEGURANÇA:

VALIDADE ATÉ: Quarta-feira 02 Fevereiro 2022.

EMITIDA: Segunda-feira 03 Janeiro 2022 às 08:48:02

Código de Validação: 127971543352

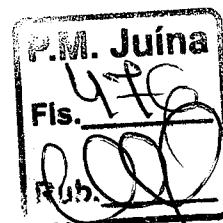
Certidão emitida gratuitamente.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade no portal :www.aparecida.go.gov.br e/ou através do QRCode

QRCode





Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 28.418.133/0001-00**Razão Social:** MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**Endereço:** AV DAS LARANJEIRAS SN QD 45 LT 6E GALP 03 / PARQUE PRIMAVERA /
APARECIDA DE GOIANIA / GO / 74913-122

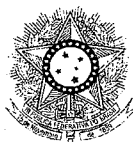
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

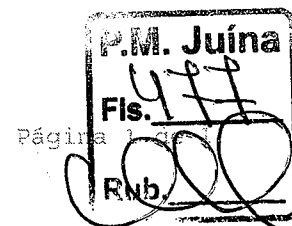
Validade: 23/12/2021 a 21/01/2022**Certificação Número:** 2021122304141404291476

Informação obtida em 03/01/2022 08:46:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Certidão nº: 714/2022

Expedição: 03/01/2022, às 08:58:44

Validade: 01/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.418.133/0001-00, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

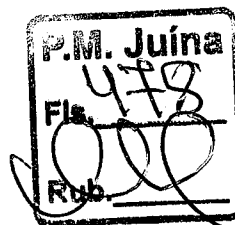
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS



N.
o : 104180248961

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente : MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ : 28418133000100

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

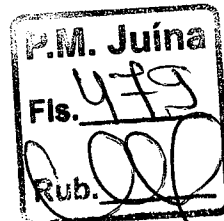
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104180248961

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 3 de janeiro de 2022, às 09:01:55
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 3 de janeiro de 2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA



N.
o : 104180228927

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA, NADA CONSTA **contra**:

Requerente : MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ : 28418133000100

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a **informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104180228927

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 3 de janeiro de 2022, às 09:02:50

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 3 de janeiro de 2022

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº **28.418.133/0001-00**, estabelecida na Avenida DAS LARANJEIRAS, QD. 45, LT. 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.913-122, forneceu de maneira satisfatória, obedecendo prazos, quantidades e preços estabelecidos no contrato, para o **Fundo Municipal de Saúde de Porteirão - GO**, inscrita sob o CNPJ nº **11.517.053/0001-09**, com sede na Rua Mato Grosso, nº 838, Centro, CEP. 75.603-000 – Porteirão/GO, o(s) produto(s), abaixo especificados:

QTD	UND	DESCRIÇÃO DO EDITAL	MARCA / FABRICANTE
240		OMEPRAZOL INJ 40 MG	BLAU
1.000	UND	CEFTRIAXONA INJ 1G IV	BLAU
600		COMPLEXO B INJE 100X2ML	HYPOFARMA
2.000		DEXAMETASONA INJ 4 MG/ML	HYPOFARMA
1.000		DIPIRONA INJ 500 MG/ML	SANTISA
90		RISPERIDONA CPR 2 MG	UNIÃO QUÍMICA
3.000		SERINGA DESC 03 ML	SR
40		LUVA P/ PROCEDIMENTO TAMANHO M CX C/ 100	LENGRUBER
5		CATETER IV N. 20 CX C/ 100	MEDIX

1) Número do Pregão/Ato de Registro: Pregão Presencial nº 09/2021;

2) Vigência: 12 meses.

3) Objeto do contrato: registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à população e materiais de uso hospitalar para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Atestamos, ainda, que os serviços foram executados com qualidade, não existindo, em nossos registros fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade da empresa com as obrigações assumidas.

Bruna Ferreira Gomes

Farmacêutica
CRF GO 17203

Porteirão, 26 de outubro de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FARM. BRUNA FERREIRA GOMES

Secretaria Municipal de Saúde – Porteirão/GO
Rua Mato Grosso, 933 - CEP 75603-000
Fone: (64) 3643-1383

MED VITTA
COMÉRCIO DE
PRODUTOS
HOSPITALARES
LTDA
28418133000100

Assinado eletronicamente pelo(a) MED VITTA
COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CPF: 28.418.133/0001-00
Assinado por: BRUNA FERREIRA GOMES
CPF: 030.908.808-00
Data: 2021.10.26 15:43:33
Assinado por: BRUNA FERREIRA GOMES
CPF: 030.908.808-00
Data: 2021.10.26 15:43:33

Para obter os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/92641101222513068142>

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 92641101222513068142-1
Data: 11/01/2022 15:43:33
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK54668-SVAK;



CNJ: 06.970-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 16:03:13 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**MED VITTA
COMERCIO DE
PRODUTOS
HOSPITALARES
LTDA:**
28418133000100



CARTÓRIO



C.N.J. 06-870-0


Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

பொது



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 16:03:13 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticar. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio da autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - 11/1/22

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 17:08:30 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 92641101222513068142-1 a 92641101222513068142-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0359e366e34f440b8e2e01b93c4607f715cdf9407c39fa482e0018ce3b153699e74b0598cf01f2b16e595ecb770b35047e
ea1f266bfc82028683ad15da46e05e

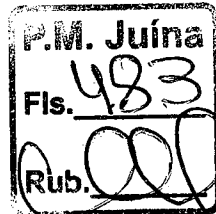


Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





ESTADO DE GOIAS
Fundo Municipal de Saude FMS



Ata de Registro de Preço, para:

Solicitação para abertura de Processo Licitatório, visando eventual aquisição de Medicamentos da Atenção Básica, Controlados e Materiais Hospitalares para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, desta municipalidade.

Processo Licitatório Nº: 9/2021 Processo Adm. Nº: 1724/2021

Validade: 12(doze) meses

Às 09:00 horas do dia 28/04/2021, no(a) Fundo Municipal de Saude FMS, reuniram-se na SALA DE LICITAÇÃO, situada à RUA MATO GROSSO, 838, CENTRO 01, PORTEIRÃO, CEP: 75.603-000, Fone: 6436431144, Fax: 6436431144, inscrito no CNPJ sob o nº 11.517.053/0001-09, representado pelo(a) Pregoeiro(a), Sr(a). ARTHUR EMILIO OLIVEIRA GOMIDE, brasileiro(a), portador do CPF/MF nº 596.921.381-00, e os membros da Equipe de Apoio ARTHUR EMILIO OLIVEIRA GOMIDE, MARCIENE URBANO DA SILVA, EMERSON DA ROCHA MENA, designados pelo Decreto nº 167, de 04/01/2021, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na regulamentação feita pelo Decreto Nº 9.488, de 30 DE Agosto de 2018, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Presencial nº 9/2021, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, R E S O L V E lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o Registro de Preço das PROMITENTES CONTRATADAS,

LOTE/ITEM	EMPRESA
4/2, 4/3, 4/4, 4/11, 4/13, 3/13, 3/14, 4/15, 4/17, 2/17, 4/19, 2/19, 4/20, 4/22, 4/23, 4/26, 1/26, 4/28, 1/28, 4/31, 1/31, 2/34, 3/39, 3/44, 2/45, 2/46, 4/48, 2/48, 4/49, 4/52, 1/58, 4/59, 4/60, 4/61, 4/64, 4/67, 2/67, 4/77, 1/77, 2/78, 4/79, 1/81, 4/86, 1/86, 1/100, 4/102, 1/103, 1/105, 1/106, 1/112, 4/119, 1/120, 4/123, 4/127, 4/132, 4/133, 4/134, 4/135, 4/136, 4/138, 4/139, 4/142, 4/150, 4/166, 4/185, 4/187, 2/188, 4/189, 4/190, 4/191, 4/192, 4/195, 4/196, 4/197, 4/198, 4/206, 4/210, 4/229, 4/232, 4/233, 4/256, 4/262	NOME: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES AIRELI CPF/CNPJ: 26.457.348/0001-04 ENDEREÇO: AV. GRAÇA ARANHA, S/N, QD 29 LT 09 SALA 2 E 3 - JARDIM NOVA ERA FONE: 6239832239 EMAIL: C.A.DISTRIBUIDORA@HOTMAIL.COM REPRESENTANTE LEGAL NOME: DIOGO DE OLIVEIRA DINIZ CAETAN CPF: 939.711.171-04
2/1, 1/3, 2/3, 1/4, 1/5, 1/7, 2/7, 2/8, 3/9, 2/9, 2/10, 3/11, 2/13, 2/14, 3/15, 3/18, 1/20, 1/21, 1/23, 1/24, 2/27, 2/30, 1/32, 3/33, 2/33, 2/37, 2/38, 1/40, 2/44, 3/45, 1/48, 1/50, 2/50, 3/51, 3/53, 2/53, 3/54, 1/54, 3/59, 2/60, 3/63, 2/63, 2/64, 2/66, 3/67, 2/69, 3/70, 2/70, 4/71, 3/71, 1/71, 2/71, 4/72, 3/72, 4/73, 1/73, 3/74, 3/75, 2/75, 1/75, 3/76, 2/77, 4/78, 2/80, 1/85, 1/87, 1/92, 2/96, 1/98, 1/102, 1/107, 1/111, 2/149, 2/152, 2/159, 2/192, 2/200, 2/201, 2/211, 2/222, 2/226, 2/239, 2/248, 2/254, 2/260, 2/296, 2/308, 2/347	NOME: MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 15.031.173/0001-44 ENDEREÇO: RUA A (QUADRA A E E), S/N, GLEBA 01 -D- LOJA 02 - PARQUE ESPLANADA I FONE: 6199941294 EMAIL: REPRESENTANTE LEGAL NOME: ANTONIO NETO SOUZA LOPES CPF: 002.038.275-89



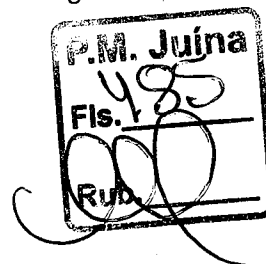
ESTADO DE GOIAS
Fundo Municipal de Saude FMS



3/2, 3/3, 2/4, 2/6, 2/11, 2/12, 2/15, 2/16, 2/24, 3/32, 1/33, 1/34, 2/35, 2/47, 2/52, 2/55, 2/57, 2/62, 2/65, 2/74, 2/79, 1/109, 2/139, 2/230	NOME: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CPF/CNPJ:02.520.829/0001-40 ENDEREÇO:., S/N, nul! - FONE: EMAIL: REPRESENTANTE LEGAL NOME: JORGE EDUARDO GUSMAO DE ANDRAD CPF: 047.594.901-32
1/2, 4/5, 4/6, 4/7, 1/12, 1/16, 1/17, 3/28, 3/29, 4/35, 3/35, 4/36, 1/37, 3/46, 1/53, 3/58, 1/60, 3/68, 4/76, 1/76, 1/90, 4/99, 1/104, 4/120, 4/128, 2/209, 4/219, 4/220, 4/223, 4/226, 4/227, 4/228	NOME: MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CPF/CNPJ:28.418.133/0001-00 ENDEREÇO:Alameda 21 de abril, 0, - EXPANSUL - CONTINUACAO I FONE:6234168300 EMAIL: REPRESENTANTE LEGAL NOME: DILERMANDO GONÇALVES DE MORAES CPF: 997.503.501-97
1/72, 2/107, 2/108, 2/109, 2/110, 2/111, 2/112, 2/113, 1/115, 2/210, 2/237, 2/275, 2/284, 2/285, 2/286, 2/287, 2/292, 2/293	NOME: UBER MEDICA E HOSPITALAR LTDA CPF/CNPJ:05.593.067/0001-09 ENDEREÇO:RUA FELICIANO DE MORAIS, 1763, - NOSSA SENHORA APARECIDA FONE:3432923610 EMAIL:cadastro@contativa.com.br REPRESENTANTE LEGAL NOME: RODRIGO ALVES DE ALMEIDA CPF: 040.131.511-89
1/117, 2/207, 2/225, 2/291, 2/386	NOME: INNOVAR NUTRICAO E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CPF/CNPJ:26.273.934/0001-90 ENDEREÇO:AV MOINHO DOS VENTOS, 359, QUADRA32 LOTE 16 - LOT MOINHO DOS VENTOS FONE:6235756041 EMAIL:innovarhospitalar@gmail.com REPRESENTANTE LEGAL NOME: SAMUEL FERNANDO ARAUJO CPF: 006.749.291-60
4/1, 2/5, 1/10, 4/12, 3/12, 1/13, 4/16, 1/18, 1/19, 3/21, 2/22, 4/24, 4/25, 4/27, 3/27, 4/29, 1/29, 3/31, 2/31, 3/34, 1/35, 3/37, 3/38, 1/39, 2/39, 1/41, 3/43, 2/43, 1/44, 3/49, 4/50, 3/52, 1/52, 2/54, 3/55, 1/55, 4/56, 3/56, 1/56, 4/57, 3/57, 1/59, 1/64, 3/65, 4/66, 4/68, 4/69, 4/70, 4/75, 1/80, 4/82, 2/86, 2/89, 4/91, 4/96, 4/97, 1/99, 4/100, 4/101, 2/103, 4/107, 4/108, 1/110, 4/117, 4/122, 4/124, 4/129, 4/131, 2/140, 2/144, 2/153, 2/155, 4/167, 4/193, 2/199, 4/208, 4/209, 4/221, 4/222, 4/224, 4/225, 2/240, 2/256, 4/257, 2/257, 2/272, 2/281, 2/302, 2/303, 2/327, 2/337, 2/341, 2/346	NOME: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME CPF/CNPJ:06.065.814/0001-38 ENDEREÇO:R C-159, 674, QUADRA297 LOTE 20 - JARDIM AMERICA FONE:6285292112 EMAIL:vendas04@supermedica.com.br REPRESENTANTE LEGAL NOME: JULIO CESAR FERREIRA DA CONCEI CPF: 279.659.668-08
3/1, 3/5, 3/6, 1/6, 4/8, 1/9, 3/10, 3/16, 3/17, 3/19, 3/20, 3/22, 3/24, 3/25, 1/25, 3/26, 2/28, 2/29, 1/30, 3/36, 1/38, 3/40, 3/41, 1/42, 4/46, 4/47, 1/47, 2/49, 3/50,	NOME: DM LOGISTICA HOSPITALAR LTDA. CPF/CNPJ:31.396.050/0001-63 ENDEREÇO:RUA MARCIANO SANTOS, 731, - CENTRO FONE:3435120641

2

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ Nº 28.418.133/0001-00
NIRE 52 204610578



I – Aumento de Capital

PARTE I
DAS PARTES

CÁSSIO MARTINS DE FREITAS, brasileiro, divorciado, empresário, natural de Goiânia – GO, nascido em 19/01/1990 devidamente identificado pela RG nº 5040142 SPTC-GO, CPF/MF 032.868.041-93, Carteira Nacional de Habilitação nº 04313458999 DETRAN/GO, filho de Oswaldo José Martins e Livia Vanessa de Freitas Martins, residente e domiciliado na Rua Monjola, S/N, Quadra B3, Lote 03, Residencial Alphaville Flamboyant, Goiânia – Goiás, CEP 74884585;

CAIO COELHO DE FREITAS, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Goiânia – GO, nascido em 28/01/1997 devidamente identificado pela RG nº 6064878 SSPGO/GO, CPF/MF 705.591.101-03, Carteira Nacional de Habilitação nº 06384271699 DETRAN/GO, filho de Niel Martins Coelho e Alba Núzia de Freitas Martins, residente e domiciliado na Rua 116, Nº 25, Quadra F-41, Lote 25, Setor Sul, Goiânia – Goiás, CEP 74.085-350.

Sócios da sociedade empresária **MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sede na Avenida das Laranjeiras, Quadra 45, Lote 0006-E – Galpão 03, S/N, Parque Primavera, Aparecida de Goiânia, CEP 74.913-122, conforme contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás – **JUCEG** sob nº **52.204610578** de 15/08/2017 e devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **28.418.133/0001-00**.

Resolvem de comum acordo procederem a Alteração Contratual, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

DAS ALTERAÇÕES

I – AUMENTO DE CAPITAL

1. Os sócios decidem pelo aumento do capital social desta sociedade utilizando o valor constante na conta de “Reserva de Lucro”, equivalente a **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**, com a subscrição e integralização de 650.000 (**seiscentos e cinquenta mil**) novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, a serem divididas proporcionalmente entre os atuais sócios, distribuídos, totalmente integralizada em moeda corrente do país. Passando o capital a ser de R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), dividido em 700.000 (Setecentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada.

Considerando a presente alteração de quotas, altera-se a Cláusula 2ª passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 2ª – CAPITAL SOCIAL

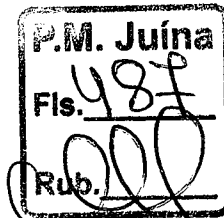
O capital social é de R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), dividido em 700.000 (Setecentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país no ato da assinatura deste instrumento contratual e distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR - R\$	%
CÁSSIO MARTINS DE FREITAS	490.000	490.000,00	70%
CAIO COELHO DE FREITAS	210.000	210.000,00	30%
TOTAL	700.000	700.000,00	100%

(art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002).

A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ N° 28.418.133/0001-00
NIRE 52 204610578



CLÁUSULA 1ª – DENOMINAÇÃO E SEDE

A sociedade girará sob a denominação social de **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, nome fantasia “**MED VITTA**”, e tem sua sede na **Avenida das Laranjeiras, Quadra 45, Lote 0006-E – Galpão 03, S/N, Parque Primavera, Aparecida de Goiânia, CEP 74.913-122.**

CLÁUSULA 2ª – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), dividido em 700.000 (Setecentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país no ato da assinatura deste instrumento contratual e distribuído da seguinte forma:

SOCIOS	QUOTAS	VALOR - R\$	%
CÁSSIO MARTINS DE FREITAS	490.000	490.000,00	70%
CAIO COELHO DE FREITAS	210.000	210.000,00	30%
TOTAL	700.000	700.000,00	100%

(art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002).

CLÁUSULA 3ª – OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social:

- 4644-3/01: Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano;
- 4645-1/01: Comércio Atacadista de Instrumentos e Materiais para Uso Médico, Cirúrgico, Hospitalar e de Laboratórios;
- 4645-1/03: Comércio Atacadista de Produtos Odontológicos;
- 4646-0/01: Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria;
- 4649-4/08: Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação Domiciliar;

- 4664-8/00: Comércio Atacadista de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Uso Odonto-Médico-Hospitalar;
- 4645-1/02: Comércio Atacadista de Próteses e Artigos de Ortopedia;
- 4684-2/99: Comércio Atacadista de Outros Produtos Químicos e Petroquímicos Não Especificados Anteriormente;
- 4652-4/00: Comércio Atacadista de Componentes Eletrônicos e Equipamentos de Telefonia e Comunicação;
- 4651-6/01: Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática;
- 4612-5/00: Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Combustíveis, Minerais, Produtos Siderúrgicos e Químicos;
- 4683-4/00: Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo;
- 4642-7/02: Comércio Atacadista de Roupas e Acessórios para Uso Profissional e de Segurança do Trabalho;
- 4669-9/99: Comércio Atacadista de Outras Máquinas e Equipamentos Não Especificados Anteriormente;
- 4639-7/01: Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral;
- 4642-7/01: Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário e Acessórios, Exceto Profissionais e de Segurança;
- 4930-2/01: Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudança, Municipal;
- 4930-2/02: Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional.

CLÁUSULA 4ª – DAS QUOTAS SOCIAIS

As quotas da sociedade são indivisíveis, não poderão ser representadas por mais de um titular e não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas, inclusive em relação a direitos sobre as mesmas, a terceiros, sob qualquer forma, sem o prévio e expresso consentimento do(s) outro(s) sócio(s), sendo ineficaz em relação à sociedade, qualquer infração a esta cláusula, assumindo o infrator, pessoalmente a responsabilidade.

Parágrafo Único: Os sócios têm, em igualdade de condições, preferência para a aquisição das cotas de qualquer sócio, na proporção de sua participação no capital social. Procederá a comunicação de oferta e

aceitação por escrito, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias. Não concretizada a aquisição pelo sócio remanescente as cotas estarão liberadas para cessão a terceiros, pelo sócio retirante, não podendo os preços e condições mínimos, serem inferiores aos que foram ofertados ao(s) sócio(s) remanescente(s).

CLÁUSULA 5ª – DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro: O Balanço Patrimonial será elaborado considerando os valores de mercado (reais), dos bens, direitos e obrigações constantes do patrimônio da sociedade, à data do evento.

Parágrafo Segundo: Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, em até 36 meses.

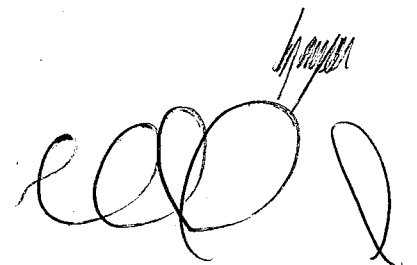
Parágrafo Terceiro: As parcelas serão corrigidas pela variação do IGP-M ou outro indexador que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento.

CLÁUSULA 6ª – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA 7ª – ADMINISTRAÇÃO

A administração dos negócios sociais será exercida, em consonância com os artigos 1.060 e seguintes do Código Civil Brasileiro, pelo sócio administrador, **CÁSSIO MARTINS DE FREITAS**, já qualificado, o qual deve praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom funcionamento da sociedade, representando-a ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele.



Parágrafo Primeiro: Todos os sócios fazem uso da denominação social, assinando separadamente, perante aos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Instituições Bancárias, exclusivamente para os fins que estejam diretamente ligados ao objeto social, observando, sempre, as disposições contidas nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: Os atos que envolva a alienação de bens imóveis, direitos e participações societárias de propriedade da Sociedade, por qualquer das modalidades, seja sob a forma de venda, doação, hipoteca, alienação fiduciária ou outro meio que reduza ou limite o direito de propriedade dos sócios, bem como sobre a obtenção pela sociedade de empréstimo ou qualquer outra forma de financiamento, independentemente de o mutuante ser ou não integrante do sistema financeiro, necessitarão da assinatura de todos os sócios, sob pena de nulidade.

Parágrafo Terceiro: É vedado ao administrador sócio, mesmo em nome pessoal, prestar avais, fianças, endossos de favor e outras responsabilidades afins, que não sejam do interesse da sociedade, exceto se houver a anuência dos demais sócios.

Parágrafo Quarto: O mandato de administrador sócio poderá cessar por renúncia ou por vontade dos sócios representantes da totalidade do capital social.

Parágrafo Quinto: Com a aprovação de todos os sócios a Sociedade poderá ser administrada por administrador não sócio, nomeado em ato separado ou em alteração do contrato social, bem como poderá destituí-lo do cargo, em qualquer tempo, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não havendo recondução (arts. 1061 e 1063 do Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA 8ª – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As reuniões dos sócios serão realizadas preferencialmente na sede social. As reuniões que poderão ser convocadas pelo(s) administrador (es) ou sócios deverão ser convocados através de comunicado individual ao sócio, onde constará o dia, horário, local, quórum de instalação, assuntos a serem tratados.



Parágrafo Primeiro: O sócio ao receber o comunicado manifestar-se-á mediante assinatura, a qual comprovará o recebimento, ficando desde já ciente da realização da reunião conforme previsto no comunicado.

Parágrafo Segundo: Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem por escrito ciente do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Terceiro: As reuniões dos sócios instalar-se-á, somente quando presentes os sócios representantes da maioria do capital social, ficando assim definido o quórum de instalação.

Parágrafo Quarto: As deliberações dos sócios quanto às alterações do Contrato Social, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação serão tomadas pelos votos correspondentes à, no mínimo três quartos do capital social.

Parágrafo Quinto: As deliberações dos sócios quanto à aprovação das contas da administração, designação de administradores, definição do prazo de seus mandatos, definição de suas atribuições e a remuneração, a destituição dos administradores, nomeação e destituição dos liquidantes, o julgamento de suas contas e o pedido de concordata, serão tomadas pelos votos correspondentes à, no mínimo, dois terços do capital social.

Parágrafo Sexto: As deliberações, previstas na lei ou no contrato social, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, se este não exigir maioria mais elevada.

Parágrafo Sétimo: Dispensar-se-á a reunião quando todos decidirem por escrito sobre as matérias objeto da mesma, na forma do **parágrafo 3º do art. 1.072 do CC/2002**.

CLÁUSULA 9ª – BALANÇO ANUAL, DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS E PERDAS

Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço econômico. Os lucros e/ou perdas apurados ao termino do exercício social serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas, na forma em que acordarem os mesmos ou por

decisão da maioria do Capital Social e/ou deixado em suspenso e/ou incorporado ao Capital Social. (art. 1.065, CC/2002).

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072 parágrafo 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA 10ª – ABERTURA DE FILIAIS E/OU ESCRITÓRIOS

A sociedade poderá em qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA 11ª – RETIRADA PRÓ LABORE

Os sócios poderão fazer uma retirada mensal, a título de pró-labore e cujo valor será fixado de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA 12ª – DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O (s) Administrador (es) declara (m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido (s) de exercer (em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, I, CC/2002).

CLÁUSULA 13ª – DA LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

A sociedade entrará em liquidação pelos casos determinados em Lei, pelo consenso unânime dos sócios ou pela impossibilidade de se atingir seus objetivos. Nos casos em que a iniciativa caiba à sociedade, far-se-á nomeação de um dos sócios para liquidante, que apurará o rateio a ser feito entre si e os demais sócios dos saldos que resultar da liquidação das dívidas passivas e da realização do acervo patrimonial que resultar posteriormente.

CLÁUSULA 14ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

Para os casos omissos neste contrato, serão aplicadas as disposições legais constantes na lei 10.406/2002, tendo como regência supletiva as normas regimentais da sociedade anônima, lei 6.404/76.

CLÁUSULA 15ª – DO FORO

Os contratantes elegem o foro de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, bem como para dirimir as questões que porventura surgirem.

E porque assim ajustaram, mandaram lavrar este instrumento particular, que lido e achado conforme, o assinam em 01 (uma) via.

Goiânia, 28 de junho de 2021.

CÁSSIO MARTINS DE FREITAS

CPF: 032.868-041-93

CAIO COELHO DE FREITAS

CPF 705.591.101-03





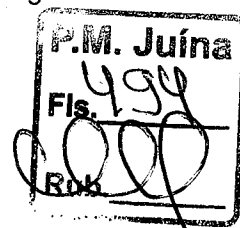
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 10 de 10



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03286804193	CASSIO MARTINS DE FREITAS
70559110103	CAIO COELHO DE FREITAS



CERTIFICO O REGISTRO EM 01/07/2021 15:54 SOB N° 20216046009.
PROTOCOLO: 216046009 DE 30/06/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104702484. CNPJ DA SEDE: 28418133000100.
NIRE: 52204610578. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/06/2021.
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

P.M. Juína
Fls. 495
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
ARTIGO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

GO

NOME
CASSIO MARTINS DE FREITAS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / AUF
5080142 SPTC GO

CPF
032.868.041-93

DATA NASCIMENTO
19/01/1990

FILIAÇÃO
OSWALDO JOSE MARTINS
LIVIA VANESSA DE
FREITAS MARTINS

PERMISSÃO
AQU
COT. PAR
P

Nº REGISTRO
04313458999

VALIDADE
17/07/2023

1ª EMISSÃO
10/03/2008

VALIDADE EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1690401360

PROIBIDO PLASTIFICAR
1690401360

ASSINATURA DO DETENTADOR
LOCAL
OOTANIA, GO

DATA EMISSÃO
19/07/2018

40856618350
30130578560

GOIÁS

[Handwritten signature]

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 08.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1151 - Bairro São Estevão - CEP: 74.060-000 - Goiânia, GO - Tel: (61) 3241.1801 - Fax: (61) 3241.1802

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.936/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 92641211181251420598-1; Data: 12/11/2018 12:53:08

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHR55437-G1VC
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Tribunal Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de assentamento e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa empresa pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **05/10/2020 09:28:23 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital..

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 92641211181251420598-1

³**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

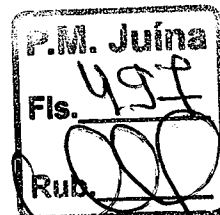
CHAVE DIGITAL

005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3942dae9fd9bd8911ca140ea10dd90131bd0483de67ca82d259d766ba1305d2c33e2c22182f1861dd710a34d089e21937eea1f266bfc82028683ad15da46e05e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **032.868.041-93**

Nome: **CASSIO MARTINS DE FREITAS**

Data de Nascimento: **19/01/1990**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **28/09/2006**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:31:18** do dia **05/11/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A9AC.E5A9.7878.F6DF**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



 1/1

P.M. Juina
Fls. 498
Rub. [Signature]

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5040142 2.A VIA DATA DE EMISSÃO 07/DEZ/2008

VISAR CASSIO MARTINS DE FREITAS

OSWALDO JOSE MARTINS
LIVIA VANESSA DE FREITAS MARTINS

GOIANIA-GO DATA DE NASCIMENTO 18/JAN/1980

DECL. ORIGEM: C.NAS. 76704 FLS. 44V L. A-66-GOIANIA-GO
3A. EM EM 26/01/1990

032866041-93

31782153

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DISTRITO DE IDENTIFICAÇÃO

EXEMPLO DE IDENTIFICAÇÃO

CASSIO M. de Freitas.

CARTERA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS
E TABELIONATO DE NOTAS

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 6º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reproduzida fielmente do documento apreendido e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 9264221191248400646-1; Data: 22/11/2019 12:48:29

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJU59876-VJ5W;

Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Confira os dados do ato em: <https://seelodigital.tpb.jus.br>

Wilber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Tribunal

[Signature]

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 20461057-8	28.418.133/0001-00	15/08/2017	01/08/2017

ENDEREÇO AVENIDA das Laranjeiras

NÚMERO S/N COMPLEMENTO QUADRA 45;LOTE 0006-E;GALPAO 03; BAIRRO Parque Primavera

MUNICÍPIO APARECIDA DE GOIÂNIA ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano; Comércio Atacadista de Instrumentos e Materiais para Uso Médico, Cirúrgico, Hospitalar e de Laboratórios; Comércio Atacadista de Produtos Odontológicos; Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria; Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação Domiciliar; Comércio Atacadista de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Uso Odonto-Médico-Hospitalar; Comércio Atacadista de Próteses e Artigos de Ortopedia; Comércio Atacadista de Outros Produtos Químicos e Petroquímicos Não Especificados Anteriormente; Comércio Atacadista de Componentes Eletrônicos e Equipamentos de Telefonia e Comunicação; Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática; Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Combustíveis, Minerais, Produtos Siderúrgicos e Químicos; Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo; Comércio Atacadista de Roupas e Acessórios para Uso Profissional e de Segurança do Trabalho; Comércio Atacadista de Outras Máquinas e Equipamentos Não Especificados Anteriormente; Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral; Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário e Acessórios, Exceto Profissionais e de Segurança; Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudança, Municipal; Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional.

CAPITAL R\$ 700.000,00

SETECENTOS MIL REAIS

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 700.000,00

SETECENTOS MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

N?o

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
CASSIO MARTINS DE FREITAS 032.868.041-93	490.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX
CAIO COELHO DE FREITAS 705.591.101-03	210.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
CASSIO MARTINS DE FREITAS	032.868.041-93	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 01/07/2021	NÚMERO 20216046009
ATO ALTERAÇÃO	SITUAÇÃO REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	STATUS XXXXXXXXXXXXXX

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.



NOME EMPRESARIAL MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 20461057-8	28.418.133/0001-00

Validade desconhecida

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI, 20076664104

Date: 2021.11.22 15:40:58 BRT

Reason: Autenticação de Certidão Simplificada

Location: Goiânia - GO

Protocolo: 214905833

Chave de segurança: KTCpK

A autenticidade deste documento pode ser verificadas através do endereço:

<http://servicos.jucag.go.gov.br/>



Paula Nunes Lobo Veloso Rossi

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida

Star Odontomedica Ltda, 03286804193

Goiânia, 22 de Novembro de 2021

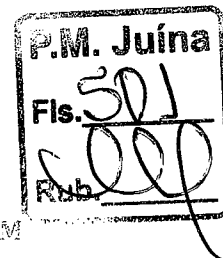
Paula Nunes Lobo Veloso Rossi

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM



OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT"

DECLARAÇÃO

A empresa **MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ/MF Nº **28.418.133/0001-00**, sediada **AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO**, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021**, nos termos do Art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena das sanções cabíveis;
- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não empregamos menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93.
- Não possui em seu quadro funcional e social servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não se encontra apenas com suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, nem declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo legal, bem como que irá comunicar qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.
- Declara que não se encontra em nenhuma das situações previstas no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- Declara que se compromete a realizar a entrega dos produtos licitados nos prazos e condições previstas no edital.

**CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS**

03286804193

Assinado eletronicamente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
Data: 2022-01-19 13:56:37
Local: Juína
Fórmula Reader Verbo: 9.3.0

MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

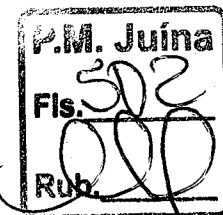
(Diretor)

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM



OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT"

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa **MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 28.418.133/0001-00, localizada na AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO, através do seu representante legal Sr(a). **CÁSSIO MARTINS DE FREITAS**, inscrito no CPF nº 032.868.041-93, empresário, DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS
03286804193

Assinado digitalmente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193
DN: C=BR, CN=CASSIO
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil, OU=RS, OU=RS e CPF AL
OU=EMBRANCO,
O=P, OU=RS, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS 03286804193,
Serial: 0, Reason: Este é o autor deste
documento.
Localização:
Data: 2022-01-18 13:58:55
Fonte: Reader Versão: 4.3.0

MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

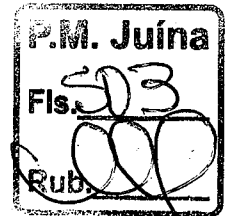
(Diretor)

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM



OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT"

DECLARAÇÃO

A empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ/MF Nº **28.418.133/0001-00**, sediada **AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO**, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021**, nos termos do Art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena das sanções cabíveis;
- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não empregamos menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93.
- Não possui em seu quadro funcional e social servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não se encontra apenada com suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, nem declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo legal, bem como que irá comunicar qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.
- Declara que não se encontra em nenhuma das situações previstas no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- Declara que se compromete a realizar a entrega dos produtos licitados nos prazos e condições previstas no edital.

CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS

03286804193

Assinado digitalmente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS:03286804193
DN: C=BR, O=GP-Brasil,
OU=Secretaria de Polícia Federal co
bms1- RPB, OU=RPB e-CPF AT,
OU=SEM BRANCO,
OU=20060604000193
OU=Suplente/Secretaria de- CASSIO
MARTINS DE FREITAS:03286804193
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2022-01-18 13:56:37
Font: Reader Versão 9.3.0

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

(Diretor)

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: “Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT”

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º **28.418.133/0001-00**, localizada na **AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO**, através do seu representante legal Sr(a). **CÁSSIO MARTINS DE FREITAS**, inscrito no CPF nº **032.868.041-93**, empresário, DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

**CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS:**
03286804193

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas

RG n° 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

(Diretor)

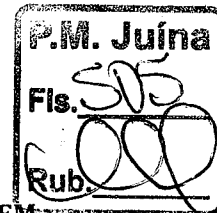
☎ (62) 3416-8300

CNPI: 28.418.133/0001-00
IE: 0701507-2

Av. das Laranjeiras, Qd. 45, Lt. 06-08, 27-29 Galpão 01, Parque Primavera
Aparecida de Goiânia-GO CEP. 74.913-122.

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021
ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT"

DECLARAÇÃO

A empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ/MF Nº **28.418.133/0001-00**, sediada **AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO**, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021**, nos termos do Art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena das sanções cabíveis;
- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não empregamos menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93.
- Não possui em seu quadro funcional e social servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não se encontra apenada com suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, nem declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo legal, bem como que irá comunicar qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.
- Declara que não se encontra em nenhuma das situações previstas no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- Declara que se compromete a realizar a entrega dos produtos licitados nos prazos e condições previstas no edital.

**CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS**

03286804193

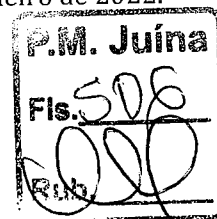
Assinado digitalmente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS:03286804193
DN: C=BR, CN=CASSIO MARTINS DE FREITAS, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1,
OU=EM BRANCO, OU=20060900000197,
OU=Vicepresidência, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS:03286804193
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Data: 2022.01.18 13:56:37
Para ler: Versão 9.0.0

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas
RG nº 5040142 SPTC/GO
CPF nº 032.868.041-93
(Diretor)

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2022.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021

ABERTURA: 19/01/2022 às 09h00min

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: "Pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades do hospital municipal dr. Hideo Sakuno, secretaria municipal de saúde do município de Juína/MT"

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa **MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 28.418.133/0001-00, localizada na AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 06E, GALPÃO 03, PQ. PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA-GO, através do seu representante legal Sr(a). **CÁSSIO MARTINS DE FREITAS**, inscrito no CPF nº 032.868.041-93, empresário, DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

CASSIO
MARTINS
DE
FREITAS
03286804193

Assinado digitalmente por CASSIO
MARTINS DE FREITAS: 03286804193
DN: C=BR, ou=CP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A1,
ou=EM BRANCO,
ou=3009594000107,
OU=Receita Federal, CN=CASSIO
MARTINS DE FREITAS: 03286804193
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Local: São Paulo
Data: 2022-01-18 13:56:55
Versão: 3.0

MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N.º 28.418.133/0001-00

Cássio Martins de Freitas

RG nº 5040142 SPTC/GO

CPF nº 032.868.041-93

(Diretor)